



FURG

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA

FABIANE FAGUNDES DA FONSECA

BARRA DE PELOTAS (RS): UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO E
RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE-TERRITÓRIO TRADICIONAL PESQUEIRA A
PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

RIO GRANDE

2023

FABIANE FAGUNDES DA FONSECA

BARRA DE PELOTAS (RS): UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO E
RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE-TERRITÓRIO TRADICIONAL PESQUEIRA A
PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande –
FURG como requisito para a obtenção do Título de Mestre em
Educação Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos

RIO GRANDE

2023

Ficha Catalográfica

F676b Fonseca, Fabiane Fagundes da.
Barra de Pelotas (RS): uma análise da constituição e resistência da comunidade-território tradicional pesqueira a partir da Educação Ambiental Crítica / Fabiane Fagundes da Fonseca. – 2023.
159 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2023.

Orientador: Dr. Sérgio Botton Barcellos.

1. Pesca artesanal 2. Conflitos territoriais 3. Conflitos ambientais
4. Comunidades pesqueiras 5. Saberes-fazeres tradicionais
I. Barcellos, Sérgio Botton II. Título.

CDU 504:37(816.5)

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
COORD CUR DE PG EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



MEMORANDO Nº 51, DE 09 DE MARÇO DE 2023

Fabiane Fagundes da Fonseca

“BARRA DE PELOTAS (RS): UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO E RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE-TERRITÓRIO TRADICIONAL PESQUEIRA A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA ”

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:


Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos (PPGEA/FURG)

Documento assinado digitalmente
gov.br GIANPAOLO KNOLLER ADOMILI
Data: 21/03/2023 09:48:18 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Gianpaolo Adomili (PPGEA/FURG)

Documento assinado digitalmente
gov.br CLEONICE PUGGIAN
Data: 20/03/2023 16:18:43 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Cleonice Puggian (PPGECC-UERJ)

gov.br Documento assinado digitalmente
CAIO FLORIANO DOS SANTOS
Data: 21/03/2023 15:56:31-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. Caio Floriano Santos

gov.br Documento assinado digitalmente
CRISTIANO QUARESMA DE PAULA
Data: 20/03/2023 18:01:52-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula (PPGGEO/FURG)

gov.br Documento assinado digitalmente
TATIANA WALTER
Data: 21/03/2023 10:42:13-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr.^a Tatiana Walter

Referência: Caso responda este documento Memorando, indicar o Processo nº 23116.004939/2023-46

SEI nº 0025610

AGRADECIMENTOS

Eu recebi seu ticket, quer dizer kit
De esgoto a céu aberto e parede madeirite
De vergonha eu não morri, to firmão, eis-me aqui.

Racionais MC's

Obrigada a todos e todas que contribuíram para que essa pesquisa fosse realizada. Espero que ela possa contribuir para a defesa das comunidades-territórios tradicionais de pesca artesanal do Brasil. E, que instigue reflexões sobre para que (e quem) serve o nosso conhecimento, a universidade e aquilo que produzimos enquanto ciência latino-americana. Há-braços!

RESUMO

Esta dissertação de mestrado buscou compreender, a partir da lente analítica da Educação Ambiental Crítica, como se configurou a comunidade-território tradicional de pesca da Barra de Pelotas. As temáticas Educação Ambiental Crítica, territórios tradicionais, pesca artesanal e conflitos ambientais estiveram na centralidade das discussões traçadas ao longo da pesquisa, com base em autores(as) do campo do pensamento crítico. A pesquisa foi desenvolvida a partir da abordagem qualitativa, envolvendo diversos instrumentos de coleta de dados, os quais posteriormente foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo e apresentados ao longo dos três capítulos do texto. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 20 moradores(as) da Barra de Pelotas, envolvendo encontros individuais e coletivos, três saídas ao “mar” com pescadores(as) artesanais, análise de documentos e publicações sobre a comunidade e o território, bem como observação participante da comunidade e de uma audiência pública sobre uma demanda local. Nesse trabalho a pesca artesanal é entendida enquanto um modo de vida tradicional, resguardado por legislações nacionais e internacionais, de maneira que o modo de vida desses sujeitos é intrínseco aos seus territórios tradicionais. Tais territórios envolvem a dimensão física e simbólica do espaço, e apresentam significação própria no contexto da pesca artesanal, envolvendo sociabilidades com a natureza específicas da cultura pesqueira, que aportam diversos saberes ambientais construídos na vida cotidiana nesses territórios. A Educação Ambiental Crítica, a partir da teoria dos conflitos ambientais, contribuiu para entender como um ambiente de importância ambiental do município de Pelotas dialeticamente se configurou em uma comunidade-território tradicional de pesca. Através do trabalho identificou-se que a constituição da comunidade-território pesqueira da Barra de Pelotas ocorreu em virtude da pesca artesanal enquanto modo de vida há mais de 50 anos, cuja composição atual expressa a permanência dos filhos e filhas da pesca artesanal na atividade como fonte de vida e cultura. Através do olhar crítico foi possível perceber que a Educação Ambiental se manifesta desde a gênese desse território, seja pela relação ser humano-natureza, onde são produzidos saberes ambientais pesqueiros próprios da lida com o pescado, com as águas e com a costa, seja através da luta pela garantia de acesso e direito ao seu território, com a instalação de água encanada, energia elétrica e transporte escolar. Por meio dos resultados dessa pesquisa percebeu-se que a comunidade vive, historicamente, com um processo de invisibilização dos seus aspectos de tradicionalidade, sendo retratada publicamente como “ocupação irregular” e “zona de risco”, fatores que contribuem para que sofra com falta de assistência do Estado garantidor de direitos em alguns aspectos, conforme mencionado pelos (as) moradores (as).

Palavras-chave: pesca artesanal; conflitos territoriais; conflitos ambientais; comunidades pesqueiras; saberes-fazeres tradicionais.

ABSTRACT

This master's thesis sought to understand, from the analytical lens of Critical Environmental Education, how the traditional fishing community-territory of Barra de Pelotas was configured. The themes Critical Environmental Education, traditional territories, artisanal fishing and environmental conflicts were at the center of the discussions outlined throughout the research, with the help of authors from the field of critical thinking. The research was developed based on a qualitative approach, involving several data collection instruments, which were later analyzed using the content analysis technique and presented throughout the three chapters of the text. Semi-structured interviews were carried out with 20 residents of Barra de Pelotas, involving individual and collective meetings, three trips to the "sea" with artisanal fishermen, analysis of documents and publications about the community and the territory, as well as participant observation community and a public hearing on a local demand. In this work, artisanal fishing is understood as a traditional way of life, protected by national and international legislation, so that the way of life of these subjects is intrinsic to their traditional territories. Such territories involve the physical and also symbolic dimension of space, and have their own meaning in the context of artisanal fishing, involving sociabilities with the specific nature of the fishing culture, contributing to various environmental knowledge constructed in everyday life in these territories. Critical Environmental Education, based on the theory of environmental conflicts, contributed to understanding how an environment of environmental importance in the municipality of Pelotas was dialectically configured in a traditional fishing community-territory. Through the work it was identified that the formation of the fishing community-territory of Barra de Pelotas occurred due to artisanal fishing as a way of life for over 50 years, and that its current composition expresses the permanence of the sons and daughters of artisanal fishing in activity as a source of life and culture. Through a critical look, it was possible to perceive that Environmental Education manifests itself from the genesis of this territory, either through the human-nature relationship, where fishing environmental knowledge is produced, specific to dealing with fish, with the waters and with the coast, and also in the struggle to guarantee access and rights to their territory, with the installation of piped water, electricity and school transport. Still as a result of this research, it was noticed that the community historically suffers from a process of invisibilization of its aspects of traditionality, being publicly portrayed as "irregular occupation" and "risk zone", factors that contribute to the community still suffering from lack of assistance from the State guaranteeing rights in some aspects, which is mentioned by the residents themselves.

Keywords: artisanal fishing; territorial conflicts; environmental conflicts; fishing communities; traditional know-how.

RESUMEN

Esta tesis de maestría buscó comprender, desde el lente analítico de la Educación Ambiental Crítica, cómo se configuró la comunidad-territorio tradicional de pescadores de Barra de Pelotas. Los temas Educación Ambiental Crítica, territorios tradicionales, pesca artesanal y conflictos ambientales estuvieron en el centro de las discusiones esbozadas a lo largo de la investigación, con la ayuda de autores del campo del pensamiento crítico. La investigación se desarrolló con base en un enfoque cualitativo, involucrando varios instrumentos de recolección de datos, que luego fueron analizados mediante la técnica de análisis de contenido y presentados a lo largo de los tres capítulos del texto. Se realizaron entrevistas semiestructuradas a 20 pobladores de Barra de Pelotas, involucrando encuentros individuales y colectivos, tres salidas al “mar” con pescadores artesanales, análisis de documentos y publicaciones sobre la comunidad y el territorio, así como observación participante comunitaria, y una audiencia pública sobre una demanda local. En este trabajo se entiende la pesca artesanal como un modo de vida tradicional, amparado por la legislación nacional e internacional, por lo que el modo de vida de estos sujetos es intrínseco a sus territorios tradicionales. Tales territorios involucran la dimensión física y también simbólica del espacio, y tienen significado propio en el contexto de la pesca artesanal, involucrando sociabilidades con la especificidad de la cultura pesquera, contribuyendo a diversos saberes ambientales construidos en la cotidianidad de estos territorios. La Educación Ambiental Crítica, sustentada en la teoría de los conflictos ambientales, contribuyó a comprender cómo un ambiente de importancia ambiental en el municipio de Pelotas se configuró dialécticamente en una comunidad-territorio tradicional de pescadores. A través del trabajo se identificó que la formación de la comunidad-territorio pesquero de Barra de Pelotas se dio por la pesca artesanal como forma de vida desde hace más de 50 años, y que su composición actual expresa la permanencia de los hijos e hijas de la pesca artesanal, en la actividad como fuente de vida y de cultura. A través de una mirada crítica, fue posible percibir que la Educación Ambiental se manifiesta desde la génesis de este territorio, ya sea a través de la relación hombre-naturaleza, donde se producen conocimientos ambientales pesqueros, propios del trato con los peces, con las aguas y con la costa, y también en la lucha por garantizar el acceso y los derechos a su territorio, con la instalación de agua entubada, electricidad y transporte escolar. Aún como resultado de esta investigación, se percibió que la comunidad vive históricamente un proceso de invisibilización de sus aspectos de tradicionalidad, siendo públicamente retratada como "ocupación irregular" y "zona de riesgo", factores que contribuyen a que la comunidad aún padezca falta de asistencia del Estado garantizando los derechos en algunos aspectos, lo cual es mencionado por los propios pobladores.

Palabras clave: pesca artesanal; conflictos territoriales; conflictos ambientales; comunidades pesqueras; saber-hacer tradicional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - A PESCA ARTESANAL CONSTRUINDO TERRITÓRIOS TRADICIONAIS SOB A LENTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA....	18
1.1. Bases teóricas que alicerçam o trabalho	18
<i>1.1.1. A questão Ambiental e o território como cerne</i>	<i>19</i>
<i>1.1.2. A pesca artesanal construindo territórios tradicionais</i>	<i>25</i>
<i>1.1.3. A pesca artesanal no campo de pesquisa da Educação Ambiental</i>	<i>34</i>
<i>1.1.4. Os encontros da Educação com o Ambiente em um contexto de conflitos ambientais</i>	<i>51</i>
1.2. A pesca artesanal e os conflitos ambientais no Brasil.....	56
<i>1.2.1. A pesca artesanal e os conflitos ambientais no Brasil e no Rio Grande do Sul</i>	<i>56</i>
CAPÍTULO 2 – DA BARRA AO PONTAL EM PERSPECTIVA: OS CONFLITOS AMBIENTAIS EM UM TERRITÓRIO PESQUEIRO IMERSO EM UMA ÁREA DE IMPORTÂNCIA AMBIENTAL	59
2.1. O município de Pelotas, a comunidade-território da Barra e o banhado do Pontal da Barra	59
<i>2.1.1. A origem contemporânea da comunidade-território Barra de Pelotas</i>	<i>61</i>
2.2. O Pontal da Barra e a comunidade-território da Barra de Pelotas em um contexto de conflitos.....	80
2.3. Refúgio da Vida Silvestre Pontal da Barra do Laranjal – Pelotas/RS: um debate pelo olhar de possíveis atingidos	85
<i>2.3.1. De RPPN a REVIS: uma proposta de alteração</i>	<i>85</i>
<i>2.3.2. Uma análise da proposta de REVIS a partir da Educação Ambiental Crítica</i>	<i>89</i>
<i>2.3.3. Participação, comunidades tradicionais e direito ao território</i>	<i>91</i>
CAPÍTULO 3 - A CONSTITUIÇÃO E RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE-TERRITÓRIO TRADICIONAL PESQUEIRA DA BARRA DE PELOTAS.....	99
3.1. Dentre as múltiplas percepções sobre a comunidade-território da Barra de Pelotas	99
<i>3.1.1. A Educação Ambiental na comunidade-território pesqueira artesanal Barra de Pelotas que emerge no modo de vida tradicional pesqueiro em meio a conflitos ambientais</i>	<i>107</i>
<i>3.1.2. É direito e não favor: a luta pelo acesso, água, luz e transporte</i>	<i>112</i>
3.2. A Comunidade-território pesqueira da Barra de Pelotas: um modo de vida tradicional.....	120

3.2.1. <i>Caracterização da comunidade-território: saberes e fazeres da pesca artesanal</i>	120
3.3. Pertencer aqui é resistir: os problemas, conflitos e injustiças ambientais na Barra de Pelotas em perspectiva	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICES	154
Apêndice I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	154
Apêndice II - Roteiro De Campo	156

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado faz parte da linha de pesquisa em Educação Ambiental Não-Formal do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da Universidade Federal do Rio Grande – FURG e apresenta uma investigação da temática da Educação Ambiental em conflitos socioambientais no contexto de territórios tradicionais de pesca. Parte-se da concepção de que a Educação Ambiental não se restringe aos espaços formais de ensino, e que, nas comunidades tradicionais, os saberes e fazeres cotidianos se constituem como elementos educativos, inclusive no que se refere às questões socioambientais.

A questão de pesquisa que orientou a realização desse trabalho foi: “Como ocorre a configuração do território tradicional de pesca da Barra de Pelotas, em meio aos conflitos socioambientais locais, a partir da discussão da Educação Ambiental Crítica?”. Sendo acompanhada das seguintes questões norteadoras: “A partir de quais relações socioambientais o ambiente Pontal da Barra de Pelotas se tornou território tradicional de pesca em conflito?”; “Como ocorrem atualmente os conflitos socioambientais no contexto do território tradicional de pesca da Barra de Pelotas?”; “De que modo a comunidade tradicional de pesca da Barra de Pelotas atua para garantir seus direitos ao acesso e permanência no território?”; “Como ocorre o reconhecimento e as relações de pertencimento no território tradicional de pesca da Barra de Pelotas pelos (as) pescadores (as) artesanais?”; e “Como a discussão da Educação Ambiental é acionada diante dos diferentes modelos de gestão territorial que atualmente ocorrem e disputam o território tradicional de pesca da Barra de Pelotas?”.

Ao considerar essas indagações pretéritas ao campo de pesquisa, traçou-se como objetivo geral da dissertação: “compreender como ocorre a configuração da Barra de Pelotas em um território tradicional de pesca em meio aos conflitos socioambientais, a partir da lente analítica da Educação Ambiental Crítica”. Para se alcançar tal compreensão, foram estabelecidos cinco objetivos específicos: compreender o contexto histórico e socioambiental de ocupação e uso do território da Barra de Pelotas pelos (as) pescadores (as) artesanais; identificar os saberes e fazeres tradicionais da comunidade pesqueira da Barra de Pelotas; discutir os processos de luta e resistência da comunidade pesqueira pelo direito de ocupação, uso e permanência no território, enquanto possíveis ações de Educação Ambiental não-formal; e analisar as perspectivas de Educação Ambiental que ocorrem nas diferentes lógicas que disputam a gestão do território tradicional de pesca da Barra de Pelotas.

A decisão por pesquisar esse território tem relação direta com a história de vida da autora, afinal é onde vive desde o nascimento, ainda que tenha precisado sair da comunidade em alguns momentos para dar sequência aos estudos. Assim, por ser filha da pesca artesanal e ter se constituído sujeito nesse território, a pesquisadora, a qual escreve, vivencia as relações socioambientais que ocorrem no Pontal da Barra, refletindo, inclusive, na sua escolha pela área socioambiental.

Ao mesmo tempo, com seu desenvolvimento intelectual - pelas leituras e experiências acadêmicas, profissionais e militantes - a autora começou a compreender as relações de conflitos ambientais e lutas políticas que permeiam seu território, o que motivou essa pesquisa. Através da aproximação com o campo da Educação Ambiental, foi possível compreender que há um contexto de desigualdade ambiental que envolve essa comunidade, especialmente no que diz respeito ao direito ao acesso ao seu território, o qual sequer está garantido.

Historicamente, a comunidade é alvo de ameaças de remoções, justificadas muitas vezes por narrativas que a caracterizam enquanto “vulnerável” às intempéries ambientais e aos fenômenos naturais, como ventos e enchentes. Ademais, essas pessoas vivenciam um processo de invisibilização de sua identidade tradicional, sem ter evidenciada a sua relação intrínseca com este território tradicionalmente ocupado pelo seu modo de vida pesqueiro.

Assim, buscou-se contribuir para visibilidade dessa comunidade ao enfatizar suas características como povo tradicional, e suas relações socioambientais estabelecidas com o ambiente natural, simbólico e social da Barra de Pelotas, de maneira que, deve ter seu modo de vida resguardado conforme a Convenção OIT nº 169/1989 e a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Nº 6.040/2007). Na localidade, composta em grande maioria por pescadores (as) artesanais, há uma cultura e identidade próprias. Além desses pontos, a evidente importância na geração de trabalho, renda, e produção de alimentos de qualidade no município de Pelotas conecta diferentes comunidades-territórios de pesca artesanal no extremo sul gaúcho.

Neste momento, tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PL nº 131/2020), o qual busca o reconhecimento dos territórios tradicionais de pesca, a fim de garantir o direito desses povos e comunidades. Desse modo, ao atentar sobre o papel da produção científica na tomada de decisões em termos de políticas públicas no Brasil, considera-se, como fundamental, que a universidade também atue no desenvolvimento de pesquisas que busquem identificar, compreender e visibilizar esses

territórios. Com base nessa intencionalidade, foi realizada uma revisão bibliográfica das publicações atuais que tratam do tema da pesca artesanal, em especial, a dimensão territorial desse modo de vida, por meio de duas revistas científicas do campo de estudos da Educação Ambiental.

Através da busca dos artigos publicados nas revistas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG (PPGEA-FURG) em uma década, foi realizado o mapeamento quantitativo bem como a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave das publicações. Assim, tal inventário – que será apresentado na sequência – demonstrou a necessidade de ampliar a produção científica sobre o assunto, fator que justificou o enfoque dado nesta investigação.

Destaca-se que, por meio desse trabalho, a autora fez um contraponto à contribuição das ciências de cunho positivista e conservacionista para a destruição dos territórios tradicionais de pesca, como demonstrado por Moura (2017). Assim, para além de identificar os elementos socioambientais que atrelam a comunidade da Barra à educação ambiental, essa pesquisa pode contribuir para a visibilidade desta população diante das atuais e diferentes propostas de gestão territorial que buscam operar nesta localidade.

Dessa maneira, na qualidade de aporte teórico, foram utilizados os autores da macrotendência crítica da Educação Ambiental, como Frederico Loureiro, Phillipie Layrargues, Isabel Carvalho e Henrique Leff, de maneira a compreender os elementos educativos que se constituem na relação dialética da comunidade pesqueira com o ambiente natural e social da Barra de Pelotas. Considerados os conflitos ambientais nos quais se insere a comunidade da Barra, Henri Acselrad e Andrea Zhouri foram guias na compreensão da dinâmica de desigualdade ambiental e resistência que ocorrem nela.

O referencial teórico para a compreensão da pesca artesanal como um modo de vida estiveram em diálogo com autores do campo crítico ambiental e dos estudos de território. Assim, ao longo dos capítulos, buscou-se realizar diálogos entre as teorias de autores clássicos, como Antônio Carlos Diegues, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Rogério Haesbaert, com outros mais contemporâneos, como Cátia Silva, Eduardo Cardoso e Christian Silva.

Essa pesquisa foi realizada em consonância com a metodologia qualitativa de investigação da realidade, não somente pelo conjunto de técnicas e instrumentos a serem utilizados e pelo caráter flexível de seu método, mas por se propor a trilhar um processo junto à comunidade sujeita do estudo (MINAYO *et al.*, 2002), a qual abrange diversas

estratégias dialógicas. Para Minayo *et al.* (2002), a pesquisa qualitativa se configura como aquela que busca entender os elementos da realidade que não são passíveis de serem quantificados, atenta aos significados das ações e relações sociais, tendo sua gênese na contraposição à lógica positivista de compreensão da realidade.

Por muito tempo a ciência foi tida como um conjunto de estratégias e métodos para explicar de maneira objetiva os fenômenos naturais e sociais, realizando generalizações precisas sobre determinado assunto (MINAYO *et al.*, 2002). Essa concepção tem sido basilar para diversas pesquisas no campo da investigação sobre a pesca artesanal, inclusive em alguns segmentos das ciências sociais e humanas, que, sob uma pretensa neutralidade científica frente aos fenômenos investigados e os resultados encontrados, não raro resultam em políticas públicas que oneram os grupos investigados. E a esta lógica se contrapõe a metodologia qualitativa, pois na segunda

Os autores que seguem tal corrente não se preocupam em quantificar, mas sim, em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis (MINAYO *et al.*, 2002, p. 24).

Assim, essa investigação se configura como um estudo de caso, uma vez que se propôs a compreender a questão problema, ou seja, entender o reconhecimento e a garantia destes territórios às comunidades tradicionais, e dos fatores e sujeitos que estão envolvidos e influenciam este processo. (GIL, 2002) . Dessa forma envolve o estudo de campo junto a essa comunidade que, nas palavras de GIL (2002):

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada a qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2002, p.53).

É preciso salientar o caráter participante da pesquisa, de modo que a imersão de campo, inclusive com retorno da pesquisadora para residir na comunidade, bem como, a observação diária, conferiu dados de análise para além daqueles coletados por meio das entrevistas desenvolvidas com a comunidade. A coleta de dados primários envolveu diversos recursos, tais como, entrevistas semiestruturadas, observação participante, embarques pesqueiros e diários de campo.

A aproximação e a relação com os (as) interlocutores (as) da pesquisa foi aberta e se deu com o andamento da inserção em campo. Destaca-se que, considerando que a percepção sobre o território pode ser de diferentes maneiras, a pesquisa buscou garantir distintos lugares de fala da comunidade, em especial no que se refere à representação geracional entre pescadores (as), bem como a representatividade de gênero, resultando em 20 entrevistados(as), sendo 10 homens e 10 mulheres, em diferentes faixas etárias, conforme será disposto nas transcrições das falas.

Outro elemento a ser destacado é que apesar da autora ser oriunda da referida comunidade, não residia de maneira fixa no local desde 2011 (momento em que deixa a comunidade para a continuidade dos estudos). Portanto, existiu a necessidade de reestabelecimento de laços de confiança, tal qual a aproximação com novos (as) moradores (as), pois, como será apresentado no capítulo 3, a instalação da energia elétrica foi fator de reconformação na comunidade. Todavia, esse destaque não se realiza no sentido de uma pretensa imparcialidade frente ao grupo estudado, mas uma consideração quanto à postura empregada por parte da pesquisadora.

Além disso, foi realizada a análise de documentos que exercem ou podem vir a exercer poder (material e/ou simbólico) sobre o território tradicional de pesca, como o documento intitulado “Relatório de Fundamentação Técnico-Científica para a Criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal”. Também foram mapeados e analisados trabalhos acadêmicos, os quais versam sobre a comunidade pesqueira da Barra de Pelotas, com vista a entender como essa tem sido retratada nas publicações científicas.

Quanto à análise dos dados, foi feita análise de conteúdo uma vez que se trata de "um conjunto de técnicas de análise das comunicações" (BARDIN, 2016. p, 37) adaptável aos diferentes tipos comunicativos que englobou essa pesquisa. De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo é composta por três principais fases: organização, envolvendo os conteúdos das entrevistas e dos documentos a serem analisados; codificação, relacionado à identificação das unidades de registro e de contexto dos materiais; e, por fim, a categorização, de forma a sintetizar os conteúdos dispostos nas comunicações, com vista a responder o problema de pesquisa aqui exposto.

A organização das entrevistas e dos materiais secundários foi feita a partir do uso do Software Atlas.ti, através da construção de 10 categorias analíticas, a saber: uso e ocupação pesqueira do território; as condições de desigualdade social e ambiental no território; estratégias de solidariedade; estratégias de luta pelo direito ao território; participação social e o debate territorial; narrativas da comunidade/ocupação

irregular/zona de risco; povo tradicional pesqueiro; saberes ambientais pesqueiros; problemas e demandas no território; pertencimento; e a educação formal em pauta . Os dados foram analisados e estão apresentados ao longo dos três capítulos dessa dissertação.

O capítulo 1 discute a abordagem teórica utilizada na pesquisa. Assim os conceitos Educação Ambiental Crítica, pesca artesanal, conflitos ambientais e territórios são tratados a partir de autores(as) do campo crítico de investigação em diálogo com dados do campo de pesquisa, conferindo organicidade ao debate teórico proposto para a compreensão do estudo de caso da Barra de Pelotas. Além disso, apresenta uma revisão bibliográfica acerca das investigações da pesca artesanal no campo da Educação Ambiental a partir de duas revistas vinculadas ao PPGEA-FURG.

O Capítulo 2 apresenta a comunidade-território tradicional da Barra, trazendo o histórico de uso e ocupação do território a partir da narrativa dos (as) moradores (as). Ademais, trata do conflito “Pontal da Barra” que extrapola a comunidade alvo dessa investigação, bem como da proposta de modificação de Reserva Particular do Patrimônio Natural para Refúgio da Vida Silvestre e a falta de envolvimento e participação da comunidade pesqueira na sua proposição.

Por fim, o terceiro capítulo reflete sobre saberes e fazeres que constituem a tradicionalidade da comunidade-território da Barra de Pelotas, e como esses são construídos e socializados entre os sujeitos do local. Assim, a Educação Ambiental é compreendida a partir das práticas cotidianas da comunidade e discutida com base na teoria crítica. O capítulo finaliza com uma análise dos principais problemas e conflitos ambientais que atingem a comunidade a partir do olhar dos(as) moradores(as).

1 - A PESCA ARTESANAL CONSTRUINDO TERRITÓRIOS TRADICIONAIS SOB A LENTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Neste capítulo, são tratados os aspectos que alicerçaram as reflexões teóricas da pesquisa a partir de diversos (as) autores (as) do campo crítico do pensamento sobre os temas território, pesca artesanal, conflitos ambientais e Educação Ambiental. Assim, a partir da leitura dos subtópicos, será possível observar que território, para essa pesquisa, contempla elementos naturais e simbólicos manifestados no contexto da pesca artesanal, a qual, por sua vez, é compreendida como um modo de vida tradicional que envolve atividades econômicas, culturais e cosmovisões próprias.

A compreensão desses temas é realizada a partir da lente analítica da Educação Ambiental Crítica, enquanto macrotendência que busca interpretar e transformar a realidade socioambiental vigente. Além disso, realizar uma investigação no campo da Educação Ambiental com recorte de territórios em conflitos na pesca artesanal demandou a observação do que já tem sido investigado, o que resultou em uma revisão bibliográfica sobre esses assuntos dissociados e articulados. Por fim, são apresentados dados que evidenciam a importância do tema da pesquisa ao considerar o contexto nacional de mapeamento dos problemas e conflitos ambientais relacionados às comunidades pesqueiras, os quais têm ameaçado a existência de seus modos de vida e a própria preservação ambiental.

1.1. Bases teóricas que alicerçam o trabalho

A pluralidade de ideias, com dissenso sobre temas e termos, é própria da produção científica, e o âmbito acadêmico reflete a realidade societária vivida, neste caso, a capitalista. De modo que, diferentes visões e projetos de mundo disputam entre si a hegemonia do pensamento ou da política propriamente, através da produção de dados científicos. Assim, neste trabalho são acionados, pelo menos, três conceitos que refletem em profundidade essa disputa teórica e prática, a saber: questão ambiental, Educação Ambiental e território. Nesse sentido, para além de apresentar definições e contextualizações históricas da constituição desses campos do saber, reflete-se sobre como esses temas se aproximam e divergem entre si, a partir da realidade concreta da comunidade-território tradicional pesqueira Barra de Pelotas.

Em um primeiro momento, trata-se do processo em que o meio ambiente se torna uma questão social, trazendo o elemento território como central para compreensão desse movimento. Em seguida, realiza-se um diálogo acerca da relação dialética da pesca artesanal enquanto modo de vida que é constituído e constituinte de territórios tradicionais. Por fim, trata-se da Educação Ambiental enquanto proposta epistemológica de interpretação e intervenção na realidade discutida à luz de diferentes autores (as) que sustentam esse campo investigativo.

1.1.1. A questão Ambiental e o território como cerne

O texto dessa dissertação sintetiza uma investigação em Educação, porém, expressa a intencionalidade epistemológica e metodológica do fazer transdisciplinar¹, visto que, além de acionar teorias e autores (as) de diferentes áreas, propõe um diálogo entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais pesqueiros, exercício articulado por uma filha da pesca artesanal do extremo sul brasileiro. Assim, parte-se da noção de que não existe Educação Ambiental (EA) desterritorializada, pois as diferentes concepções e pesquisas em EA expressam distintos projetos de sociedade e de disputa de poder sobre a natureza, inclusive das pessoas.

Para entender a crise ambiental contemporânea é necessário observá-la sob uma perspectiva histórica, de maneira que possibilite visualizar suas causas, efeitos e possíveis caminhos de superação deste cenário. A questão ambiental como fator de interesse acadêmico é bastante recente, para Porto-Gonçalves (2018) a preocupação com o meio ambiente enquanto uma questão determinante da sociedade está atrelada ao período chamado de globalização na década de 1960.

¹Nesse trabalho a pesquisa enquanto ação transdisciplinar está calcada na concepção de interdisciplinaridade de Fazenda (2008) em que ela evidencia que “a pesquisa interdisciplinar somente torna-se possível onde várias disciplinas se reúnem a partir de um mesmo objeto, porém é necessário criar-se uma situação-problema no sentido de Freire (1974), onde a ideia de projeto nasce da consciência comum, da fé dos investigadores no reconhecimento da complexidade do mesmo e na disponibilidade destes em redefinir o projeto a cada dúvida ou a cada resposta encontrada. Neste caso, convergir não no sentido de uma resposta final, mas para a pesquisa do sentido da pergunta inicialmente enunciada” (FAZENDA, 2008, p. 22), e aponta que a transdisciplinaridade na pesquisa se dá pela incorporação dos princípios “espera, coerência, humildade, respeito e desapego, sob a estreita vigilância de um olhar multifacetado e atento” (FAZENDA, 2008, p. 25). Assim, além de dialogar com autores(as) de diferentes campos científicos, o trabalho foi realizado por uma moradora do território investigado e, além de refletir o respeito as diferentes formas de conhecimento da sua comunidade, espelha o próprio processo de sua constituição enquanto filha da pesca artesanal e pesquisadora, extrapolando o aspecto disciplinar da construção do conhecimento, conforme será observado ao longo dos capítulos.

Naquele momento, a forma eurocêntrica e anglo-saxônica de viver, ser e estar no mundo – ecologicamente predatória e socialmente desigual - foi projetada como padrão a ser transferido para todo o planeta, sob a alegação de serem exemplos do sucesso do desenvolvimento capitalista, logo, espelho para o mundo. Esse sistema-mundo moderno-colonial², que se configura após a segunda guerra mundial, e ganha mais força na década de 1960, com a busca do fim das fronteiras do (e para o) capital, de acordo com Porto-Gonçalves (2018) tem sua gênese em 1492 e possui quatro fases, sendo a última - e atual - considerada a globalização neoliberal.

É importante evidenciar esse aspecto geopolítico ao tratar da questão ambiental porque “afinal, até os anos 1960, a dominação da natureza não era uma questão, e sim uma solução – o desenvolvimento. É a partir desse período que se coloca explicitamente a questão ambiental” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 51), justamente pela observação dos efeitos catastróficos da busca pelo domínio da natureza como caminho para o desenvolvimento³ das diferentes nações.

No entanto, ainda que tenha tomado palco no cenário público e se tornado bandeira de lutas, movimentos, conferências e políticas institucionais, é necessário o entendimento da questão ambiental no lugar de um campo de disputas, dado que abarca distintos, e por vezes antagônicos, discursos e ações em relação à natureza e à sociedade. Para Carvalho (2006), trata-se de um campo multifacetado ideologicamente, pois “o horizonte histórico-cultural deste debate está, irremediavelmente, atravessado por uma multiplicidade de interesses e projetos sociais que vão interpretar diferentemente o "ambiental"” (CARVALHO, 2006, p. 42), sob o qual há, inclusive, perspectivas conservadoras em nome de uma dita preocupação ambiental.

No caso do conflito do Pontal da Barra, que envolve a comunidade investigada na presente pesquisa, NEBEL (2014) caracterizou que, dentre os atores, estava o movimento ambientalista, organizado através de um grupo denominado “Pontal Vivo”. Esse tinha como foco a preservação do banhado, das espécies e dos sítios arqueológicos. Constituíam-se por um coletivo de estudantes e professores(as), muitos(as) com histórica atuação no movimento ambientalista na região, com o objetivo de “questionar as instâncias responsáveis pela liberação do loteamento em área que deveria ser mantida como de

² “Estamos, sim, diante de um sistema-mundo moderno-colonial, que é um mundo cada vez mais interdependente - sistema-mundo, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p.25).

³ “[...] des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 81).

preservação permanente” (NEBEL, 2014, p.19). De acordo com a autora, a intenção central do movimento era a transformação do banhado do Pontal da Barra em unidade de conservação integral. Tal intencionalidade está expressa na publicação do documento “Fundamentação técnico-científica para a criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal, Pelotas, RS”, elaborada por pesquisadores (as) da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL e Universidade Federal do Rio Grande - FURG, entre os quais, alguns eram integrantes do Movimento Pontal Vivo, no ano de 2019.

Sob essa perspectiva, de acordo com Diegues (2008), a pauta ambiental em âmbito global aparece em um contexto de emergência de diversos questionamentos sobre o modelo de sociedade existente, com evidentes resultados de desigualdade social e ambiental. Foi protagonizada por estudantes, em um tempo histórico mais recente, destaca-se as lutas estudantis na Europa e Estados Unidos em 1968, quando tentaram romper com a lógica de estrita salvaguarda natural que era defendida por Sociedades de Proteção da Natureza desde o século XIX.

[...] aos ambientalistas, que se associavam a toda essa revolução política e cultural, se responderá com a paulatina institucionalização da questão ambiental (conferências mundiais, colóquios, seminários...) que, assim vai pouco a pouco se tornando uma questão paradoxalmente específica e, como tal, perdendo seu poder transformador (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 20).

Além disso, a despeito do grande número de eventos nacionais e internacionais para debater a questão ambiental, se observada a efetiva implementação de políticas públicas nesse sentido, ainda há muito o que se avançar concretamente na garantia de uma sociedade ambientalmente protegida e socialmente justa. Nunca se falou tanto na crise ambiental, em especial sua interface climática e de devastação dos elementos naturais, como na atualidade. Entretanto, “[...] estamos diante, nesses últimos 30-40 anos de globalização neoliberal, de uma devastação do planeta sem precedentes em toda a história da humanidade[...].” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 20), demonstrando o paradoxo que expressa aquilo que Porto-Gonçalves denomina “desafio ambiental”.

Essa incongruência entre o que é dito e o que é realizado pode ter relação com o fato de que, por muito tempo, os problemas ambientais foram observados apenas em seus aspectos biológicos, ecológicos, geológicos e outras noções das ciências naturais. Uma compreensão estritamente técnica (e, em grande medida, tecnicista) que busca isolar esses problemas de seus fatores sociais causais, ou mesmo, encurta a compreensão da cadeia que resultará em tais desequilíbrios, desastres ou outros fenômenos. Assim, tais

diagnósticos, comumente, apresentam a postura predatória do ser humano em relação à natureza como responsável pela crise ambiental.

Esse ser humano, segundo esta lógica, não possui classe social, etnia, cor, gênero, ou qualquer distinção, agindo a partir de um egoísmo interpretado - direta ou indiretamente – como algo inato. Portanto, o caminho para a resolução da crise ambiental estaria ou no fim da espécie humana (como apregoam algumas tendências ecofascistas – sejam elas assumidas ou não), ou na educação desses sujeitos “mal-educados” ecologicamente, recaindo sobre a Educação Ambiental esse papel conversor.

Diversos (as) autores (as) têm realizado divisões do campo ambiental em tendências, perspectivas e enfoques para fins analíticos, pois entendem que há uma multiplicidade de manifestações acerca do tema, desde o âmbito acadêmico até as esferas de decisão. Para Alier (2007), existem três principais linhas no debate ambiental: culto ao silvestre; credo na ecoeficiência; e ecologismo dos pobres. Essa divisão dialoga com a proposta por Acsehrad *et al.* (2009) que, apresentam, como perspectivas da questão ambiental, o “senso comum ambiental” e a Justiça Ambiental. Ainda, Diegues (2008), no âmbito da proteção da natureza, destaca três escolas: ecologia profunda, ecologia social, e eco-socialismo/marxismo.

O culto ao silvestre se refere à lógica na qual a natureza é algo idílico, a ser contemplado e preservado em seu estado natural, o que implica na exclusão dos seres humanos, dado que esses são apontados como os geradores do desequilíbrio natural (ALIER, 2007). Essa maneira de compreender a natureza, e os problemas ambientais, tem grande adesão no campo das ciências naturais e, com base nesses pressupostos, a proposição e criação de parques naturais e, no Brasil, de Unidades de Conservação, tem sido importante via de ação desse setor frente a crise ambiental.

Salienta-se que a análise do conteúdo do documento “Fundamentação Técnico-Científica para criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal, Pelotas, RS”, construída por diversos (as) pesquisadores (as) do campo ambiental, demonstrou essa postura, dado que não houve sequer uma entrevista com a comunidade de pescadores (as) para a construção e publicação do relatório. O documento possui 88 páginas, em que apenas três páginas e meia tratam dos “Aspectos gerais do contexto socioeconômico do entorno”, em que a comunidade da Barra de Pelotas é mencionada dentre as demais, mas sem evidenciar os aspectos de tradicionalidade dos (as) pescadores (as) artesanais e de seu território. Ao contrário disso, é reproduzida a narrativa de que são ocupações irregulares em zonas de risco (BARCELLOS, 2019).

Para Diegues (2008), há um “mito na natureza intocada” como sinônimo de caminho para salvar espécies e ambientes da “ganância humana”, sem haver distinção desses humanos segundo relações de poder ou mesmo de formas de ser e estar na natureza. Sob a alegação da necessária proteção de áreas de importância ambiental, cênica e ecológica, são criadas “ilhas verdes” em meio à lógica capitalista, em que muitas vezes, em nome da abstrata “preservação para as gerações futuras”, se realiza a expulsão de povos e comunidades tradicionais que viviam há séculos nesses territórios.

A linha do “credo na ecoeficiência” Alier (2007) coloca como sendo a perspectiva hegemônica do campo ambiental, pois esta lógica compreende que o modelo atual de desenvolvimento econômico é conciliável à preservação do meio ambiente, desde que mediado por tecnologias verdes e sustentáveis. Segunda essa noção, o problema não está no modo de produção capitalista, mas na ineficiência de alguns processos, que podem ser solucionados a partir do desenvolvimento científico e tecnológico, no qual aparece a possibilidade de um desenvolvimento (capitalista) sustentável. Isso aponta para a denúncia de Porto-Gonçalves (2018, p. 76) de que “vivemos sob um verdadeiro tecnocentrismo, crença de que sempre há uma solução técnica para tudo”.

A última linha apresentada por Alier (2007) trata de um contraponto às duas anteriores, pois não visualiza o ser humano abstratamente como o causador da crise ambiental, tampouco crê em mecanismos técnicos como a solução para essa realidade instaurada. Ao contrário disto, o Ecologismo dos Pobres – que dialoga com as noções de Ecologia Política (LOUREIRO & LAYRARGUES, 2013) ou Justiça Ambiental (ACSELRAD *et al.*, 2009), compreende que o modelo societário vigente é incompatível com a regulação natural do Planeta Terra. Assim como, é antagônico à equidade social e ao respeito às diferenças inerentes às sociedades humanas. Isto é, esse modelo de sociedade precisa ser superado, caso o horizonte seja a efetiva proteção ambiental.

Para Acselrad *et al.* (2009), a noção de Justiça Ambiental⁴, a qual evidencia a realidade de desigualdade enquanto fruto do modelo de sociedade capitalista neoliberal, expressa a indissociabilidade entre a pauta ambiental e a social, provocando uma leitura da crise societária vigente que aponte caminhos de lutas contra esses problemas. Assim,

⁴ Por Justiça Ambiental entende-se o movimento - atualmente expresso também no âmbito acadêmico – que tem gênese no reconhecimento e denúncia da distribuição desigual dos riscos decorrentes da poluição e demais problemas ambientais gerados pelo capitalismo, em que populações negras e pobres estão mais vulneráveis, configurando um cenário de injustiça ambiental. Em resposta a isto, os movimentos populares, com pioneirismo do movimento negro estadunidense, têm se articulado em busca da justiça ambiental, isto é, uma conformação política e social em que as populações pretas e pobres não sejam oneradas pelo modo de vida dos grupos dominantes (Acselrad *et al.*, 2009).

compreender e intervir na realidade contemporânea implica, necessariamente, reconhecer que há um contexto de desigualdade ambiental, visto que “o processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente” (PORTO-GONÇAVES, 2018, p. 25), não destoando para a realidade brasileira e pelotense, as quais fazem parte do universo dessa pesquisa.

A partir desta discussão, é possível refletir sobre a comunidade pesqueira da Barra de Pelotas que se instalou na segunda metade do século XX, e lidou por décadas com a falta de acesso a direitos básicos, como água potável encanada e energia elétrica. Destaca-se que, no presente, essa comunidade ainda sofre com a precária estrutura e iluminação da única via de acesso terrestre e com a ausência de transporte coletivo municipal.

O domínio dos elementos naturais é decisivo para a garantia da continuidade da engrenagem de exploração da natureza – inclusive da espécie humana, dadas as características de consolidação e expansão do modo de produção capitalista moderno-colonial. Dessa forma, “o controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 287), e se concretiza como o “cerne do desafio ambiental contemporâneo” nas análises de Porto-Gonçalves (2018), e foi objeto de investigação na presente pesquisa.

O território é uma categoria analítica que nos remete à inscrição da sociedade da natureza e, assim, nos obriga a considerar as relações sociais e de poder que estão imbricadas na relação das sociedades com a natureza. A problemática ambiental ganha maior consistência quando analisada a partir do território, das territorialidades e dos processos de territorialização (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 38).

Em inter-relação com as perspectivas do debate ambiental, o território aparece como um elemento neutro junto aos que acreditam na ecoeficiência do capital. Já para as tendências conservacionistas, o território é comumente observado como o conjunto dos elementos naturais, o ecossistema em si. Enquanto para a Ecologia Política, isto é, sob uma perspectiva de justiça, território é espaço de disputa de poder.

Silva (2019), por exemplo, ao se debruçar sobre a compreensão dos territórios pesqueiros amazônicos, em especial a dimensão aquática, também destaca a centralidade desse conceito para o entendimento da ocupação e uso da natureza. De acordo com o autor, o território é estruturante para qualquer atividade humana, dado que ele exprime a relação da sociedade com os recursos naturais. O mesmo pode ser expandido para a dimensão terrestre, dado que não há uma separação entre terra e mar na racionalidade dos

povos e comunidades tradicionais, estando esses em conexão pela cultura, trabalho e sociabilidades estabelecidas na pesca artesanal.

O caso da comunidade-território pesqueira da Barra de Pelotas tem algumas semelhanças com o que foi descrito por Silva (2019), ainda que algumas pessoas já tenham sido alvo de remoções ou realocações em momentos anteriores, acabam por retornar ao local, pois seu modo de vida é dialeticamente configurado por esse ambiente. A partir desse conjunto de aspectos teóricos discutidos, essa pesquisa ancorou-se na perspectiva crítica do debate ambiental, por intermédio da Ecologia Política e Justiça Ambiental.

1.1.2. A pesca artesanal construindo territórios tradicionais

A pesca artesanal se caracteriza por ser um modo de vida tradicional, envolve um conjunto de saberes e fazeres próprios, delimita não apenas uma atividade econômica, mas uma cultura e sociabilidade territorial própria das comunidades pesqueiras (DIEGUES, 1983). O saber-fazer pesqueiro envolve os aspectos de captura, manuseio e a comercialização dos pescados⁵. Mas não se limita a isso, pois compreende a relação que esses povos e comunidades desenvolvem entre si e com a natureza das águas e das terras.

Por muito tempo a pesca artesanal foi analisada por uma “visão folclórica e idílica” (DIEGUES, 2004), na qual ao mesmo tempo em que se destacavam os aspectos de vida simples em contato com a natureza, se apresentava uma versão de que a atividade era ultrapassada e primitiva, a ser modernizada pelo capital (DIEGUES, 1983). Assim, se justificaram muitos incentivos governamentais no Brasil, especialmente na década de 1970, para a modernização da pesca, que, na prática, resultaram no desenvolvimento de um setor industrial pesqueiro, com impactos irreversíveis sobre os ecossistemas e sobre as comunidades tradicionais de pesca (DIEGUES, 1983).

Apesar da dificuldade de acesso a dados atualizados acerca do estado da pesca artesanal no Brasil⁶, as últimas estatísticas do setor demonstram ser uma atividade de

⁵ “Pescado, nesse sentido, refere-se mais ao produto dos processos de pesca e aquicultura do que a algum tipo de organismo específico” (CARDOSO, 2019, p. 290), portanto contempla crustáceos, peixes, moluscos, algas e outros organismos que são alvo desses processos produtivos.

⁶ Tal dificuldade decorre do fato de que a pasta “pesca” é observada sob diferentes perspectivas ao longo dos governos federais brasileiros, não garantindo a continuidade da produção de estatísticas pesqueiras. Recentemente com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022, a pesca voltou ao status de Ministério específico, havendo uma secretária da pesca artesanal, além da proposição de um futuro instituto de pesquisa da pesca brasileira, algo que vem sendo dialogado pelos movimentos da pesca artesanal e por

fundamental importância social, seja pela produção e disponibilização de alimentos de qualidade, representando 60% da produção pesqueira no país, seja pela geração de trabalho e renda para um milhão de pescadores (as) (MPA, 2012). Além disto, mobiliza, direta e indiretamente, outros (as) profissionais envolvidos (as) na cadeia produtiva da pesca, desde a captura à comercialização.

No caso da comunidade da Barra de Pelotas é possível perceber que além dos (as) pescadores (as) artesanais que residem e fazem uso do local, o território vivencia migrações de sujeitos, em especial no período da safra do camarão, constituindo outros (as) atores e atrizes que vivem dos bens naturais do território, tais como as descascadeiras de camarão, as fileteiras de peixe, os (as) atravessadores (as) e as firmas de pescados, os turistas e os (as) consumidores (as). O território também é configurado pelas condições ambientais, relacionados aos altos índices pluviométricos na Lagoa dos Patos que acabam por escoar pelo canal São Gonçalo, resultando na elevação do nível da água que, muitas vezes, destrói a única estrada de acesso.

Além disso, as safras (portanto, o modo de vida pesqueiro) influenciam o fluxo de pessoas e as formas de vida e produção no território, expressando a relação dialética em um ambiente natural que se configura como território tradicional de pesca. No campo de pesquisa isso pode ser observado tanto pela movimentação de pessoas em busca da compra de pescados dos pescadores (as) e das peixarias, quanto para consumo em restaurantes de frutos da Lagoa dos Patos e do mar.

O convívio cotidiano com as águas e as terras, aliada à experiência de pessoas mais velhas e consideradas com mais experiência, compartilhada entre as gerações de pescadores (as) artesanais, confere a esses sujeitos um saber da dinâmica ambiental desses contextos. Este saber ambiental⁷ permite que essas comunidades compreendam a espaço-temporalidade das pescarias, observando as marés, a lua, os ventos, assim como influenciam nas suas tomadas de decisões sobre os apetrechos⁸ e embarcações a utilizar, de modo a se garantir o equilíbrio entre captura e os ciclos das espécies (CARDOSO, 2019).

pesquisadores e pesquisadoras, conforme expresso durante as articulações da transição governamental (<https://www.youtube.com/watch?v=6VphFbCvsvw&t=5s>).

⁷ Para Leff (2004) saber ambiental se caracteriza como a concepção de saber em que se abandona o encaixotamento dos conhecimentos, assumindo-se uma visão integrada de explicação da realidade. Por isso, sob essa perspectiva há valorização das distintas cosmovisões dos povos e comunidades tradicionais.

⁸ Apetrecho se refere ao conjunto de equipamentos utilizados para realizar a captura dos pescados, variável conforme espécie-alvo, tipo de ambiente, intencionalidade de captura, dentre outros fatores.

Durante as entrevistas, que serão trazidas ao longo do trabalho, com os (as) pescadores (as) da Barra de Pelotas, foi observado, por exemplo, que a relação com a pesca ocorre através dos familiares ou de contato com outros (as) pescadores (as), das pessoas mais velhas ou antigas no território, sendo que, para a maioria, as inserções ocorreram na infância, desde o acompanhamento no “ir nas redes”, ou mesmo no descasque do camarão. Ao tratar da relação dos (as) pescadores (as) artesanais com a natureza, Cardoso (2019) destaca que as condições ambientais, a exemplo da dinâmica das águas, e elementos sociais, tais como, a posse das embarcações e dos apetrechos, determinam esta relação.

Tal distância que envolve elementos da natureza e elementos técnicos, sociais e econômicos, parece ser inerente à atividade da pesca extrativa e os pescadores, ao produzirem sua existência, operam um corpo de conhecimentos sobre tal realidade. Trata-se de uma construção social, muitas vezes iniciada já no processo de socialização das crianças, filhas de pescadores e que pode ser caracterizada como uma cultura de ofício, uma cultura pesqueira (CARDOSO, 2019, p. 294).

No início do século XX a Marinha do Brasil se utilizou dos conhecimentos dos (as) pescadores (as) artesanais acerca da dinâmica dos ambientes costeiros, pois tal instituição não possuía corpo técnico para controle do litoral (SILVA, 2019). Ainda que usado quando convém a determinadas instituições, o conjunto de saberes dessas comunidades muitas vezes não é reconhecido, ao contrário disso, é invisibilizado e silenciado, algo que será mais amplamente debatido e exemplificado na próxima seção.

Em contraponto aos atravessamentos e ameaças aos seus territórios, os (as) pescadores (as) artesanais vêm se auto-organizando e articulando, coletivamente, para defender seus modos de vida ao longo da história. Cardoso (2019) apresenta, brevemente, o histórico de articulação desses grupos, o qual tem ligação com as Colônias de Pesca, mas que ultrapassa esse instrumento (de origem aparelhada ao Estado) e avança no sentido de construção de movimentos próprios. No caso da Barra de Pelotas, uma das lideranças entrevistadas, o pescador aposentado popularmente conhecido como Macaco (67 anos), compõe a atual gestão da Colônia de Pescadores da Z-3, que representa toda a categoria no município de Pelotas. Além disso, é comunitariamente reconhecido como um dos sujeitos que mobiliza e representa a comunidade em temas decisivos sobre o território.



Figura 1 – Registro do documento concedido pela Câmara Municipal de Pelotas ao pescador Macaco (67 anos) enquanto diretor da Colônia Z-3, reconhecendo esta enquanto Instituição Emérita no ano de 2012.

Atualmente o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais– MPP, a Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras – ANP e a Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos - CONFREM são expressões da articulação complexa e massiva desses povos, tendo inserção nas comunidades pesqueiras ao longo do Brasil. Dentre as pautas defendidas pelos movimentos, estão o reconhecimento e a garantia dos territórios tradicionais de pesca, como ocorre com povos indígenas e quilombolas, através da proposição de um Projeto de Lei de iniciativa popular que tramita no Congresso Nacional (PL 131/2020).

O território se configura como algo em disputa, tanto na dimensão concreta no âmbito societário capitalista, quanto no sentido conceitual, no universo acadêmico (HAESBAERT, 2014). Apresenta papel funcional, por ser um recurso natural, e função simbólico, pela produção de significados para cada grupo (HAESBAERT, 2004). Para Haesbaert (2014) o território é definido a partir das relações de poder manifestadas sobre determinado espaço geográfico, de modo que há variações nesse poder, tanto em termos

de escala - micro e macro territórios -, quanto de dimensões - políticas, sociais e simbólicas.

[...] um espaço geográfico dominado e/ou apropriado, cujas práticas sociais são focalizadas enquanto relações de poder, como se estivéssemos olhando para o espaço focando nosso olhar sobre as relações de poder, mas poder num sentido amplo e que envolve os mais diferentes sujeitos sociais, um poder que vem tanto de cima para baixo quanto de baixo para cima [...] (HAESBAERT, 2014, p. 5).

No âmbito da pesca artesanal, os territórios pesqueiros são compostos pelo conjunto natural, cultural e mítico que permite a reprodução da vida pesqueira artesanal, isto é, não se limitam ao espaço físico propriamente dito, tampouco ao ambiente terrestre (CARDOSO, 2019). Para Cardoso (2019), o território tradicional pesqueiro articula terra-água-ar, pois envolvem os ambientes de coleta no meio aquático, o ambiente terrestre em que atracam, residem, e desenvolvem ações do seu cotidiano de vida, e sempre acompanham a dinâmica atmosférica (os ventos, as chuvas, as secas, etc.).

No caso da atividade pesqueira, os pescadores articulam os domínios da água (não apenas na perspectiva horizontal, mas também em profundidade), da terra e dos fenômenos atmosféricos em sua faina. Pescadores devem saber interpretar o tempo atmosférico, buscando conhecer e prever os riscos de sua lida. O espaço da terra é o espaço da morada, da realização do pescado enquanto mercadoria e alimento. As águas são os espaços da produção (CARDOSO, 2019, p. 301).

Esse território, em sua dimensão aquática, possui uma dinâmica própria de organização e ordenamento horizontal e vertical destes ambientes, que é feito entre os (as) pescadores (as), o que envolve acordos entre eles (as) próprios (as) de modo a respeitar os pesqueiros⁹, estabelecendo-se diferentes territorialidades individuais e coletivas. Cabe destacar que, a realidade de queda dos recursos pesqueiros, com grande parcela de responsabilidade da pesca industrial capitalista, influencia nesta dinâmica contribuindo para a ocorrência de conflitos entre pescadores (as) artesanais por áreas de pesca (SILVA, 2019).

Conforme Silva (2019), a territorialidade é constituinte das formações sociais humanas, portanto, é construída no espaço a partir das relações sociais, econômicas e políticas que as sociedades nele desenvolvem. No caso das comunidades pesqueiras essa territorialidade apresenta uma série de peculiaridades próprias de seu modo de vida. Para o autor, a territorialidade é exercida por meio do uso e ocupação do ambiente aquático pelos pesqueiros; pelo tipo de apetrecho utilizado para realizar as capturas dos pescados,

⁹ Locais de captura dos pescados, normalmente em que há maior quantidade e diversidade de espécies de organismos-alvo das pescarias.

uma vez que eles determinam a área ocupada por determinada pescaria; e pela tecnologia utilizada para a conservação dos pescados, dado que permitem a expansão de sua territorialidade.

Na dimensão aquática do território pesqueiro da Barra de Pelotas, por exemplo, percebe-se que este, além de não se restringir à localidade em si, estabelece conexões com diferentes ecossistemas, tais como o Sistema Lagunar Patos-Mirim e com o próprio Oceano Atlântico. As safras fracassadas na Barra geram o deslocamento temporário de alguns pescadores e pescadoras para outras localidades em busca de seu sustento e manutenção cultural. Já boas safras, transformam o território da Barra em um nó de conexão natural e social com os territórios pesqueiros do Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Santa Isabel.

Observar esses fatores foi importante para o desenvolvimento desta pesquisa, tendo em vista que “há um elo, indissociável, entre território, cultura e identidade, cuja compreensão auxilia a melhor entender teoricamente as identidades territoriais, sobretudo, quando a discussão almeja subsidiar o entendimento de uma atividade constituída de pessoas que dela dependem, como no caso da pesca” (SILVA, 2019, p. 337). Para Silva (2019), “essas características devem ser consideradas na elaboração de políticas públicas direcionadas ao setor pesqueiro” (SILVA, 2019, p. 338).

Em complementação as perspectivas apresentadas por Cardoso (2019) e Silva (2019), destaca-se a importância da dimensão terrestre dos territórios pesqueiros enquanto espaços produtivos. Visto que, neles são feitos os beneficiamentos, como as escamadas, limpezas e filetagens de peixe, ou o descasque do camarão e a tirada da carne do siri e do caranguejo e, por fim, a comercialização. A porção terrestre, em geral, é o principal espaço de atuação das mulheres pescadoras, ainda que algumas também atuem na etapa da coleta de mariscos ou mesmo na captura com redes e embarcações.

Sacramento e Silva (2019) ao tratarem dos territórios pesqueiros quilombolas enfatizam a constituição terra-água desses espaços comuns, onde se manifestam relações de apoio mútuo e solidariedade, tendo em vista que “para os povos e comunidades tradicionais, o território é vida e não é possível ser/estar e ter saúde longe dele. O território é onde o pescado está e onde os ventos favorecem a pescaria” (SACRAMENTO & SILVA, 2019, p. 7).

É também no meio terrestre que ocorrem os concertos das embarcações e das redes, esta última com atuação determinante das mulheres. Assim como, acontece o descanso e muitas das partilhas, socializações e trocas – materiais, simbólicas e políticas – entre os

sujeitos das comunidades pesqueiras. A educação para a pesca artesanal é também desenvolvida, primariamente, no espaço terrestre, onde as crianças, por intermédio das avós, mães, irmãs, tias que estão em terra, aprendem sobre o beneficiamento do camarão e do peixe, assim como colocar o “fio” na agulha usada para “entralhar a rede”¹⁰, saber partilhado por homens e mulheres.

A junção “terra e água” constitui os territórios tradicionais de pesca em espaços coletivos, e, em grande medida, configuram-se propriedades coletivas da natureza, como forma de manter seu modo de vida tradicional, que é intrínseco à proximidade física e à conexão simbólica com as águas. Essa compreensão está expressa no texto do Projeto de Lei que busca o reconhecimento dos territórios tradicionais de pesca, onde está definido que

Territórios tradicionais pesqueiros são as extensões, em superfícies de terra ou corpos d’água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, bem como à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico (PL 131/2019).

Entender a dimensão tradicional e simbólica do modo de vida da pesca artesanal, demanda compreender também a dinamicidade dos povos e comunidades tradicionais. A partir de Silva (2014, p. 24), ao romper com uma visão romantizada da pesca artesanal “supera-se também a pesca como atividade puramente tradicional. Sim, existem as tradições do fazer, das técnicas, de formas societais, repassadas por gerações, mas o pescador é ser, é presente, vive e experimenta a modernidade do capitalismo, como qualquer pessoa [...]”.

Dessa forma, pesquisar a pesca artesanal demanda romper com visões folclóricas e simplistas desse modo de vida, sem incorrer em uma visão romântica do (a) “sujeito (a) pescador (a)”, a qual tende a naturalizar desigualdades e reproduzir estereótipos, que, por exemplo, negam à mulher pescadora o seu devido reconhecimento na atividade. Assim, essa pesquisa se contrapõe às narrativas que tratam a falta de acesso à infraestrutura básica (tais como viver em isolamento; ausência de água, luz, transporte, e outros direitos sociais) como características do modo de vida da pesca artesanal. Algumas também negam possibilidades de melhores condições para esses sujeitos, sejam estas por meio do

¹⁰ Entralhar a rede significa costurar a malha da rede (porção em que os peixes e camarões são capturados) nas cordas que a sustentam, trabalho feito manualmente com o uso de um fio e uma agulha específicos para tal atividade.

uso ou não de produtos tecnológicos no labor da pesca, sob alegação de perda da característica de tradicionalidade, ou, ainda, conceituações de pesca como sinônimo de captura de pescados, excluindo o papel das mulheres na atividade.

Santos *et al.* (2022) relatam essa realidade em decisão judicial frente a Ação Civil Pública do Ministério Público (MP) do Rio Grande do Sul que solicitava a suspensão de licença ambiental prévia para empreendimento minerário em São José do Norte (RS). No caso em questão, o MP reportou a inobservância das disposições da OIT nº 169/1989 com os (as) pescadores (as) artesanais desse município. Contudo, obteve como resposta do juiz que eles não seriam comunidades tradicionais uma vez que teriam modernizado suas técnicas de pesca e negou a solicitação de suspensão de licença prévia do empreendimento.

Nesse sentido, é importante destacar que, os territórios tradicionais de pesca no Brasil, incluso na Barra em Pelotas-RS, configuram-se como espaços de vida, trabalho, cultura, religiosidade, ancestralidade, política, educação, e poderiam ser acrescentadas aqui diversas outras significações dadas por esses sujeitos. Os processos educativos para além de instituições formais de ensino ou pela ação do Estado, ocorrem cotidianamente entre os sujeitos da pesca, desses com a natureza e com o mundo, de modo que o saber-fazer pesqueiro não pode ser compreendido e limitado como a arte da captura de pescados, pois representa outra lógica de se relacionar e se educar com o mundo, com as pessoas e com a natureza.

Com essa compreensão, não se busca apresentar a constituição do território tradicional pesqueiro Barra de Pelotas a partir de um duelo entre “bons e maus”, o que em nada contribui efetivamente para a compreensão da dinâmica desse modo de vida, tampouco para a sua defesa frente ao sistema-mundo moderno-colonial. Porém, é fundamental compreender que tal território pesqueiro não existe na ausência dos sujeitos da pesca artesanal, os quais, de modo geral, desenvolvem relações mais harmônicas com a localidade se observado o estado de conservação do ecossistema local frente a outras áreas de importância ambiental do município de Pelotas. Assim, é imprescindível reconhecer que os territórios pesqueiros são alvos de diversas disputas, e esses povos são, com frequência, expropriados de seus direitos territoriais em nome do “desenvolvimento” (PORTO-GONÇALVES, 2018), manifestadas através dos conflitos socioambientais.

Nas águas sente-se os efeitos da pesca moderna capitalista sobre os pescados, gerando a realidade de colapso pesqueiro, em terra, como aponta Cardoso (2019),

Paralelo a estes eventos relacionados à territorialidade da atividade pesqueira em sua porção aquática, observam-se processos que afetam a territorialidade da atividade pesqueira em terra, tais como urbanização e a industrialização, se manifestando nas zonas costeiras com a implantação de pólos industriais petroquímicos e mineiro-metalúrgicos, a formação de zonas metropolitanas costeiras, a expansão do turismo litorâneo em modalidades de segunda residência ou a formação de pólos turísticos (CARDOSO, 2019, p. 305).

Quando essas formas de apropriação da natureza se chocam por expressarem intencionalidades distintas e, até incompatíveis, para um mesmo espaço, são expressos os conflitos ambientais. Muitos deles ocorrem pela sobreposição de racionalidades diferenciadas, a exemplo dos conflitos envolvendo povos e comunidades tradicionais – como os (as) pescadores (as) artesanais - e o Estado. Esses conflitos, frequentemente, em nome do “progresso” resultam na remoção dessas comunidades tradicionais de seus territórios, gerando a desestruturação dos seus modos de vida (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

Diferentes políticas estatais, inclusive no âmbito da gestão territorial, desconsideram esses povos e comunidades na elaboração de tais marcos legais inúmeras vezes. Em uma realidade em que “[...] os cientistas, empresários, técnicos e dirigentes de órgãos públicos que dominam as dinâmicas dos processos decisórios. Já as "vozes" dos povos atingidos, política e economicamente fragilizados, encontram enormes obstáculos para serem ouvidas nos debates, decisões e documentos” (ZHOURI& LASCHEFSKI, 2010, p. 11).

De acordo com o último Relatório de Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil (2021), publicado pelo Conselho Pastoral da Pesca (CPP), os conflitos de maior incidência nas comunidades pesqueiras são restrição de acesso, desmatamento, especulação imobiliária, seguidos por empreendimentos turísticos e latifúndio/fazenda. Esses conflitos produzem diversas consequências socioambientais nas comunidades tradicionais de pesca, das quais o relatório menciona a diminuição da quantidade e qualidade do pescado, destruição de habitat e assoreamento. Em relação às consequências socioeconômicas, a restrição de acesso ao território é a mais recorrente, seguida pela diminuição da renda familiar, perda da cultura e traços tradicionais, conflitos internos/quebra de laços comunitários e insegurança alimentar e nutricional (BARROS *et al.*, 2021).

Em contrapartida, esses povos e comunidades reagem e resistem tanto em relação as racionalidades que os enquadram como “entraves” ao desenvolvimento e à conservação, quanto aos empreendimentos que avançam sobre seus territórios. Tal

resistência busca defender seus modos de vida frente ao sistema mundo moderno-colonial, ainda que estejam na contramão da lógica hegemônica. As diferentes estratégias de luta desses grupos pelo acesso, permanência e defesa de seus territórios e suas territorialidades têm sido investigadas em distintos campos científicos.

São comuns estudos sobre a pesca artesanal no âmbito da geografia, da sociologia e da antropologia, porém, na Educação Ambiental ainda são bastante incipientes. A partir dessa noção, essa pesquisa adotou o território como central para a compreensão do conflito da comunidade pesqueira da Barra de Pelotas à luz da Educação Ambiental crítica. Deste modo, permitiu o resgate histórico e socioambiental da ocupação e uso desse ambiente, bem como dos processos que o configuraram território tradicional.

1.1.3. A pesca artesanal no campo de pesquisa da Educação Ambiental

Para entender como a pesca artesanal vem sendo tratada no campo de investigação da Educação Ambiental, foi realizada uma revisão bibliográfica dos trabalhos publicados junto às duas revistas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG (PPGEA-FURG), ao qual vincula-se também a presente pesquisa. A primeira etapa da triagem dos trabalhos permitiu identificar, de forma quantitativa, o que foi produzido de 2011 a 2021 nas revistas do PPGEA-FURG, no total de 1070 artigos. Na revista *Ambiente & Educação*, foram publicados 22 números, entre edições regulares e especiais com o resultado de 298 artigos, dos quais 14 tratam da temática da pesca artesanal de maneira central. Na *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA)*, foram publicados 41 números, também abarcando edições regulares e especiais, com a publicação de 772 artigos, em que apenas oito deles tiveram o foco de estudo na pesca artesanal.

Tabela 1 – Artigos que investigaram a pesca artesanal no campo da Educação Ambiental de 2011 a 2021 a partir das revistas *Ambiente & Educação (A&E)* e *REMEA*, organizados por autoria, periódico, ano, título, palavras-chave e objetivo.

Autoria	Revista	Título	Palavras-chave	Objetivo geral
----------------	----------------	---------------	-----------------------	-----------------------

Figueiredo, 2011	A&E	Educação Ambiental na percepção de uma comunidade de pescadores artesanais na costa Paraense.	Educação Ambiental, área de proteção ambiental, Amazônia, comunidades pesqueiras.	“[...] identificar as ações de educação ambiental implementadas em duas comunidades da ilha (Fortalezinha e Mocooca), no sentido de analisar as mudanças de hábitos ocorridas na população da área a partir de tais ações.”
Walter & Anello, 2012	A&E	A educação ambiental enquanto medida mitigadora e compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto.	Educação ambiental, licenciamento ambiental, pesca artesanal, petróleo.	“[...] estabelecer um entendimento conceitual sobre a relação da avaliação de impacto ambiental e suas respectivas medidas mitigadoras e compensatórias determinadas no processo de licenciamento ambiental de atividades poluidoras, tendo como perspectiva a discussão da justiça ambiental.”
Souza & Logarezzi, 2017	A&E	Educação ambiental dialógico-crítica com comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: a solidariedade e os enfrentamentos nas práticas sociais.	Educação Ambiental dialógico-crítica, Educação Ambiental no Pantanal, Educação Ambiental com comunidades tradicionais no Pantanal, aprendizagem dialógica, metodologia comunicativo-crítica.	“[...] identificar e problematizar quais são os elementos obstaculizadores (processos de colonização do mundo da vida) e transformadores (processos de resistência e enfrentamento à colonização) que dizem respeito à prática da pesca profissional artesanal”.
Walter <i>et. al.</i> , 2018	A&E	Por uma racionalidade ambiental: reflexões acerca dos regramentos propostos para pesca da tainha no estuário da Lagoa dos Patos/RS.	Pesca artesanal, conflitos ambientais, gestão pesqueira, tainha, Lagoa dos Patos/RS.	“As reflexões aqui expostas versam sobre a contribuição do Estado, apoiado no discurso científico, em regulações ambientais que têm como premissa uma visão dicotômica entre sociedade e ambiente”.
Silva & Anello, 2018	A&E	Educação no processo de gestão ambiental pública: uma base teórica para investigação da educação ambiental presente nos planos de compensação de	Educação Ambiental, pescadores artesanais, gestão ambiental.	“É parte de um movimento que busca a constituição de uma base teórica que possa dar suporte à investigação sobre como se dão os processos educativos que ocorrem durante o desenvolvimento destes planos junto
		atividade pesqueira.		às comunidades de pescadores”.
Silva & Walter, 2018	A&E	Pesca artesanal e participação na gestão territorial: a realidade dos pescadores artesanais da Lagoa Mirim.	Gestão ambiental costeira, participação social, pesca artesanal, materialismo histórico.	“Este artigo tem como fito a participação social na gestão ambiental e de como grupos sociais com interesses conflitivos se inserem nas arenas políticas que tratam da questão ambiental”.
Txicão & Leão, 2019	A&E	A pesca coletiva com timbó praticada pelos Ikpeng: ensinamentos dessa relação respeitosa com a natureza.	Pesca com timbó, prática cultural, Educação Ambiental.	“O objetivo da pesquisa é relatar a prática dessa pesca realizada pelos Ikpeng (Mato Grosso) com intuito de refletir a relação harmônica deste povo com o meio ambiente”.

Aran, 2019	A&E	Culturas Marítimas na Costa Norte do México; Natureza e cosmovisões em Altamar. Etnoecologia e Nova Etnografia.	Etnoecologia, etnografia, identidade, paisagem, pesca.	“Em Cabo Rojo, o oceano não tem apenas a função de fornecer comida, mas sim o líquido vital (“as águas da vida”, como expressam os pescadores) o elemento de que os tempos dependem: experimentação e conhecimento, e a própria existência do espaço biofísico como um todo, do qual os pescadores são inerentes e não algo estranho e independente”.
Silva <i>et al.</i> , 2019	A&E	Educação ambiental e maricultura: proposta participativa desenvolvida em uma comunidade do litoral do Paraná, Brasil.	Educação Ambiental crítica, extensão universitária, cultivo de ostras, monitoramento ambiental participativo, pescadores artesanais.	“O Laboratório Socioambiental do Centro de Estudos do Mar (Universidade Federal do Paraná) acompanhou e colaborou com a implantação dos cultivos por meio de um projeto piloto de extensão e educação ambiental. Este artigo apresenta os principais resultados das ações educativas e analisa os desdobramentos dos cultivos na vila”.
Ilha <i>et al.</i> , 2020	A&E	Pescadores e botos: histórias de uma conexão em rede.	Pesca Cooperativa, Pescadores artesanais, Botos, Educação Ambiental, Conservação.	“Com o objetivo de contribuir para a conservação da pesca cooperativa na Barra do Rio Tramandaí a partir de um instrumento didático, realizamos uma investigação qualitativa, que recorreu a abordagens do campo da antropologia visual (fotografia) e de relatos orais de métodos biográficos (histórias de vida/depoimentos).”
Silva <i>et al.</i> , 2020	A&E	Análise dos programas de educação ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural.	Palavras-chave, licenciamento ambiental, Educação Ambiental, gestão ambiental pública.	“Este artigo tem como objetivo levantar e analisar os sete projetos de educação ambiental que compõe os Programas de Educação Ambiental implantados no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural na Bacia de Campos (BC) no Estado do Rio de Janeiro”.
Becker, 2020	A&E	Educação ambiental e sustentabilidade para problemas socioambientais em ambientes costeiros – uma contribuição para o Farol de Santa Marta, Laguna, SC.	Comunidade tradicional pesqueira, educação ambiental, sustentabilidade, ambiente costeiro.	“A partir de uma incursão científica, o presente artigo oferece uma contribuição para a formulação de ações educativas ambientais visando à sustentabilidade de seus modos de vida e por extensão a melhoria da qualidade do ambiente local, sugerindo elementos teóricos e práticos que, respectivamente, subsidiem estudos futuros”.
Ferreira, 2020	A&E	Mudanças climáticas globais no litoral do extremo sul do Brasil: indicadores socioambientais e estratégias adaptativas.	Mudanças climáticas globais, indicadores socioambientais, cidadania, educação.	“De modo a facilitar a constatação dos efeitos das Mudanças Climáticas Globais ao nível regional, procedeu-se à seleção de um conjunto de indicadores socioambientais de tal processo, sobre a área da Planície Costeira do Rio Grande do Sul e seu Estuário da Lagoa dos Patos”.

Silva & Saito, 2020	A&E	Educação Ambiental dialógico-problematizadora: uma análise do processo de empowerment de alunos jovens e adultos da casa-escola da pesca.	Investigação-ação, conflitos socioambientais, pesca artesanal.	“Neste artigo apresentamos uma análise sobre o processo de empowerment promovido com alunos jovens e adultos da Casa-Escola da Pesca por meio de ações de educação ambiental desenvolvidas em parceria com o Ecomuseu da Amazônia a partir de conflitos socioambientais relacionados à pesca artesanal.”
Martinelli <i>et al.</i> , 2012	REMEA	Educação ambiental e cartografias das práticas cotidianas de pesca na ilha das caieiras, vitória, ES.	Educação Ambiental, práticas cotidianas, rede de conversações.	“A pesquisa tem como objetivo geral problematizar a Educação Ambiental das práticas pesqueiras cotidianas da comunidade da Ilha das Caieiras por meio das experiências e dos cotidianos vividos por um grupo de estudantes da região”.
Costa <i>et al.</i> , 2014b	REMEA	Saberes etnoecológicos dos pescadores artesanais e alunos da planície alagável do alto rio Paraná.	Etnoconhecimento, saber científico.	“Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de analisar o saber tradicional dos pescadores artesanais e alunos sobre os peixes do rio Paraná e a região de Porto Rico-PR, a fim de estabelecer o diálogo deste com o conhecimento científico na escola estadual local”.
Codes & Barzano, 2014	REMEA	“Me criei no mar, em cima do mar”: pescadores, narrativas e fotografias em São Francisco do Conde-BA.	Estudos culturais, Educação Ambiental, experiência, memória, fotografia.	“Esta escrita vem apresentar uma jornada com três pescadores de São Francisco do Conde – BA, na Baía de Todos-os-Santos, e seus saberes acerca do meio ambiente”.
Costa <i>et al.</i> , 2014 ^a	REMEA	Quando a Universidade vai à escola: a experiência em educação ambiental do Colégio Municipal de Pescadores de Macaé/RJ, 2007-2010.	Escola integral, Educação Ambiental, pedagogia orientada por projetos, mergulho, Rio de Janeiro, Brasil.	“O artigo visa apresentar e analisar a experiência do Projeto Guias Ecológicos do Arquipélago de Santana realizado no ensino fundamental do extinto Colégio Municipal de Pescadores de Macaé localizado em uma região receptora de atividades de exploração de
				petróleo no Estado do Rio de Janeiro”.
Algarve <i>et al.</i> , 2016	REMEA	Estudo avaliativo da comunidade de pesca amadora e profissional no trecho urbano do rio Aquidauana e pesqueiros para a prática de Educação Ambiental.	Pescadores, resíduos sólidos, conscientização	“O estudo objetivou identificar o perfil dos pescadores amadores e profissionais que frequentam o rio Aquidauana no trecho urbano dos municípios de Aquidauana e Anastácio, do estado do Mato Grosso do Sul, a fim de avaliar o comportamento desses pescadores com relação aos resíduos sólidos deixados nas margens e ao longo do rio”.

Campos & Figueira, 2019	REMEA	Teatro do mar: arte para conservação da biodiversidade.	Educação Ambiental estética, teatro do oprimido, relação homem-oceano.	“Nosso objetivo foi estreitar o diálogo com a comunidade acerca dessa problemática através da Educação Ambiental Estética e da Arte, principalmente do Teatro para um diálogo mais efetivo com a comunidade”.
Silva & Anello, 2020	REMEA	Educação Ambiental na Gestão Pública: O processo de construção da Política de Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil.	Educação Ambiental, gestão pública, pesca.	“O presente trabalho é parte integrante de uma pesquisa de doutorado que busca analisar a Educação Ambiental presente no processo de construção da Política de Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil.”
Silva & Adomilli, 2020	REMEA	“Mulher pesca sim!” Desigualdade, invisibilidade e conflitos socioambientais em contextos lagunares no Rio Grande do Sul.	Pescadoras embarcadas, saberes, Educação Ambiental	“Este artigo objetiva apresentar algumas reflexões a partir de uma pesquisa etnográfica junto a pescadoras artesanais embarcadas da Lagoa Mirim e do estuário da Lagoa dos Patos considerando as experiências concretas que apontam um contexto de invisibilidade, exclusão e conflitos socioambientais”.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O estudo da pesca artesanal é historicamente objeto das ciências naturais. Em um primeiro momento, preocupado somente com os estoques de espécies alvos da pesca e com a ação da captura sobre esses “recursos”. Todavia, essa visão mecânica passou a ser questionada, pois visualizava a pesca artesanal de forma incompleta, uma vez que considerava apenas a dimensão do “recurso” e não do modo de vida em si (MOURA, 2017).

Nos últimos tempos despontaram pesquisas a partir da perspectiva socioambiental, as quais utilizam um arcabouço teórico e prático que envolve outras racionalidades que não apenas a instrumental e capitalista (PORTO-GONÇALVES, 2018). Aqui se encontram os trabalhos, por exemplo, do campo da etnobiologia (MARQUES, 2001), da oceanografia socioambiental ou etnoceanografia (MOURA, 2012; MOURA, 2017) e da Educação Ambiental (SILVA & ANELLO, 2018).

A partir da leitura integral dos artigos encontrados nas revistas Ambiente & Educação e REMEA, percebe-se a investigação da pesca na dimensão da interação com Áreas de Proteção Ambiental (APAs) (FIGUEIREDO, 2011) como forma de entender a relação territorial em duas comunidades pesqueiras amazônicas, no estado do Pará,

no contexto de implementação de uma APA em seu território. No trabalho, são apontadas as ações de Educação Ambiental realizadas, principalmente, por um grupo ambiental local através de palestras e oficinas que tratam sobre os impactos do lixo e as possibilidades de seu manejo doméstico.

Cabe salientar que, no artigo, Figueiredo (2011) aponta que a principal questão com os resíduos é decorrente do descarte inadequado do turismo exacerbado na região, mas, ainda assim, suas considerações partem para a necessidade de ampliar os trabalhos de Educação Ambiental com a comunidade pesqueira. Nas palavras da autora:

analizando o antes e o depois, nas conversas com os moradores, percebe-se que o trabalho de EA desenvolvido há alguns anos pelo GAF, e atualmente também pelo SUATÁ, tem sido o diferencial para uma reeducação no que se refere à higiene pessoal, em casa, no quintal e nas ruas (FIGUEIREDO, 2011, p. 169).

Walter & Anello (2012) apresentam uma reflexão teórica crítica sobre conceitos inerentes à Avaliação de Impacto Ambiental no processo de Licenciamento de empreendimentos de extração de Petróleo e Gás, com um enfoque no papel da Educação Ambiental enquanto mecanismo de mitigação e/ou compensação de impactos ambientais. Partem da premissa que, os sujeitos das ações da Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública devem ser os grupos mais vulneráveis, de modo a contribuir para a sua emancipação deles frente ao modelo de sociedade hegemônico, o qual tem resultado na restrição dos territórios pesqueiros. Assim, as autoras ressaltam a importância do tema sob uma abordagem territorial, ao considerar os impactos sobre esse modo de vida na dimensão aquática e terrestre.

Ainda sobre a Educação Ambiental no licenciamento ambiental de empreendimentos petrolíferos, Silva *et al.* (2020) apresentam reflexões sobre os objetivos dos projetos de Educação Ambiental desenvolvidos no âmbito do Programa de Educação Ambiental (PEA) da Bacia de Campos, contemplando municípios dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Os (as) autores (as) destacam que tais projetos têm atuado sobre diversas finalidades, dentre as quais está o fortalecimento de organizações das comunidades, sejam elas de pescadores (as) artesanais, quilombolas ou outros. Além de contribuir para o melhor entendimento dos próprios empreendimentos, compreendem que os PEA's têm conferido melhores condições técnicas e organizativas para os sujeitos dos projetos, contribuindo para a ampliação da participação e do controle social das ações que ocorrem em seus territórios.

Já o trabalho de Silva & Anello (2018) também apresenta uma reflexão teórica

sobre a Educação Ambiental no âmbito dos Planos de Compensação da Atividade Pesqueira, realizados no licenciamento ambiental de exploração de petróleo e gás. No artigo os (as) autores (as) apontam a EA na gestão pública como forma de fortalecer os grupos socialmente vulneráveis. Porém, nem sempre isso é de fato alcançado, de modo que algumas ações podem, inclusive, resultar na manutenção das relações de poder existentes, conforme debatido por eles (as).

Essa dissertação que investigou a comunidade-território pesqueira da Barra de Pelotas está na contraposição das perspectivas conservacionista e pragmática da Educação Ambiental, identificadas em alguns dos trabalhos dessa revisão bibliográfica. Assim, a perspectiva adotada é da Educação Ambiental crítica, a partir de uma abordagem territorial da pesca artesanal em conflitos socioambientais. Desta forma, questiona as relações de poder existentes, as quais colocam a comunidade da Barra em situação de invisibilidade e desigualdade ambiental, inclusive, frente aos processos de gestão de seu próprio território.

Outro conjunto de trabalhos investigou a pesca artesanal em sua dimensão de aprendizagem e saberes do cotidiano (SOUZA & LOGAREZZI, 2017; MARTINELLI *et al.*, 2012; COSTA *et al.*, 2014a), assim como os etnoconhecimentos intrínsecos desses povos tradicionais (COSTA *et al.*, 2014b). Souza & Logarezzi (2017) publicaram um trabalho que reflete sobre a experiência dialógica junto de pescadores (as) artesanais no Pantanal do Mato Grosso, e apontaram elementos que obstaculizam o modo de vida tradicional pesqueiro, que eles definem como reflexo da “colonização da vida”, bem como elementos transformadores dessa realidade, para eles “resistência e enfrentamento à colonização”.

Assim, em diálogo com 83 pescadores (as) artesanais, por diversas técnicas, os autores observaram que a “desesperança”, gerada pela restrição da atividade pesqueira por parte de regramentos estatais, bem como pela falta de políticas de incentivo ao setor, têm sido elementos obstaculizadores, dado que eles estimulam o abandono deste modo de vida. Em contraponto a isso, a confiança e a solidariedade interna às comunidades pesqueiras têm sido elementos fundamentais na resistência contra os fatores de colonização da vida por eles detalhada. Nesse sentido, na visão dessas comunidades pesqueiras, “o Pantanal não se resume a fonte de emprego e renda, mas é, sobretudo, fonte de vida”, onde essas relações conflituosas se estabelecem.

Identificar os elementos que prejudicam ou contribuem para o estabelecimento do

território pesqueiro da Barra esteve no horizonte da investigação aqui apresentada e dialoga com o que foi realizado por Souza e Logarezzi (2017), pois esses aspectos contribuem para entender a configuração atual do território. Como já mencionado anteriormente, a comunidade da Barra sofreu com diversas estratégias que almejavam – explícita ou implicitamente – a sua expulsão por meio da falta de assistência do Estado, mas permaneceu no território. Entender de forma detalhada esse processo, à luz dos preceitos da Educação Ambiental crítica e da Ecologia Política, foi fundamental para esta pesquisa.

Já o trabalho de Martinelli *et al.* (2012), desenvolvido em um bairro predominante pesqueiro na Baía Noroeste de Vitória - Espírito Santo, buscou compreender como os saberes socioambientais e da dinâmica espaço-temporal da pesca artesanal estão no cotidiano da comunidade, dos (as) estudantes e da escola. A localidade é caracterizada pelo maior ecossistema de manguezal do estado e, a escola tem sido referência para o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental que buscam a preservação deste ambiente.

Dessa forma, os (as) autores (as) realizaram uma cartografia social deste ambiente com estudantes de uma escola municipal de ensino fundamental do bairro, que tinham alguma relação de parentesco com pescadores (as) artesanais. Isto posto, identificaram que existe entre esses (as) sujeitos (as) da pesquisa uma etnogeografia, dado que eles (as) identificam os pescados, os instrumentos e locais de pesca, as dinâmicas de períodos de permissão e restrição da pesca, bem como as alterações nas pescarias ao longo do tempo. Deste modo,

[...] evidenciando assim uma Educação Ambiental que acontece, que é produzida, criada, inventada e vivida, tanto nas relações comunitárias e parentais, como também nas redes cotidianas escolares. A escola e o bairro se fundem, dialogam, se atravessam e conversam entre si, sem um “modelo” ou uma “receita” advinda de uma EA prescritiva, mas, com saberes, fazeres, poderes e desejos que se dão nas relações, e que são produzidas nos encontros, conflitos e tensões (MARTINELLI *et al.*, 2012, p. 11).

Costa *et al.* (2014a) também tratam da Educação Ambiental no âmbito escolar, no contexto do Colégio Municipal para Pescadores, uma parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Macaé – RJ. O colégio tinha como perspectiva o ensino integral e politécnico, atuando a partir de uma pedagogia de projetos, como forma de valorizar a pesca artesanal em um contexto de conflitos com a indústria petrolífera.

Assim, os (as) autores (as) apresentam a experiência realizada a partir do “Programa Interdisciplinar Relações Socioambientais”, o qual envolvia diversas disciplinas do currículo e incorporou um projeto “Guias Ecológicos para o Arquipélago de Santana”, conferindo formação aos (as) estudantes, para posterior atuação como guias de estudantes de outras escolas. Para os (as) autores (as), a experiência permitiu atuar a partir da perspectiva freireana da educação, tanto quanto valorizou o saber ambiental da pesca artesanal. Desta forma, a sala de aula não se restringiu aos muros da escola, existindo diversos “pontos de conhecimento”: “esses pontos imaginários, criados a partir da observação, diálogo com os alunos, pais e pescadores da região, possibilitavam interconectar os saberes fragmentados” (COSTA et al., 2014a, p. 265).

Um terceiro trabalho que envolve a Educação Ambiental e pesca artesanal no espaço formal de ensino, foi desenvolvido por Costa *et al.* (2014b) em um município componente da margem do Rio Paraná. Na investigação os (as) autores (as) buscaram compreender os etnoconhecimentos sobre a dinâmica do rio e da ictiofauna que são partilhados entre pescadores (as) artesanais e estudantes de uma escola de nível fundamental.

Para Costa *et al.* (2014b) o etnoconhecimento tem fundamental importância no âmbito do ensino de ciências, e a etnoecologia se apresentaria como uma possibilidade de diálogo do conhecimento tradicional com o conhecimento científico. Assim, ao entrevistarem os (as) estudantes e os (as) pescadores (as) artesanais, os (as) autores (as) identificaram que ambos possuem profundos aprendizados etnoecológicos do ambiente e das espécies de peixes locais. Essa percepção adquirida aponta para a preservação desses saberes entre as gerações, os quais “devem ser difundidos entre a comunidade local e utilizados em práticas e projetos voltados à Educação Ambiental” (COSTA et al., 2014b, p. 95).

A dimensão cultural, mítica e de construção identitária da prática e dos sujeitos pesqueiros foi temática de alguns trabalhos mapeados (TXICÃO & LEÃO, 2019; ARAN, 2019; CODES & BARZANO, 2014). O trabalho de Txicão & Leão (2019) apresenta importantes reflexões sobre a relação do modo de vida indígena, em especial da etnia IKPENG, com a pesca realizada com o cipó timbó-uçá no contexto do Parque Nacional do Xingu em Mato Grosso.

Em contraponto a lógica conservacionista, que tende a criminalizar este tipo de pescaria realizada por povos tradicionais, os (as) autores (as) – dos quais, um é indígena

– identificaram nesta prática diversos aspectos de sustentabilidade ambiental e educativos. Destacam o extenso conhecimento sobre o potencial tóxico do uso da planta para a prática das pescarias nos rios, assim como diversas estratégias de cuidado para a manutenção das espécies e do equilíbrio natural, com rodízios de locais de retirada e de rios de pescarias, passagem de conhecimento dos (as) mais velhos (as) para os (as) jovens e crianças, de maneira a manter esse conhecimento resguardado entre os (as) indígenas IKPENG.

Além do saber-fazer da prática da pesca com timbó e posterior preparo dos alimentos, Txicão & Leão (2019) observaram que os conhecimentos de como preservar essa prática ao longo do tempo, através do respeito aos ciclos naturais das espécies e observação dos fenômenos naturais (enchentes, secas e outros), são ensinados cotidianamente para os (as) mais jovens. Para os (as) autores (as), isso reflete uma forma de Educação Ambiental, que se baseia nos conhecimentos tradicionais desse povo, dialogando com o que é previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais como papel da Educação Ambiental.

Ainda que a pesquisa desenvolvida na Barra não seja no âmbito da Educação Ambiental formal, dialoga-se com a retórica apresentada no trabalho de Martinelli *et al.* (2012), em que a Educação Ambiental é identificada nas práticas e saberes do cotidiano dos (as) filhos (as) dos (as) pescadores (as) artesanais, sendo assim, resultado dos “encontros, conflitos e tensões”. O mesmo acontece em relação aos trabalhos de Costa *et al.* (2014) e Txicão & Leão (2019) pois, ainda que em contextos distintos, o primeiro com pescadores (as) artesanais e o segundo com indígenas, ambos apontam para a necessidade do reconhecimento e valorização dos etnoconhecimentos no contexto da Educação Ambiental Crítica. A forma como o ambiente da Barra se construiu território tradicional – terrestre e aquático – foi observada a partir da racionalidade da comunidade tradicional, mobilizando suas histórias, memórias e saberes da prática diária, o que será discutido nos próximos capítulos.

A dimensão sagrada da pesca artesanal também é apresentada no trabalho de Aran (2019), desenvolvido em Cabo Rojo na região norte do Golfo do México, no qual o autor identificou diversos mitos que se materializam em rituais realizados entre os (as) pescadores (as) artesanais. Dentre os momentos sagrados observados, estão os rituais de passagem dos (as) jovens para a fase adulta, e sua inserção no ambiente marinho ou lagunar, assim como rituais com pedido de proteção e fartura nas pescarias.

Para Aran (2019), em Cabo Rojo os (as) pecadores (as) não visualizam a natureza apenas como seu meio de trabalho, mas como parte de si, fato que é comprovado pelos rituais de “integração” dos (as) novos (as) pescadores (as) ao mar e à lagoa. Assim, “el hombre de Cabo Rojo considera que sin el agua, sin el mar, el ser humano como persona, no puede existir, ni física, ni espiritualmente, es el líquido de vida, temido y respetado, quien guía sus vidas, quien decide su existencia como hombres del mar” (ARAN, 2019, p. 127).

Em campo de pesquisa na Barra, foi possível identificar elementos da relação sagrada com o território, especialmente, por meio do culto e celebração à figura da Nossa Senhora dos Navegantes. Antes da pandemia de COVID-19, a procissão mobilizava toda a comunidade com a decoração das embarcações usando bandeirinhas azuis e brancas e imagens da Santa. De acordo com os (as) pescadores(as) entrevistados (as), Nossa Senhora dos Navegantes protege-os no “mar” e os garante boas safras, de modo que o dia dois de fevereiro é sagrado, é momento de homenageá-la e fazer preces para a safra de camarão que se inicia, bem como agradecer o que já tem sido concedido.

A relação e percepção dos (as) pescadores (as) artesanais sobre o meio ambiente junto aos saberes próprios do modo de vida desses sujeitos também foi tema do trabalho de Codes & Barzano (2014) no contexto da Bahia de Todos os Santos – BA, a partir de fotografias registradas e narradas por três mestres da pesca artesanal, por eles denominados de “moradores do mar”. Através das fotografias, os autores do trabalho puderam compreender de outra forma a cidade de São Francisco do Conde – BA, seu meio ambiente e a pesca artesanal. Para eles, a experiência permitiu que a fotografia “desse voz” aos sujeitos historicamente marginalizados que, ao narrar histórias a partir das fotografias, também demonstraram profundo conhecimento sobre meio ambiente e as culturas deles, pois “são os verdadeiros detentores do saber sobre o meio ambiente, culturas, subjetividades, imaterialidade do patrimônio e os valores simbólicos” (CODES & BARZANO, 2014, p. 70).

Outros artigos investigaram a pesca artesanal a partir das noções de conservação, monitoramento ambiental, sustentabilidade, conscientização e mudanças climáticas (SILVA *et al.*, 2019; ILHA *et al.*, 2020; CAMPOS & FIGUEIRA, 2019; ALGARVE *et al.*, 2016; BECKER, 2020; FERREIRA, 2020). Silva *et al.* (2019) realizaram um relato de uma experiência extensionista com Educação Ambiental Marinho-Costeira Crítica junto de pescadores (as) artesanais do município de Pontal

do Paraná – PR, com o desenvolvimento de atividades formativas e de capacitação no contexto da ostreicultura. De acordo com as autoras, a ostreicultura tem sido uma alternativa pensada por órgãos de Estado entre as comunidades pesqueiras paranaenses como forma de amenizar os impactos da queda dos recursos pesqueiros e consequente vulnerabilidade econômica dos (as) pescadores (as) artesanais.

Nesse sentido, a EMATER (Empresa Brasileira de Extensão Rural) desenvolveu uma experiência com a comunidade pesqueira Maciel, onde o laboratório das autoras realizou processos formativos em busca de capacitação técnica do grupo, bem como fortalecer a organização comunitária para o trabalho e monitoramento da ostreicultura. Para elas, essa experiência caracteriza-se como uma forma de Educação Ambiental Crítica.

O trabalho de Ilha *et al.* (2020) trata de uma exposição fotográfica realizada entre os (as) pescadores (as) artesanais de Tramandaí-RS que praticam a pesca cooperativa com os botos, com vista a valorizar os saberes tradicionais deles (as) e contribuir para a conservação ambiental. A prática de trabalho dos (as) pescadores (as) cooperativos (as) com os botos foi registrada, seguida da escolha das melhores fotos no ponto de vista deles (as), e posterior legenda narrativa para cada uma das imagens. Para os (as) autores (as), a exposição itinerante apresentou-se como uma proposta de Educação Ambiental que valoriza o sujeito ecológico pescador (a) artesanal, e contribui para a conservação dos botos e dessa arte de pesca sustentável.

Campos & Figueira (2019) desenvolveram um trabalho de Educação Ambiental sob a perspectiva estética, com ações junto a crianças, jovens e adultos da comunidade pesqueira Vila Brandão na Bahia de Todos os Santos – BA. Através da pesquisa-ação, buscaram dialogar com a comunidade pesqueira acerca dos desequilíbrios biológicos nos recifes de corais locais. Para isto, eles desenvolveram um diagnóstico socioambiental local, em que a visão dos (as) moradores (as) sobre os problemas ambientais foi evidenciada, com ênfase na poluição por lixo e falta de esgoto sanitário. A partir disto, foi desenvolvido um festival cultural e educativo com ações que, segundo os autores, contribuiriam para a reflexão dos (as) pescadores (as) sobre a importância e as ameaças aos corais.

O estudo de Algarve *et al.* (2016) realizou uma caracterização dos (as) pescadores (as) que pescam no rio Aquidauana (Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai). Além disso, identificou a possível relação deles (as) com a poluição ambiental deste

ambiente através do descarte inadequado dos resíduos. De acordo com os (as) autores a maior parte dos (as) pescadores (as) são amadores (as), em que a pesca é apenas para consumo próprio, e esses (as) afirmam descartar seus resíduos corretamente. Apesar disso, os (as) pesquisadores(as) compreendem que esses sujeitos possuem responsabilidade em relação à poluição local, apostando em intervenções dialógicas (com auxílio de panfleto) buscando a conscientização desses sujeitos para a preservação ambiental do rio.

O trabalho de Becker (2020) propõe diversas reflexões no tema da sustentabilidade junto à comunidade tradicional pesqueira do Farol Santa Marta – SC. De acordo com a autora, a localidade apresenta um contexto ambiental complexo, abarca projetos econômicos e de conservação ambiental, que muitas vezes pressionam o território pesqueiro. Assim, além de um inventário teórico sobre o tema, apresenta as reflexões de alguns pescadores entrevistados em campo exploratório, os quais apontam a necessidade da conservação dos recursos naturais, estímulo ao turismo ecológico e contenção da “fúria imobiliária” como caminhos importantes para a sustentabilidade desse ambiente e da pesca artesanal.

No artigo de Ferreira (2020) a pesca artesanal aparece como um importante indicador para a mensuração dos impactos das mudanças climáticas globais em âmbito regional, mais especificamente na Planície Costeira do Rio Grande do Sul e Estuário da Lagoa dos Patos. O autor realiza uma revisão teórica em que são apontadas diversas alterações na biota e na hidrodinâmica do Estuário da Lagoa dos Patos devido às mudanças climáticas globais, as quais têm grande potencial de impactar negativamente a pesca artesanal e esse modo de vida tradicional.

No contexto das mudanças climáticas, cabe destacar os impactos já comumente noticiados, como a elevação do nível do mar e consequente destruição de encostas. Nas entrevistas realizadas em campo na Barra de Pelotas os (as) 20 interlocutores (as) relataram o avanço da água sobre a única estrada de acesso à comunidade, o que pode indicar alguma relação com as mudanças climáticas, demandando investigação específica sobre o tema. Mas, é importante ecoar a fala do senhor Roberto (53 anos, pescador da Barra de Pelotas) de que, ao longo dos anos, a estrada vem sendo erodida pela ação da água, e ainda que busquem soluções junto ao poder público, tal demanda tem sido ignorada frente a outros interesses.

Aí eles querem preservar o banhado aqui atrás, mas se eles não conter a estrada ali daqui a dez, quinze anos não vai existir mais o banhado aqui que a água vai

levar. Aí como é que eles tão vão preservar um troço que eles não querem botar uma contenção ali, ajuda, melhora pra nós que moremos aqui, que semo pescador e também não vai atingir mais o meio ambiente, comer alí. Porque quando nós se mudemos pra cá, nós se mudemo pra cá em 95, de lá pra cá a água já comeu mais de duzentos metro da praia, porque todos ano que dá enchente vem desmanchando um pouco a estrada, vem desmanchando, aí eles vão mudando a estrada pra cima. Aí eles não tão se alertando que tá desmanchando a área que eles diz que é preservada. Todos ano que dá enchente desmancha um pouco (Roberto, 53 anos, pescador da Barra de Pelotas).

Os conflitos ambientais envolvendo a pesca artesanal permeiam vários dos trabalhos mapeados, sendo foco de investigação em alguns deles (WALTER *et al.*, 2018; SILVA & SAITO, 2020). A dimensão de gênero na pesca artesanal foi central em uma pesquisa no campo da Educação Ambiental (SILVA & ADOMILLI, 2020). Por fim, a gestão ambiental pública, englobando aspectos da participação social, foi tema de dois trabalhos (SILVA & WALTER, 2018; SILVA & ANELLO, 2020).

Walter *et al.* (2018) apresentam reflexões sobre o efeito da racionalidade científica na invalidação de outras racionalidades e ciências, bem como na invisibilização do modo de vida tradicional pesqueiro. O estudo foi realizado com os (as) pescadores (as) artesanais do Estuário da Lagoa dos Patos sobre o “Plano de Gestão para o uso sustentável da Tainha (*Mugil liza*)”, apresentado como regramento estatal sem consulta às comunidades pesqueiras artesanais.

De acordo com as autoras, o Plano foi construído a partir de dados da biologia pesqueira, que, muitas vezes, possuem uma visão fragmentada do real, ancorada na dicotomia de sociedade e natureza. Por essa razão, tais dados apresentam caminhos para a sustentabilidade ambiental dessa espécie de peixe, sem ter base concreta na realidade da pesca artesanal. Em contraposição a isso, as autoras, apontam para a racionalidade ambiental, através da valorização dos saberes dos (as) pescadores (as) artesanais, bem como da garantia da participação nos processos decisórios de temas que os (as) envolvem, tais como a gestão pesqueira.

Ao pensar o conflito histórico da Barra, em diálogo com as leituras realizadas para a construção dessa revisão bibliográfica, bem como análise de documentos que tratam desse território em específico, percebe-se a lógica da ciência moderna aliada aos discursos conservacionistas e pragmáticos da conservação e sustentabilidade. Assim, sem consultar as comunidades pesqueiras, estão em andamento dois projetos, um terrestre (unidade de conservação de proteção integral) e outro aquático (complexo de parques eólicos *nearshore*), que disputam a gestão desse território, sem sequer envolver

as comunidades na discussão do que está sendo proposto. Essa realidade demonstra a invisibilização constante da comunidade tradicional pesqueira da Barra de Pelotas, e consequente desrespeito às legislações que resguardam os direitos sobre seus territórios.

O trabalho de Silva & Saito (2020) trata da experiência de debates sobre os conflitos ambientais na pesca artesanal como tema gerador de discussões e empoderamento, especificamente com estudantes do ensino médio integrado ao curso técnico de Recursos Pesqueiros de uma Casa Escola da Pesca (CEPE) – Amazônia. Através de aulas e oficinas em Educação Ambiental, obteve-se o entendimento dos conflitos ambientais pesqueiros locais e as injustiças ambientais a que esse grupo está submetido. Tais conhecimentos foram palco do desenvolvimento de uma mostra escolar, contribuindo para a autonomia e empoderamento dos (as) estudantes, os quais conferem uma formação crítica e emancipatória aos sujeitos.

A pesquisa de Silva & Adomilli (2020), através do método etnográfico, apresenta reflexões sobre a pesca artesanal realizada por mulheres embarcadas no contexto da Lagoa dos Patos e da Lagoa Mirim, com vista a evidenciar os aspectos de sua prática pesqueira, seus saberes e formas de organização enquanto mulheres em um ofício tido como masculino. Os (as) autores (as) compreendem que, apesar da lógica patriarcal excluir as mulheres da modalidade de pesca embarcada, elas resistem nesses locais, onde, através do trabalho, constroem sua subsistência, autonomia e enfrentamento aos desafios que lhes são impostos.

Para os (as) autores (as), a desmistificação do trabalho embarcado como algo exclusivamente masculino é importante em resposta ao contexto de invisibilidade dessas mulheres, a qual resulta em prejuízos concretos na vida dessas pescadoras, inclusive para o acesso aos direitos da categoria. Tal invisibilidade pode ser resultado da organização sociocultural estabelecida, de modo que as mulheres, além de atuarem na pesca, são protagonistas nos trabalhos domésticos. E, ao mesmo tempo, são minoria nos espaços de poder e fala (SILVA & ADOMILLI, 2020).

No Barra, a maior parte das mulheres desenvolvem atividades relacionadas ao beneficiamento e comercialização dos pescados, conserto de apetrechos e cuidados domésticos. No entanto, existem mulheres que também realizam - ou já realizaram - a etapa da captura junto de seus companheiros, pais e filhos. Na pesquisa aqui realizada não se almejou um enfoque de gênero, mas compreendeu-se que para falar de

configuração territorial demandava reconhecer diferentes olhares sobre a dinâmica local, incluindo aspectos de gênero e faixa etária, o que implicou em uma busca pela diversidade nas escutas, conforme será expresso nas transcrições das falas ao longo dos capítulos.

O trabalho de Silva & Walter (2018) trata da participação social de pescadores (as) artesanais no âmbito de instrumentos da gestão ambiental pública da Lagoa Mirim e regiões adjacentes. Através da análise da participação exercida pelos (as) pescadores (as) no Conselho Cooperativo para Ações nas Lagoas Mirim e Mangueira no Âmbito Pesqueiro (COMIRIM) e no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo, os (as) autores (as) identificaram que a participação social dos (as) pescadores (as) artesanais não é efetiva.

A participação é simbólica, seja pela composição majoritária desses instrumentos, seja pelo papel político para os quais eles operam, o que representa “uma tática de inclusão subordinada”, em que os interesses dos (as) pescadores (as) artesanais (tais como o conflito com o latifúndio e restrições de práticas pesqueiras tradicionais) não são considerados com a devida relevância. Tal configuração não é uma peculiaridade desse instrumento, mas trata-se de uma “estratégia de dominação histórica exercida pelo grupo social que define o uso do território” (SILVA & WALTER, 2018, p. 325).

Por fim, o trabalho de Silva & Anello (2020) trata de outra realidade de participação social dos (as) pescadores (as) artesanais. Nesse sentido, os (as) autores (as) buscam compreender como a Educação Ambiental aparece no contexto da criação da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Rio Grande do Sul, em 2018. A gênese desta Política está no histórico conflito envolvendo a pesca artesanal, armadores (as) de pesca de emalhe, e a pesca industrial de arrasto.

Segundo os (as) autores (as), a aliança dos (as) pescadores (as) artesanais com os (as) armadores (as) da pesca de emalhe representa os impactos comuns sentidos pela pressão da pesca industrial de arrasto, e não uma identidade social. Além disso, o trabalho identificou a conjuntura política presente no Conselho Gaúcho da Pesca (CONGAPES) no contexto de construção da Política. Todo o processo de construção dela foi mediado por ações de Educação Ambiental, com vista a dar voz aos (às) pescadores (as) artesanais, de maneira que esses (as) foram os (as) protagonistas desta luta concretizada em política pública.

O aspecto participação dos (as) pescadores (as) artesanais sobre temas que afetam o território da Barra de Pelotas foi observado a partir da análise documental dos processos já mencionados de proposição de um Refúgio da Vida Silvestre no espaço terrestre, e de um complexo de parques eólicos no contexto aquático. Durante as entrevistas com os (as) pescadores (as) artesanais, percebeu-se que além da não garantia de participação, muitos (as) moradores (as) sequer estavam cientes dessas propostas que almejam operar sobre suas realidades de vida.

Através desta análise da produção de 2011 a 2021 de dois periódicos de relevância no campo da Educação Ambiental, percebe-se que a pesca artesanal foi tema sob diversos enfoques e metodologias. Apesar disto, os estudos sobre territórios pesqueiros ainda podem ser considerados limitados, o que indica uma demanda por investigações nesse sentido, dado que o território é base material e simbólica para a garantia do modo de vida pesqueiro artesanal.

Ademais, a Educação Ambiental, compromissada com uma sociedade socioambientalmente justa, deve atuar também na compreensão desses territórios, seja para identificar as ameaças que os cercam, seja para compreender as estratégias de luta e resistência estabelecidas pelos (as) pescadores (as) artesanais pelo acesso, permanência e defesa de seus territórios e modos de vida. Já que, sem território pesqueiro, não há pesca e pescadores (as) artesanais.

Os trabalhos detalhados acima demonstram diversas ameaças, problemas e conflitos envolvendo os territórios pesqueiros que também se manifestam no contexto da Barra de Pelotas, tais como, conflitos com unidades de conservação, com outras atividades econômicas, ou mesmo com a gestão da pesca e do território. Apesar disto, os objetivos e os formatos de desenvolvimentos dos trabalhos são diversos, de acordo, inclusive, com as concepções de Educação Ambiental intrínsecas nas redações dos trabalhos.

A pesquisa, aqui realizada, assemelha-se às investigações que propõem a Educação Ambiental como uma ferramenta de entendimento dos conflitos socioambientais que envolvem a pesca artesanal, e enquanto mecanismo de denúncia das injustiças ambientais a que esses grupos estão submetidos. Ademais, ainda que no campo da pesquisa acadêmica, entende-se que este trabalho pode ser uma ferramenta acionada pelos sujeitos da comunidade-território da Barra de Pelotas na construção do seu processo de visibilidade e emancipação, contribuindo para a defesa do seu território

e modo de vida.

1.1.4. Os encontros da Educação com o Ambiente em um contexto de conflitos ambientais

A Educação Ambiental embora seja amplamente falada nos veículos de comunicação, espaços educativos, esferas de governo, organizações não-governamentais e iniciativa privada como sinônimo de promoção de boas práticas no meio ambiente, trata-se de um termo polissêmico, mas que, primeiramente, configura-se enquanto um processo educativo (LAYRARGUES, 2009). A educação, por sua vez, é um produto das relações humanas, a materialização e o resultado da sociabilidade entre as pessoas e destas com o mundo, logo, reflete o modelo de sociedade, sendo também uma arena de disputas teóricas e concretas.

Para Freire (1996), a educação, seja ela no âmbito formal ou não formal, é um processo ideológico, o qual contribui para que os sujeitos se adaptem ou transformem a realidade do sistema social vigente. Em vista disso, a educação é uma prática política, não-neutra, dado que a “leitura de mundo” e a “leitura da palavra” são mediadas pelas relações sociais da sociedade capitalista globalizada.

É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade (FREIRE, 1996, p. 86).

Assim, se a educação está em disputa, em um contexto de hegemonia dos princípios da sociedade capitalista, compreender as questões ambientais a partir da educação é, predominantemente, olhar a partir da racionalidade instrumental, que estrutura esse sistema mundo moderno-colonial. Para Grun (1996), isso explica a necessidade de uma educação adjetivada como ambiental, dado que o racionalismo moderno (ou razão científica/cartesianismo) tem gênese na ética antropocêntrica, a qual compreende a realidade a partir da ruptura de natureza e cultura, assim como de sujeito e objeto.

Nas palavras do autor, a educação cunhada na racionalidade moderna por apresentar uma lógica a-histórica, "imobiliza a nossa interpretação" do mundo, limitando a compreensão das bases concretas, políticas e éticas que constroem a crise ambiental e a

resolução dela. Além disso, o cartesianismo exclui todas as possibilidades de saberes que não se encaixam nas suas mensurações e testes quantitativos, o que Grun (1996) denomina de "áreas de silêncio do currículo", ou seja, a tradição e a historicidade da sociedade humana.

Na Lagoa dos Patos, que compõe o espaço desse estudo, a lógica dominante da produção científica sobre a pesca artesanal tem direcionado o foco de análise para os "recursos pesqueiros", e ao tratar das comunidades, não raramente, é em relação aos impactos da atividade pesqueira sobre as espécies e os ecossistemas. Esse cenário converte-se em conflitos constantes entre o que a ciência moderna afirma e a perspectiva dos (as) pescadores (as) artesanais, tendo efeitos concretos no modo de vida e nos territórios desses sujeitos. Afinal, inúmeras vezes, resulta na restrição de suas atividades, como a captura de espécies, conforme será apresentado nos próximos capítulos.

Na perspectiva progressista, que é defendida por Freire (1996), a educação, comprometida com a transformação social, é uma forma de intervenção no mundo, a qual exige o respeito às diferentes formas de conhecimento de modo que:

[...] não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo de "leitura de mundo" que precede sempre a "leitura da palavra" (FREIRE, 1996, p. 90).

Nesse contexto, a valorização dos diferentes seres e saberes, em um processo denominado diálogo de saberes, é defendida por Leff (2009) como um caminho para a racionalidade ambiental, aquela que se contrapõe à racionalidade instrumental. Essa indica outra maneira de compreender a crise civilizatória - que contempla a crise ambiental, da razão e do conhecimento. A partir da noção de saber ambiental, é reconhecido que existem diferentes formas de significação do real, e "o ambiente é um saber sobre a natureza externalizada, sobre as identidades desterritorializadas, a respeito do real negado e dos saberes subjogados por uma razão totalitária, o logos unificador, a lei universal, a globalidade homogeneizante e a ecologia generalizada" (LEFF, 2009, p. 21). Assim,

O saber ambiental não é o conhecimento da biologia e da ecologia; não trata apenas do saber a respeito do ambiente, sobre as externalidades das formações teóricas centradas em seus objetos de conhecimento, mas da construção de sentidos coletivos e identidades compartilhadas que formam significações culturais diversas na perspectiva de uma complexidade emergente e de um futuro sustentável. Consiste em um saber que faz parte do ser, na articulação do real complexo e do pensamento complexo, no entrecruzamento dos tempos e na reconstituição das identidades. O saber ambiental se inscreve no terreno

do poder que atravessa todo saber, do ser que sustenta todo saber e do saber que configura toda identidade. O saber ambiental constrói estratégias de reapropriação do mundo e da natureza (LEFF, 2009, p. 21).

A partir disso é possível refletir, e será discutido ao longo do trabalho, sobre a constituição coletiva de saberes ambientais no território pesqueiro da Barra de Pelotas a partir da vivência de diferentes gerações pesqueiras no local, pela interação dos sujeitos com o território e com as histórias e estórias dele. Tais saberes abarcam as práticas cotidianas de significação do ambiente que utilizam para a reprodução de seu modo de vida, e as construções coletivas que empreendem para conquistar o direito de acesso e permanência ao seu território tradicional de pesca.

A Educação Ambiental tem reflexos desse processo de diferentes maneiras de interpretar e intervir na realidade, também se configurando como um campo - de pesquisa, reflexão e ação – em disputa, sendo categorizada em diferentes correntes, tendências e perspectivas. Para Layrargues (2009), a percepção da necessidade de mudança do curso da crise ambiental é um consenso relativo, dado que, até mesmo entre os (as) sujeitos interessados (as) pela questão ambiental, existem diferentes percepções do que seria esta mudança necessária. Alguns (algumas) apostam em adaptações técnicas frente aos problemas, outros (as) pautam a necessária transformação da estrutura social como imprescindível para uma sociedade sustentável.

De acordo com o autor, a Educação Ambiental deve possuir compromisso social, pois os problemas ambientais se manifestam em uma sociedade marcada pela desigualdade, de maneira que os efeitos dessa crise são sentidos desproporcionalmente, conforme a localização geográfica, classe social, cor, etnia, gênero e outros fatores. Além disso, a realidade de pobreza e desigualdade social contribui para a manutenção e agravamento dos problemas ambientais contemporâneos, e “educação ambiental é educação; e como tal, serve seja para manter ou mudar a realidade, reproduzir ou transformar a sociedade. A educação “ambiental” não só poderia como deveria ser praticada com responsabilidade “social”, pois com ela é possível contribuir com a mudança do quadro das desigualdades no país e no mundo” (LAYRARGUES, 2009, p. 13).

No entanto, novamente, essa percepção não é um consenso quando se trata da Educação Ambiental e das práticas educativas. Para Layrargues & Lima (2014), ela se manifesta em três principais macrotendências, presentes em espaços formais, tais como as instituições de ensino, e nos espaços não formais, a exemplo das comunidades

tradicionais, o que dialoga com as perspectivas apresentadas por Alier (2007) e Acsehrad *et al.* (2009). A conservacionista preza pela proteção dos elementos naturais de forma isolada do contexto social, político e econômico; já a pragmática aponta a busca de soluções técnicas a problemas ambientais; e a crítica propõe a compreensão da crise socioambiental a partir da raiz do seu problema, isto é, do modelo de sociedade capitalista, e sua radical transformação.

Essa divisão do campo social da Educação Ambiental para além de intenções didáticas e analíticas apresenta importante finalidade política, uma vez que evidencia as diferenças de visões de mundo, da própria crise ambiental e os interesses com a prática político-pedagógica. Cabe destacar que, tal caracterização do campo científico e concreto da EA, não almeja juízo de valor acerca das tendências. Mesmo porque, no cotidiano da sociedade, essa divisão é bastante tênue, de modo que nas comunidades tradicionais, por exemplo, é possível identificar experiências de práticas de cunho conservacionista ou pragmático, mas com a intencionalidade de resistência frente a grandes empreendimentos que ameaçam seus territórios. Assim, tal divisão busca apontar que é inconcebível tratar a Educação Ambiental como algo homogêneo e monolítico, sendo ela constituída das disputas teóricas e políticas do campo ambiental e do campo da educação, o que, logicamente, a torna dinâmica e plural (LAYRARGUES & LIMA, 2013).

A macrotendência conservacionista, identificada como “pauta verde”, possui forte adesão entre os (as) profissionais das ciências naturais, apontando para a necessidade de proteção dos ecossistemas e conscientização dos (as) sujeitos (as) para uma mudança cultural em direção a um vínculo mais harmônico com a natureza. Já a macrotendência pragmática, identificada como “pauta marrom”, é a hegemônica na atualidade, justamente, por defender a conciliação do desenvolvimento capitalista com a preservação ambiental, mediada por tecnologias verdes, rumo a um contexto de economia verde e desenvolvimento sustentável (LAYRARGUES & LIMA, 2013).

Dessa maneira, a Educação Ambiental Conservacionista e a Educação Ambiental Pragmática, ao se omitirem frente à realidade de desigualdade ambiental e dos conflitos socioambientais, apostando em ações comportamentalistas e individuais para a suposta resolução da crise ambiental, sob a crença de neutralidade da ciência, se constituem em uma perspectiva conservadora dentro do debate ambiental, dialogando e mantendo a lógica neoliberal de sociedade (LOUREIRO, 2012). Para Layrargues & Lima (2013) essa perspectiva além de conservadora

[...] era limitada, por entender que o predomínio de práticas educativas que investiam em crianças nas escolas, em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteudística e normativa não superariam o paradigma hegemônico que tende a tratar o ser humano como um ente genérico e abstrato, reduzindo-os à condição de causadores da crise ambiental, desconsiderando qualquer recorte social (LAYRARGUES & LIMA, 2013, p. 29).

Em alternativa as duas macrotendências apresentadas, desde a década de 1990, em meio à efervescência dos movimentos sociais democráticos, tem se consolidado a Educação Ambiental Crítica, a qual compreendeu como indissociáveis as questões ambientais das questões sociais, pois “a crise ambiental não expressava problemas da natureza, mas problemas que se manifestavam na natureza” (LAYRARGUES & LIMA, 2013, p.29). Assumindo seu compromisso social (LAYRARGUES, 2009) de politizar o debate ambiental, a Educação Ambiental crítica traz para o foco da discussão os temas da cidadania, participação e justiça ambiental, compreendendo a crise ambiental como algo complexo que não pode ser solucionado por meio de visões e ações reducionistas e de mercado (LAYRARGUES & LIMA, 2013).

As correntes categorizadas como EA crítica vêm questionando a racionalidade moderno-colonial, e seus preceitos instrumentalistas, de modo a desmistificar falsas dualidades como natureza e cultura, e saber e poder. Assim, denuncia que, para além de tratar dos problemas de ordem ecológica, é papel da Educação Ambiental envolver os grupos que estão em situação de vulnerabilidade frente a tais realidades, e evidenciar os conflitos, pois “o problema ambiental é diferente do conflito sócio-ambiental, uma vez que o enfoque do problema ambiental tira do contexto analisado os atores sociais em disputa, que o enfoque do conflito sócio-ambiental recupera para a centralidade da análise” (LAYRARGUES, 2009).

Desta maneira, a macrotendência crítica diverge de concepções simplistas que desconsideram a necessidade de pensar a proteção do meio ambiente em aliança com a justiça social. Conforme aponta Diegues (1983), grande parte das áreas de importância ecossistêmica estão em bom estado de conservação justamente pelo manejo realizado pelas comunidades tradicionais, dado o respeito pelos ciclos da natureza como prática de manutenção de seu modo de vida intrinsecamente ligado ao território. Dessa forma, diferem dos pressupostos capitalistas, “nesse sentido, a sociedade moderna tem muito a apreender com o saber e o saber-fazer das populações tradicionais no que diz respeito ao trato e à conservação da natureza” (DIEGUES, 1983, p. 14).

1.2. A pesca artesanal e os conflitos ambientais no Brasil

1.2.1. A pesca artesanal e os conflitos ambientais no Brasil e no Rio Grande do Sul

O senso comum tende a associar a palavra conflito a algo necessariamente negativo. Assim, conflito ambiental facilmente é confundido como sinônimo de problema ambiental. De fato, ele pode resultar de (ou resultar em) uma adversidade no meio ambiente, por exemplo, o colapso dos “recursos pesqueiros”. Entretanto, o que difere problema ambiental de conflito ambiental é que, enquanto o primeiro explica um fenômeno natural ou antrópico no meio ambiente, o segundo conceito descreve uma relação de poder que se manifesta na sociedade e que envolve diferentes concepções e usos da natureza.

Para compreender a questão ambiental, os (as) estudiosos (as) que acionam os conflitos como lente analítica partem da compreensão de que a natureza possui diferentes significações nos distintos grupos humanos, exemplificada pela diferença da relação que povos e comunidades tradicionais constroem com os demais elementos da natureza em relação ao setor industrial pesqueiro. Mas, para além da diferença pela cultura e sociabilidade, a capacidade de interferência na natureza é, em grande medida, determinada pelas condições objetivas de que dispõem esses grupos sociais.

As comunidades e povos tradicionais estão na contramão desse desenvolvimento. Suas relações extrativistas e de usufruto estão estruturadas e inseridas nas teleconexões continente-oceano-atmosfera-hidrosfera-biosfera, que fundamentam ancestralidades e vínculos interdependentes com a conservação dos biomas e ecossistemas. Os danos provocados por mercantilização e consumo dos recursos ambientais, base do conflito com o agro e hidronegócio, degradação dos bosques ribeirinhos e dos manguezais são evidenciados no mapa como indutores de injustiças ambientais, riscos à saúde coletiva e insegurança alimentar. [...] Além disso, são acompanhados de tentativas de invisibilizar os atingidos, apresentando notadamente os valores mercantilistas de ‘emprego e renda’ como alicerces para o desenvolvimento (LEROY & MEIRELES, 2013).

O conflito se estabelece quando distintas visões de mundo disputam um mesmo espaço, “recurso natural” e/ou esfera de decisão. Assim, para autores(as) como Henri Acselrad, Andréa Zhouri e Klemens Laschefski, o conflito ambiental se caracteriza por ser a explicitação das disputas - em suas mais variadas formas - entre diferentes perspectivas e intencionalidades sobre a natureza. Ademais, nessa luta de poder há

incutida uma relação de desigualdade, nomeada por desigualdade ambiental, que, historicamente, tem colocado determinados sujeitos em situação de injustiça ambiental, conforme elementos de classe, raça e gênero (ACSELRAD *et al.*, 2009).

Zhour e Laschefski (2010) caracterizam os conflitos como latentes e externalizados, em que o primeiro representa aqueles conflitos em que não está explícita, inclusive para os (as) atores e atrizes envolvidos(as), a disputa dos diferentes interesses sobre determinado território ou “recurso”. Já os conflitos externalizados referem-se àqueles “externalizados em falas e/ou ações dos sujeitos sociais envolvidos” (LEAL, 2013, p.2). No caso da Barra de Pelotas, Nebel (2014) mapeou o conflito do “Pontal da Barra”, que engloba a comunidade-território pesqueira em estudo nesta dissertação, e apontou-o como um caso de conflito externalizado. Dado que, as disputas pelo espaço geográfico e a própria significação simbólica do Lugar são explicitadas pelos (as) envolvidos (as), havendo inclusive momentos de enfrentamento e embate público entre os grupos.

Tal conflito tem sido investigado em diversos campos do conhecimento. No entanto, não foram encontrados trabalhos que abordem a negação dos elementos de tradicionalidade da comunidade-território pesqueira da Barra de Pelotas como fator de invisibilização e desproteção frente a seus direitos. Assim, ao tratar desse caso é importante localizar não apenas as disputas que se estabelecem no campo territorial material, já que a comunidade convive com a insegurança acerca de sua permanência no local, como também disputas no campo do saber, pois são inúmeras as narrativas acerca da legitimidade de uso e ocupação desse território.

No que se refere aos conflitos de saberes, é importante destacar que seus efeitos não ficam no âmbito da divergência da palavra, dado que há uma relação de poder e, neste caso, poderia ser expresso como o “poder de influência da caneta”, uma vez que os dados científicos são, frequentemente, utilizados como base para a elaboração de políticas públicas, inclusive da gestão pesqueira, por parte dos(as) tomadores(as) de decisão. Sobre esse aspecto dos conflitos envolvendo comunidades pesqueiras e a racionalidade moderna hegemônica nas ciências naturais, os trabalhos de Moura (2012; 2016) denunciam o papel da ciência na destruição de territórios tradicionais. A estrita observação do “recurso pesqueiro”, que invisibiliza os (as) pescadores (as) artesanais, e a sistemática produção de dados que enquadraram essas comunidades como responsáveis pelo colapso de espécies de peixes e crustáceos, são apontados como mecanismos recorrentes no âmbito científico.

Assim, percebe-se que o tema dos conflitos ambientais no âmbito da pesca artesanal envolve diferentes atores e atrizes, desde agentes do Estado até a iniciativa privada, assim como os espaços de produção de conhecimentos e dados científicos. No caso da Barra essa realidade é evidente, e foi investigada nesse trabalho. Entretanto, ao longo do desenvolvimento da pesquisa percebeu-se que a tarefa central, enquanto uma proposta de intervenção na realidade, estava em, justamente, evidenciar a comunidade da Barra de Pelotas como uma comunidade tradicional. Uma vez que, apesar de se autoidentificarem como pescadores e pescadoras artesanais, e do território ser popularmente visitado e reconhecido por isso, no que tange ao acesso à informação acerca da gestão do território e da tomada de decisões, essa característica da comunidade tem sido invisibilizada.

Desse modo, no capítulo II desta dissertação a comunidade da Barra de Pelotas é localizada no âmbito do município bem como do conflito “Pontal da Barra”, que a engloba. A partir do aporte teórico apresentado nesse primeiro capítulo foi possível compreender as nuances do conflito que atinge a comunidade que vive em vigilância e defesa de seu território tradicional, bem como os diferentes projetos que ameaçam a sua permanência no local e seu modo de vida.

2 – DA BARRA AO PONTAL EM PERSPECTIVA: OS CONFLITOS AMBIENTAIS EM UM TERRITÓRIO PESQUEIRO IMERSO EM UMA ÁREA DE IMPORTÂNCIA AMBIENTAL

Este capítulo apresenta a comunidade tradicional pesqueira Barra de Pelotas a partir da narrativa dos (as) moradores (as), de modo que suas histórias de vida se entrelaçam com a constituição do território. Além disso, trata dos principais conflitos que envolvem a localidade, tanto de ordem privada quanto de iniciativas públicas, dos quais é feita a análise em profundidade da proposição de uma unidade de conservação de proteção integral sem consulta à comunidade.

Nesse sentido, é traçada uma análise à luz dos princípios da Educação Ambiental Crítica do relatório técnico científico que propõe a criação do Refúgio da Vida Silvestre Pontal da Barra do Laranjal, sinalizando para violação do direito a escuta prévia que não foi garantido na construção do referido documento. Assim, o capítulo é finalizado com a discussão do princípio da participação e sua importância na garantia do direito ao território por parte das comunidades tradicionais pesqueiras.

2.1. O município de Pelotas, a comunidade-território da Barra e o banhado do Pontal da Barra

O Município de Pelotas está localizado no extremo sul do Brasil (Figura 2), apresenta atualmente uma população estimada de 343.826 mil pessoas, com uma densidade demográfica de 203,89 hab/km² (IBGE, 2022). Fundada no século XVIII, no ano de 1835, Pelotas tem sua história marcada pela exploração de pessoas negras escravizadas para a manutenção de uma economia baseada na pecuária, através das charqueadas, posteriormente substituída pelo cultivo extensivo de arroz (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2022).



Figura 2 – Localização de Pelotas. Fonte: ROCHA *et al.*, 2017.

O território do município está dividido em nove distritos, a saber: Pelotas, Cascata, Cerrito Alegre, Colônia Z/3, Monte Bonito, Quilombo, Rincão da Cruz, Santa Silvana e Triunfo. O Laranjal se enquadra como um sub-distrito. Dentre o conjunto das suas atividades produtivas, como a pecuária e a agricultura, a pesca se caracteriza como uma importante fonte de trabalho e renda, assim como, de garantia de alimentos de qualidade para o município de Pelotas e região. De acordo com Kalikoski & Vasconcellos (2013)¹¹, o município conta com seis comunidades pesqueiras (Z3; Barro Duro/Valverde; Pontal da Barra; Vila da Palha; Balsa/Doquinhas; e Ponte), e envolve 820 pescadores (as) artesanais, dos (as) quais 50 são do Pontal da Barra. Dessa forma, o município tem o terceiro maior número de pescadores (as) artesanais na Lagoa dos Patos, atrás apenas de São José do Norte e Rio Grande.

O Laranjal se caracteriza como um dos principais pontos turísticos do município, sendo subdividido em três principais zonas: Santo Antônio, Valverde e Pontal da Barra (ou Novo Valverde). O Pontal da Barra abrange a porção do Laranjal em conexão com o Canal São Gonçalo e representa uma Área de Preservação Permanente. Ademais, seu ambiente é caracterizado como banhado protegido por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, na categoria de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

¹¹ Cabe destacar que a lente utilizada para o mapeamento de Kalikoski & Vasconcellos (2013) está alicerçada nas ciências naturais, o que pode representar uma visão de pescador artesanal ainda vinculada a etapa de captura, indicando uma estatística inferior a realidade concreta, ao considerar as outras práticas que constituem a categoria pescador (a) artesanal.

A localidade popularmente conhecida como Pontal da Barra contempla, pelo menos, três áreas: o novo valverde, a antiga comunidade do trapiche e a comunidade pesqueira da Barra. A primeira localidade é composta por moradores (as) do Laranjal e não se caracteriza pela pesca enquanto modo de vida, ainda que tenham pescadores (as) que lá residam. Já a segunda comunidade, removida em 2011, e sujeita do estudo de Nebel (2012), apresentava uma dinâmica própria, reunindo pescadores (as) artesanais, recicladores (as) de materiais recicláveis, domésticas (as), dentre outros (as) trabalhadores (as) em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os (as) quais ocupavam o local em busca do seu direito à moradia.

A comunidade pesqueira da Barra de Pelotas, por sua vez, é anterior às duas já mencionadas, sendo datada recentemente ao final da década de 1960, e sua gênese estritamente ligada à atividade pesqueira artesanal. Tal comunidade, ainda que ocupe tradicionalmente a localidade há mais de 40 anos, sofre com processos de invisibilização e falta de assistência no que diz respeito à direitos humanos e territoriais, os quais vêm sendo adquiridos a partir da auto-organização comunitária por diversas vias, conforme será apresentado na sequência deste e do próximo capítulo. Nessa seção, busca-se tratar da comunidade pesqueira da Barra de Pelotas como central nessa investigação, abordando sua relação com as localidades adjacentes, tanto as existentes quanto as removidas, e os conflitos que se manifestam em seu território.

2.1.1. A origem contemporânea da comunidade-território Barra de Pelotas

A comunidade-território da Barra de Pelotas está localizada espacialmente na região composta pelo extenso banhado do Pontal da Barra, zona úmida de grande importância ambiental, rodeado pelas águas do canal São Gonçalo e Laguna dos Patos (Figura 3). Configura-se enquanto um território tradicional há milhares de anos, como afirmam os trabalhos de Milheira *et al.* (2016) e Milheira (2021). Milheira (2021) a partir da observação da constituição arqueológica do Pontal da Barra apresenta que:

a grande quantidade de fauna lacustre, a apropriação simbólica do mundo aquático e as patologias ósseas dos indivíduos exumados em contextos de cerritos são elementos que apontam para o fato de que os cerriteiros teriam o comportamento pesqueiro como um fator central na economia e, certamente, a pesca seria um agente fundamental na forma de organização social (MILHEIRA, 2021, p.9).

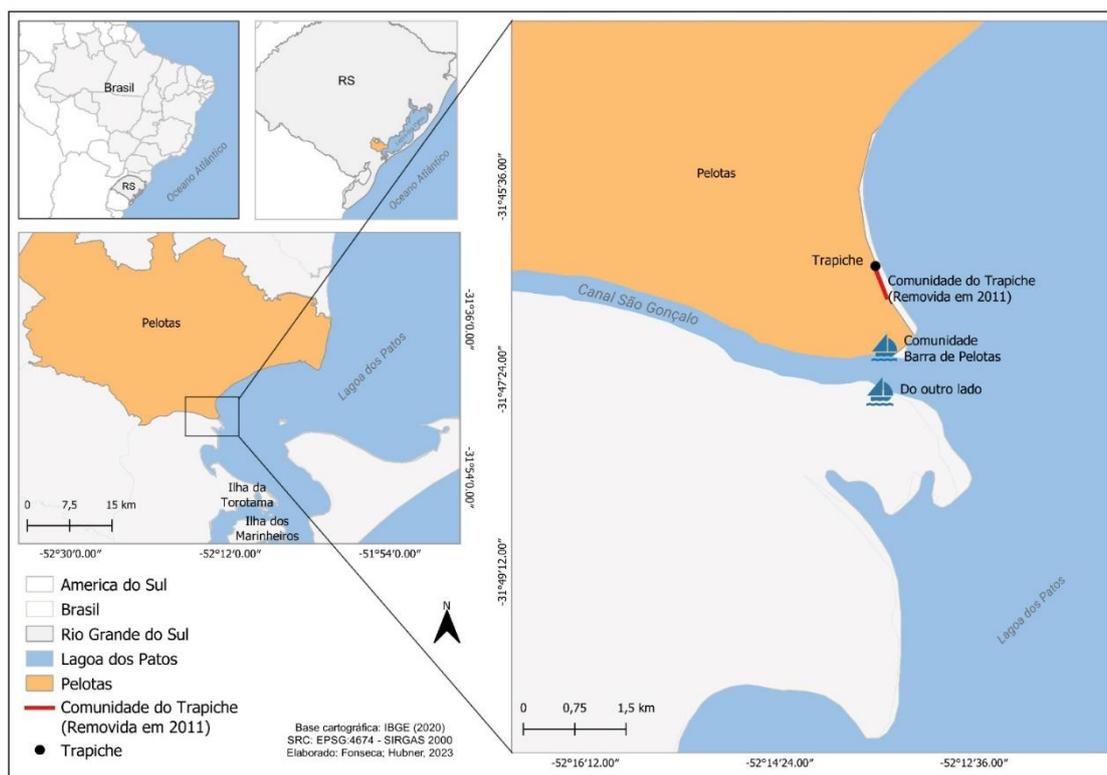


Figura 3 – Localização do Pontal da Barra, incluindo Canal São Gonçalo, Banhado do Pontal da Barra e Lagoa dos Patos. Elaboração: Fabiane Fonseca e Juliana Hubner (2023) - Laboratório MARÉSS / FURG.

Esse cenário se mantém na atualidade, em razão do local aportar uma comunidade tradicional pesqueira amplamente conhecida e visitada pelos munícipes e turistas de outras localidades. Ela tem sua gênese contemporânea na década de 1960 e, de forma natural, passou por um crescimento populacional como resultado na imigração de novos sujeitos, mas, principalmente, pela reprodução natural das famílias. De acordo com a Secretaria de Habitação do Município de Pelotas, em 2021, 66 famílias viviam permanentemente na Barra de Pelotas, contemplando 135 moradores (as) (MEOTTI & CHIARELLI, 2021).

Todavia, a presente pesquisa demonstrará a seguir que, tal dado não corresponde à realidade atual, uma vez que além de estar subnotificado, desconsidera a dinâmica do território pesqueiro que sofre oscilações conforme os diferentes períodos do ano e sucesso das safras de pescados, levando ao incremento da comunidade por novos sujeitos.

Dito isto, o Decreto N° 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, além de definir o que são povos e comunidades tradicionais, assim como seus territórios, traça objetivos fundamentais referentes a participação desses grupos nas discussões de temas que os envolvem. De acordo com a Política, são considerados povos e comunidades tradicionais

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição,

os quais têm direito ao seu território tradicional. Esse compreendido enquanto “os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma **permanente ou temporária**” (BRASIL, 2007, grifo nosso). O Pontal da Barra é um ambiente natural de grande importância ecológica, abarca uma considerável biodiversidade de fauna e flora, além de importante riqueza arqueológica, e, há décadas, tem sido palco de conflitos territoriais, envolvendo setores públicos e privados. Nebel (2014) estudou os principais atores deste conflito, dos quais ela destacou a iniciativa privada, por meio da especulação imobiliária, o Poder Público, principalmente, através da Prefeitura Municipal de Pelotas, pesquisadores (as), representações do movimento ambientalista da região, e as comunidades locais.

O conjunto de pescadores (as) do Pontal da Barra estava distribuído em duas principais localidades: comunidade do trapiche e Barra (Figura 3). A primeira, localizada mais próxima a zona nobre do bairro Laranjal, foi removida entre os anos de 2010 e 2011, sendo apontado como um episódio de gentrificação (NEBEL, 2014). Já a comunidade da Barra localiza-se na porção limítrofe entre o Banhado do Pontal da Barra (RPPN) e o Canal São Gonçalo e foi sujeita desta investigação.

Cabe destacar que a remoção dos (as) moradores (as) da comunidade do trapiche para outras regiões do município resultou no retorno de parte deles (as) para a localidade da Barra, visto que, são pescadores e pescadoras artesanais e dependem da vivência com o ambiente local para a sua sobrevivência material e reprodução simbólica de seus modos de vida. Esse incremento de pessoas alterou significativamente a comunidade-território da Barra, seja pela ocupação de locais antes de ordem natural, seja pelo fluxo de pessoas nas diferentes estações do ano.

Nesse trabalho, ao buscar compreender quem foram os primeiros (as) moradores (as), de onde vêm e por que a Barra foi o destino, realizaram-se diálogos com os (as) moradores (as) mais antigos (as) que ainda residem na comunidade. Entretanto, durante as falas identificou-se a existência de moradores (as) anteriores a eles (as), alguns já falecidos, outros (as) ainda estão vivos (as) e não residem mais no local, e, para essa pesquisa, não foi possível a entrevista. Todavia, o trabalho de campo realizado durante os anos de 2021 e 2022, o qual engloba a fase exploratória e o campo propriamente dito,

indica que a localidade tem sido utilizada e ocupada por pescadores (as) artesanais contemporâneos há mais de 50 anos, sendo que o morador mais antigo, que ainda permanece na comunidade, se instalou em 1969, ou seja, 54 anos de residência fixa no território.

A origem da Barra está atrelada as demandas de pescadores e pescadoras artesanais de outros territórios tradicionais, como da região da “Osório” (zona do centro de Pelotas), da “Balsa” (Bairro que tem uma comunidade tradicional pesqueira), da Z-3 (maior comunidade tradicional pesqueira pelotense), da “Várzea” e da “Ponta Rasa” (localidades pesqueiras do município de São José do Norte), do “Guamá” e “Do Outro Lado” (localidades pesqueiras do município do Rio Grande), assim como, dos municípios de Santa Isabel e São Lourenço do Sul (Figura 4). Nesses dois últimos municípios, não estão especificadas as comunidades, pois não foram entrevistados (as) sujeitos (as) oriundos (as) deles, apenas acessada essa informação por intermédio das entrevistas e observação participante na comunidade.

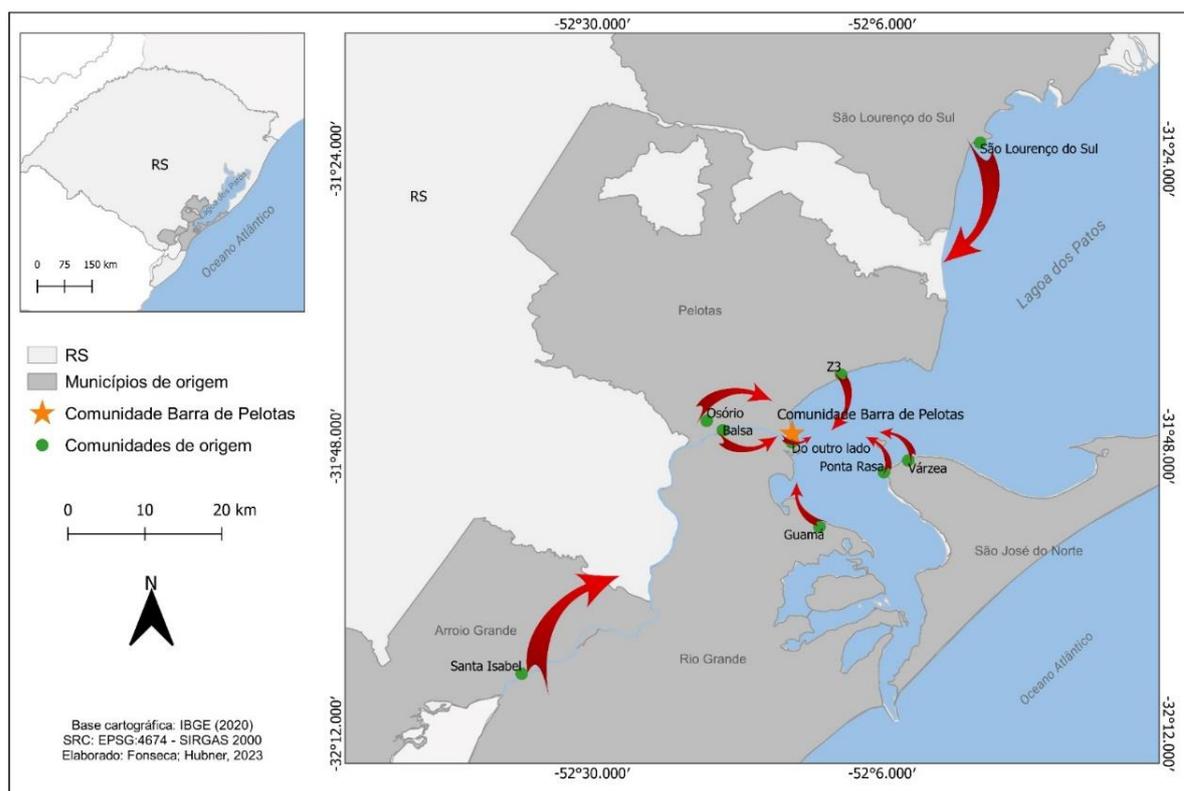


Figura 4 – Origem da Barra de Pelotas a partir de outros territórios tradicionais de pesca artesanal no extremo sul do Rio Grande do Sul. Elaboração: Fabiane Fonseca e Juliana Hubner (2023) - Laboratório MARéSS / FURG.

Cabe destacar que essa origem mapeada, refere-se aos (às) moradores (as) atuais e permanentes da Barra de Pelotas, e há uma limitação em termos de identificação de

gerações anteriores que residiram na Barra, assim como dos (as) “pescadores (as) temporários(as)”, ou seja, pescadores (as) de outras localidades que, em períodos de safra, residem no local, seja em suas embarcações, em casa de parentes ou em construções de acampamentos. Dessa forma, pela observação participante da comunidade há mais de 20 anos (dado que a autora é moradora do local) sabe-se que em períodos de safras, especialmente do camarão, a Barra tem em sua composição outros (as) pescadores (as) de diversos territórios pesqueiros dos municípios gaúchos em que se insere o Sistema Lagunar Patos-Mirim.

Assim, na escuta da história de vida dos (as) moradores (as) foi possível identificar a constituição e dinâmica do território pesqueiro, o que evidenciou que a escolha pela Barra de Pelotas como lugar para viver está imbricada ao modo de vida pesqueiro e não somente à busca de direito à moradia, portanto, não sendo passível de realocação. Além disso, ao observar o estado de conservação do ambiente natural, percebe-se a ocupação da zona costeira para o estabelecimento das residências, galpões de pesca e os trapiches para as embarcações, não havendo expansão da comunidade sobre a zona de importância ambiental para além do necessário à reprodução de seu modo de vida.

Dodoce (78 anos, pescador da Barra de Pelotas) é o morador mais antigo que ainda reside na comunidade da Barra de Pelotas. Disse conviver na localidade desde seus 10, 12 anos de idade, por volta de 1958, pois seu pai era marítimo do DEPREC – Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - e costumava trazê-lo. Ainda muito jovem iniciou sua vida na pesca artesanal, e, em 1969, passou a viver desta atividade na Barra de Pelotas, tendo feito sua matrícula junto a SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - oficialmente em 1973 (Figura 5). Ele relata que, no início da sua adolescência (13 anos), pescava no Arroio São Gonçalo e que por isso conhecia as pessoas que moravam “Do Outro Lado” (Figura 3) e alguns pescadores que ocupavam o Pontal da Barra na região próxima ao trapiche. Segundo Dodoce, na década de 60, havia uma comunidade de pescadores (as) próximo ao trapiche do Laranjal, pelo menos quatro, mencionados por ele: Magno, Peixoto, Castilhano e Mauro.

Eu vim da cidade, mas eu já pescava no arroio. Aí uma vez eu comprei um botezinho que era um escaler, porque dava bastante peixe dentro do arroio aí, bastante mesmo. O Macaco não chegou a pegar, mas eu peguei as redes, não tinha rede de nylon, era linha urça, porque tinha o gerbo, depois o nylon seda... não, a urça e depois o nylon seda. Era o fio que não tinha plástico, plástico não tinha, aí eu peguei e comprei esse botezinho e trabalhava ai dentro do arroio até aqui na Barra, eu botava rede pra tainha ali que era do baixo. Aí eu morava nessa casa que eu digo pra ti que era do velho esse que eu me dava muito com ele, e ele deixou eu morar ali, o Natalício, eu morava ali. Tinha mesa de jogar snuc, tinha tudo ali. E o Macaco uma vez veio trabalhar a tainha comigo, ele

se lembra disso aí. Nós morava ali, Do Outro Lado. Eu servi em 64, isso aí foi em 65. Mas eu vinha pra Barra e ficava no Natalício e no Butina eu tinha 12 ano de idade. Aí eu ficava ali morava o Beto do outro lado, morava o Natalício, morava o Buião, moravam tudo ali, eram tudo parente, ali embaixo daquele figueirão que tem ali, onde é a casa do Carúcio ali pra trás ali. Quando eu vim pra cá a primeira vez foi em 69, vim com uma barraquinha ai depois eu fiz uma casa passando aquele quadrado ali (Dodoce, 78 anos, pescador da Barra de Pelotas).



Figura 5 – Carteira de pesca de Dodoce em que consta seu registro em 1973 como pescador profissional vinculado ao território “Barra do São Gonçalo”.

Em conversa com Denise (57 anos, moradora da Barra de Pelotas), (Figura 6) ela relata sua origem em São Lourenço do Sul/RS, mas que, desde muito jovem, vive na região do Pontal da Barra, pois é filha de Magno, citado por Dodoce. Ela menciona que morou próximo ao trapiche até quando se casou com Orlando (*in memoriam*) e passou a morar “Do Outro Lado”, local de origem do marido e da família dele.

Olha, eu no caso não sou nascida aqui de Pelotas, eu nasci em São Lourenço, vim morar em Pelotas quando eu tinha um ano de idade. Aí o meu pai era pescador, morava ali perto do trapiche, isso há cinquenta e seis anos atrás, né? Ali eu morei ali num rancho com palha, caía assim de barro, né? Mas era um rancho, como eu digo, né? Ali eu fui criada ali. Com dificuldades. Um dia tinha, outro dia não tinha comida. Aí pouca gente que tinha moravam no Laranjal a gente pedia. A gente também pedia muito lá nas Carmelita também né? Porque meu pai e a minha mãe não tinham, né? Que o peixe na época valia muito pouco. Então aí depois eu fui crescendo, ai depois saiu ali a estrada ali, aí fomos morar no Laranjal, aí depois lá pelos meus dezesseis anos casei, voltei pra morar na Barra de novo, né? Ali fui casada trinta e quatro anos. Também meu marido também era pescador, né? Tive três filhos, hoje um é pescador, né? (Denise, 57 anos, moradora da Barra de Pelotas).



Figura 6 – Denise (57 anos, moradora da Barra de Pelotas), seu esposo Orlando (*in memoriam*), sua filha Vanessa, seu filho Natalício e um amigo da família “Do Outro Lado” da Barra. Fonte: Autora, 2022.

Ainda se referindo a essa comunidade do trapiche da década de 1960, Dodoce relata que havia um cemitério no local com mais de 40 túmulos na época, onde atualmente está a faixa da Avenida Dr. Antônio Augusto de Assumpção Jr. Orladinho (38 anos, pescador da Barra de Pelotas), filho de Denise, comenta que sua mãe também é uma das moradoras mais antigas da Barra, se considerado o tempo que viveu na comunidade do trapiche da década de 1960, “Do Outro Lado” e na Barra propriamente dita. Além disso, ele menciona que a família de sua mãe, a qual vivia na comunidade do trapiche, foi removida e por isso passou a residir no Laranjal.

Então a minha mãe é uma pessoa que ela viu todas transformações daqui. E a minha vó também me falava muito. Ela se casou com 15 né? Isso. Ela já morou trinta anos lá do outro lado, mas antes dela morar lá que nem eu te falava, ela morou aqui perto do WindSurf, que eles até tinham um cemitériozinho ali que eles chamavam de mortinho antigamente, né, Os mortinhos. E aí era que nem na época que a Naná morou ali, aí eles moravam ali e aí veio a prefeitura e fez eles sair dali né. Removeu. Só que antigamente eles removiam mas não te davam uma opção de lugar né, tu tinha que ir embora e tu arrumar teu lugar né. Aí eles foram pro Laranjal aí bem depois é que ela conheceu o meu pai, porque ela quando o meu avô morreu ela tinha 7 anos, ela morou ali tinha quatro ano, três anos (Orladinho, 38 anos, pescador da Barra de Pelotas).

A localidade “Do Outro Lado” comunica o território pelotense com o riograndino, mas compõe o grande território pesqueiro da Barra de Pelotas, atravessado pelo canal São Gonçalo e que se estende até a comunidade pesqueira da Balsa, intermediada pelo Arroio Pelotas. Orladinho relata que “Do Outro Lado” havia uma comunidade pesqueira

anterior a própria Barra, inclusive muitos (as) pescadores (as) que ali viviam, atualmente, compõem a comunidade pesqueira da Z-3. Ele destaca, também, a relação de geracionalidade que sua família tem com aquele território, dado que, pelo menos, três gerações anteriores por parte da família de seu pai já eram pescadores (as) artesanais e residiam no local (Figura 7). Em sua fala é possível evidenciar também a conexão da Barra com o “Do Outro Lado” da Barra:

Antigamente assim ó, como a minha família morava lá do outro lado, lá no outro lado é que tinha moradores, lá do outro lado tinha bastante moradores. É, tinha bastante gente lá que morava lá, hoje a maioria dum pessoal que mora na Z3 morava lá do outro lado. É, lá era tipo uma vila. E aqui desse lado é que tinha pouca gente, desse lado aqui tinha uma, duas pessoas. No caso aqui o pescador mais antigo é o Dodoce, mas antes o Dodoce tinha um ou dois pescador porque aqui neste lugar aqui não tinha, isso aqui era um banhado. E foi criar o lugar aqui quando fizeram a dragagem que botaram areia pra cá né, isso aí os antigo contam, né? Que aí fizeram a estrada aqui porque tinham a granja ali. Então tinha que escoar a plantação deles por aqui, né? Então foi quando foi feita a estrada aqui por causa da granja (Orlandinho, 38 anos, pescador da Barra de Pelotas).



Figura 7 – Orlando (pai de Orlandinho) e Ailton, irmãos moradores do “Do Outro Lado da Barra” em embarcação que se mantém na família. Fonte: autora, 2022.

A primeira moradia de Dodoce, na região da Barra de Pelotas, foi “Do Outro Lado”, justamente na casa de Natalício, pai de Orlando (esposo de Denise) e Butina, pescadores antigos da região. Naná (29 anos, pescadora da Barra de Pelotas) ao se referir aos (às) moradores (as) mais antigos (as) da Barra de Pelotas evidencia essa conexão entre a “Barra” e o “Do Outro Lado” da Barra:

Primeiro morador é o macaco né? O Dodoce. Eu conheço só esses dois, não é? Os mais velho. E o Orlando morava do outro lado, é o morador do outro lado. Eu acho que o Macaco e o Dodoce são os mais antigos. O Orlando é do outro lado que nasceu ali e morou ali a vida toda, até morrer ali com cinquenta e três anos. Do outro lado, do outro lado da Barra, mas que faz parte Rio Grande. Ali é Rio Grande, se tu botar no GPS é Rio Grande. Mas é do outro lado da Barra. É diz ah vamos lá do outro lado toma uns banho, do outro lado fazer um churrasco, é do outro lado, do outro lado da Barra. Eles usam pra fazer churrasco, pra botar rede. Ah vamos pescar com a família, vai lá pescar de canço e usa pra botar rede, né? Rede pra traíra é do lado de lá que é bom. Do lado de cá não é. Eles botam lá na beira banhado, botam rede no ambu. É tri lindo ali (Naná, 29 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Outro morador antigo é o Renato (*in memoriam*), que junto da sua família ocuparam a região da Barra conhecida como “Sanga” ou “Sanga do Renato”. A localidade comunica a Barra com o Valverde e tem sido alvo de investidas do Poder Público municipal, através da Secretaria de Qualidade Ambiental, para remoção dessa família, conforme relato de moradores (as). Esse local ainda não tem acesso a água encanada, luz e transporte público, evidenciando a intencionalidade de remoção das famílias que ali residem. Ao se referir aos (às) moradores (as) mais antigos (as), Denise aponta “era a do Dodoce e aí depois lá na Sanga que era do Renato. É depois os mais antigos assim é o Dodoce depois eles lá na sanga. Ah o Renato é bem antigo. Ah sim. Aquela gente dele ali assim, o Nardésio, são tudo gente bem antigonas também”.

Macaco (67 anos, pescador da Barra de Pelotas) também é um dos moradores mais antigos da Barra de Pelotas. Sua vinda para o território foi motivada por um convite de Dodoce, do qual já era amigo há alguns anos, para pescar camarão,

[...] em 74, 75 eu vim pra praia. Eu servi em 73, em 74 eu dei baixa, ai depois em seguida eu vim pra cá. Enquanto eu tava servindo eu não pescava, nem antes. Aí trabalhei com o Dodoce uns 5 ou 6 anos de proeiro. Aí depois compremos um bote do falecido Frizo aqui da praia, motor a gasolina, de metade com o Adriano Rodrigues, pescador” (Macaco, 67 anos, pescador da Barra de Pelotas).

Ele relata que a primeira pescaria com Dodoce foi boa e que não havia ganhado antes tanto dinheiro através do seu trabalho, gostou da atividade e resolveu tornar-se pescador artesanal. Assim, ficou trabalhando como proeiro¹² de Dodoce na Barra até comprar sua própria embarcação, quando se registrou como pescador profissional junto a SUDEPE em 1979. A parceria entre Dodoce e Macaco se mantém até os dias atuais, ainda

¹² Proeiro é a designação dada ao trabalhador auxiliar ao proprietário da embarcação. Este, pode ser um pescador artesanal legalmente registrado, porém, já vem sendo relatado no cotidiano das comunidades pesqueiras, que esse papel pode ser desenvolvido em períodos de safra por um trabalhador informal. Essa relação patrão-proeiro no contexto da Barra de Pelotas será melhor descrita no capítulo três da dissertação.

que não pesquem mais juntos, algo explícito durante a entrevista no formato de grupo realizada com os três: Dodoce, Macaco e Rosa (Figura 8).



Figura 8 – Entrevista coletiva de Dodoce, Macaco e Rosa no Bar da Rosa, comunidade-território tradicional pesqueira Barra de Pelotas. Fonte: Autora, 2022.

Em 1981, Dodoce e Macaco acessaram um financiamento para pescadores (as) artesanais e construíram embarcações maiores: Dodoce fez o “Lobo do Mar”, enquanto Macaco fez o “Rei da Barra”. Logo após, foram pescar na região de Rio Grande e São José do Norte, onde ficaram até 1989. Dodoce relata que deixou a casa da Barra para o irmão Cláudio (conhecido como Toninho, *in memoriam*), o qual construiu um dos primeiros entrepostos de pescados da Barra e atuou como atravessador por muitos anos. Já Rosa e Macaco tentaram levar a casa, um chalé de madeira, de Pelotas para São José do Norte, mas a perderam durante o trajeto aquático.

[...] 83 o Dudu nasceu, era pequenininho e eu levava uma moto na proa do bote e uma casa num painel, com umas pedra de alicerce tudo em cima pra apertar. Passou um navio e o navio fez mar e a moto caiu em cima da Rosa e do guri, e eu sai correndo da polpa pra ir lá pra tirar, e o bote deu o lado e fez assim e derramou a casa. Chegemo lá, tinham uns conhecido lá [5º Secção da Barra em São José do Norte] e arrumaram uma casa pra nós. Aquela gente tudo trabalhava aqui o camarão. Hoje eu e o Dodoce chegemo lá só com os bote, sem nenhuma rede dentro pra trabalhar, é dois, três dias eu to carregado de rede, um me dá 500 braça, outro arruma 200 braça, nós semo bem quisto lá (Macaco, 67 anos, pescador da Barra de Pelotas).

Rosa (63 anos, moradora da Barra de Pelotas) mora na Barra desde 1979, quando se casou com o Macaco. Logo que chegou ao território, Rosa atuou como proeira de seu

esposo, atividade que exerceu até o momento que passou a gestar seu primeiro filho em 1982. Ao relatar as atividades que desenvolvia enquanto proeira, ela menciona que, além de ir às redes com Macaco, ela cuidava da embarcação, “esgotando” o bote que sempre “metia muita água” logo pela manhã, quando Macaco ainda descansava. Além disso, ela descreve que fazia tarefas domésticas para outros pescadores, como cozinhar feijão e lavar roupas, uma forma de conseguir um dinheiro extra. Em 1989, ela abre o bar (Figura 9), e, desde então, sua dinâmica de atividade na pesca já não é mais exercida. Cabe destacar que, Rosa não atuou com beneficiamento de pescados, disse inclusive não gostar, sua atuação na pesca foi como proeira, desempenhando funções na etapa da captura dos pescados. Ela, no entanto, até o momento não teve regularização enquanto pescadora, sendo formalizada como comerciante no local. Rosa possui uma filha e três filhos, os homens são todos pescadores e moradores na Barra de Pelotas. De acordo com o depoimento dela:

Olha só quantas casa tinha quando eu vim pra cá, era só a do Dodoce, a nossa, que eu morei num coisinha desse tamanho assim que era a venda do pai do Dodoce, nós ficemo ali até fazer uma casinha, depois veio o Nei. A Bete já tava, a Bete e o Toninho já tava e depois veio o Paulo e a Si de Porto Alegre. O Nei, a casa do Nei é onde ta o Antão. Não tinha nem aquela salga do Jair ali, aquela salga quem fez ali e aquela casa de frente quem fez, que tinha né porque agora desmancharam, quem fez foi a Noemia. Aí depois da Noemia teve o teu pai, teve o irmão do Luiz Pituna e se teve outro eu não lembro assim de memória, pra depois, muito depois, muitos anos, que o Jair acho que comprou de alguém, não sei. Teve o Nailon ali e a mulher depois que foi embora, ele e o filho já morreram. O filho dele até foi casado com a irmã do Dejair. E naquele chalezinho ali que era da Noemia que eu te agarrei no colo porque tinha um coisinha assim do lado da casa, uma arezinha, e eu ia lá e ela tava sentadinha contigo no colo, tu era pequenininha (Rosa, 63 anos, moradora da Barra de Pelotas).



Figura 9 – Rosa na frente de seu bar (coloração laranja) e sua residência de moradia (sem pintura). Fonte: Autora, 2022.

Marisa (66 anos, moradora da Barra de Pelotas) também é uma das moradoras mais antigas da Barra. Ela é filha de Natalício, irmã de Orlando, tia de Orlandinho e mora na Barra desde 1969, sendo oriunda “Do Outro Lado”. Sua infância foi marcada pela lida com a pesca artesanal junto de seus familiares, mas foi quando se casou com Luiz (pescador da Barra de Pelotas) que passou a ter a pesca artesanal como seu trabalho. Mesmo com medo das águas, Marisa relata que ia ao “mar” com seu ex-esposo e que posteriormente com a abertura de sua peixaria, passou a atuar apenas nas etapas de beneficiamento e comercialização dos pescados dele, “ah eu ia com ele pro mar, botar rede, ajudar a puxar as redes, tira o peixe. Saia de manhã e voltava 2 horas, 3 horas, e o meu filho ficava com a mãe até eu voltar. Ai depois que eu abri a peixaria aí eu não trabalhei mais na pesca, fiquei só na peixaria” (Marisa, 66 anos, moradora da Barra de Pelotas).

A peixaria de Marisa é uma das mais antigas da Barra, nominada de “Pontal da Barra” (Figura 10), aberta em 1982, foi origem também do primeiro restaurante da Barra de Pelotas, a popular “Pastelaria Pontal da Barra”, por volta de 2002, hoje com uma extensão no Laranjal, de propriedade do filho de Marisa (Dinho, nascido “Do Outro Lado da Barra”).



Figura 10 – Pastelaria e peixaria Pontal da Barra. Fonte: Autora, 2022.

Aqueles e aquelas considerados (as) os (as) moradores (as) mais antigos (as) da Barra - Dodoce, Marisa e Macaco - relatam a presença de pescadores (as) temporários (os) na gênese da comunidade, os (as) quais vinham apenas em safras específicas, seja para capturar as espécies-alvo, seja para comercializá-las. Uma das famílias era a de Dejair (65 anos, pescador da Barra de Pelotas) que era natural da Várzea, primeiro distrito de São José do Norte, mas que vinha para a Barra fazer a venda de pescados, momento em que viviam em casas temporárias. Marisa relembra isso em um trecho da entrevista em que diz “de primeiro tinha gente que vinha até de barraca, não tinha casa. Eu não sei se era o pai do Dejair da Zeti ali, que morou e era barraca, não tinha casa”. Macaco também relata a presença da família de Dejair morando em barracas, em que narra “aí veio uma barraca grandona aqui, o pai do Dejair, como era o nome dele, seu Rosalvo, e essa véia aí que ta viva ainda aí, dona Zilá, e um monte de criança, e aí eles remendavam rede pro Dodoce, eu não sabia remendar rede. Eles vieram da Várzea pra cá com um barracão, tinham um botezinho bonitinho”.

Assim, Dejair também é um dos moradores mais antigos da Barra de Pelotas, frequentou o local com seu pai desde que era criança. Ele relata que também observou diversas transformações no território, desde os locais ocupados primariamente, as primeiras peixarias, e a elevação do nível da água e conseqüente redução da faixa de praia. Apesar de conviver na Barra há mais de 50 anos, Dejair morou grande parte de sua vida no Laranjal, junto de sua mãe e depois de sua esposa, mas, como disse durante a

entrevista, era apenas seu lugar para dormir já que seu galpão de pesca estava na Barra e era onde passava a maior parte das horas de seu dia. Desde 2011 voltou a residir na Barra, junto de sua esposa, Julizete (moradora da Barra de Pelotas) (Figura 11).

Eu vim pra cá com 10 ano de idade, de 9 pra 10 ano. Eu já to com 65, eu já tenho 50 e poucos anos de Barra. Eu sei de coisas aí que quando tu perguntar eu vou te falar. Eu cheguei aqui na Barra aquela curva ali tinha um tanto de terra, um trecho que nem tem aqui ó nesse diâmetro aqui da frente. E hoje, 50 anos depois posso dizer, ta assim como tu vê ali. Tem 10 metros de terra até a água, do banhado até a água, e antes era muito mais. Então coisas que eu acompanhei no caso, eu vivi aqui desde 9 pra 10 ano. Isso aí foi se desmanchando. Num determinado tempo pra cá, até hoje, foi se desmanchando e ficou naquilo ali que ta ali, uma média de 10, outros lugar com 15 metro no máximo. E aqui não alterou muita coisa, mais as casa do pessoal. Daqui pra cá não alterou muito, mas daqui pra lá pro Laranjal ali alterou muita coisa. E isso aí eu acompanhei. Na época que eu vim pra cá a gente jogava bola ali, era guri, e hoje não dá quase nem pra passar ali quando a água da uma mexidinha ali. Eu e os guri que se criemo junto aí nós jogava ali, tinha 7, 8 guri nós era, nós jogava ali na curva, ali onde é mais estreito na curva tinha um trecho de chão nesse formato aqui, nesse diâmetro de terra que tem aqui [na frente de sua casa], tinha lá, a mesma coisa, e de lá pra cá foi diminuindo, diminuindo, a terra foi sumindo e ficou assim. E cada ano que passa que vai dando uma água cheia vai diminuindo cada vez mais. É assim que ta funcionando a coisa. Até que demorou, 50 anos é bastante tempo né, mas mesmo assim tinha bastante terra e foi diminuindo (Dejair, 65 anos, pescador da Barra de Pelotas).



Figura 11 – Dejair e Julizete, moradores(as) da Barra de Pelotas. Fonte: Autora, 2022.

Outra família que vem de São José do Norte é a de Manuel, Roberto e Zeca, três irmãos que são pescadores da Barra de Pelotas (Figura 12). Eles são naturais da localidade pesqueira denominada Ponta Rasa e desde crianças acompanhavam o pai nas vindas para

a Barra e para a região do território pesqueiro da Balsa para comercializar os pescados. Manuel (54 anos, pescador da Barra de Pelotas) menciona: “a gente conhece a Barra aqui desde criança, nós tinha um ano, dois ano, passava de bote aqui já conhecia. Claro vamo dizer assim conhecia porque claro criança né. Mas desde que a gente nasceu”, Roberto (53 anos, pescador da Barra de Pelotas) complementa dizendo “sim, mas daí quando nós começemos a ter idade de sete, oito anos, nós já conhecia a Barra, que nem eu te disse, era só aquela casa de madeira que tinha ali”. A casa de madeira a que se refere é a primeira salga da Barra, relatada pelos (as) antigos (as) como a “salga do Adair”, um atravessador que atuou por muitos anos no território e que, posteriormente, foi comprada por Marisa, onde, hoje, é sua peixaria e restaurante.



Figura 12 – Irmãos Roberto (53 anos, pescador da Barra de Pelotas), Zeca (52 anos, pescador da Barra de Pelotas) e Manuel (54 anos, pescador da Barra de Pelotas) durante na entrevista realizada na casa de Zeca. Fonte: Autora, 2022.

As motivações para a vinda da Ponta Rasa para a Barra, neste caso, estão relacionadas a busca por melhores condições de vida, em especial, acesso à educação formal para os (as) filhos (as). Os irmãos não tiveram acesso ao ensino formal, e, portanto, não são alfabetizados, pois, em sua comunidade de origem, não tinham acesso à escola e isso não era algo tido como prioritário por parte do seu pai para os filhos homens, o que acarretou o acesso ao estudo apenas para as filhas mulheres. Entretanto, ao terem filhos (as), optaram por buscar melhores condições para que o destino deles(as) fosse distinto dos seus. Assim, vieram para Pelotas e Barra de Pelotas, essa última já era usada de forma temporária, e passou a ser espaço fixo de trabalho desde 1995, com a construção dos galpões de pescaria.

Quando colocaram a van pra colégio veio [mais moradores(as) para a Barra], que nem eu mesmo, eu me mudei pra cá, eu morava na cidade por causa das guria que iam pro colégio e aqui não tinha luz. Aí botaram a luz pra cá, é o meio de eu trabalhar é aqui, eu me mudei pra cá. Mas já ocupava aqui desde 95. Em 95 quando nós se mudemos lá da Ponta Rasa que nós morava em São José do Norte, se mudemo de lá porque não tinha água, não tinha a luz e nem colégio. Aí se mudemo de lá pra cá porque nós tinha as crianças pra botar no colégio e lá não tinha colégio. Aí fizemos ocupação aqui pro galpão de pesca, e se mudemos lá pro centro pra botar as criança no colégio que aqui também não tinha água e nem luz, e não tinha como ir ao colégio. Como agora surgiu a oportunidade da água e a luz, a van... Tu vê eu fazia esse trajeto todo de bicicleta todos os dias. Saia lá de casa pra vim pra cá trabalhar três horas da madrugada todos os dias. Aí surgiu a oportunidade eu me mudei pra cá. Botaram a luz, botaram a van pro colégio, eu me mudei pra cá, que aí eu to cuidando o meus troço que fico na praia ali, minhas embarcação, meus galpão de rede fico tudo ai, a gente fica tudo aí na feição pra nós. Aí eles falo assim, ah vamos tirar os morador da Barra, eaí vão levar pra onde? Aí o que que vão fazer com o galpão de rede? Eh embarcação que a gente tem, vamos botar onde? Não tem, é obrigado a ter que ser aqui (Roberto, 53 anos, pescador da Barra de Pelotas).

Em Pelotas, eles moravam na localidade pesqueira conhecida como “fim da Osório” ou somente “Osório”, próximo ao centro da cidade, mas passavam a maior parte do tempo na Barra. A melhoria das condições de vida na Barra foi motivação para residirem de maneira fixa posteriormente. Roberto passou a morar na Barra em 2015, Zeca em 2022 e Manuel reside no Novo Valverde (também conhecido como Pontal da Barra), embora, tenha galpão de pesca na Barra. Entretanto, é possível encontrar os irmãos a qualquer momento do dia no território da Barra. Se está em período de piracema¹³, estão nos galpões remendando rede ou concertando algum outro petrecho ou embarcação. Se em período de safra, o encontro é na esfera aquática do seu território.

Também da localidade da Osório, é oriunda a família que contempla Célia (40 anos, pescadora da Barra de Pelotas), Naná e Naiane (24 anos, ex-moradora da Barra de Pelotas) (Figuras 13 e 14). Elas são filhas de Clóvis (62 anos, pescador da localidade da Osório), filho de Antão (pescador, *in memoriam*). O contato dessa família com a Barra se deu desde criança por intermédio de seu tio, também chamado Antão (60 anos, pescador da Barra de Pelotas), irmão de Clóvis. Antão também é um morador antigo da comunidade da Barra, tem cinco filhos homens e duas mulheres, todos atuantes na pesca artesanal e moradores (as) da Barra de Pelotas.

A gente veio pra cá pra Barra porque já moravam familiares nossos aqui, porque o irmão do meu pai que também é pescador, o Antão, ele morou sempre aqui, ele morou anos e anos aqui, bem mais antes da gente ele já morava aqui, desde cedo ele com a família dele. Aí aqui moram meu tio, a minha irmã, o

¹³ Piracema refere-se ao período no qual a pesca é proibida, em virtude do período de reprodução das espécies.

meu irmão, quer que fale nome? Mora o meu tio Antão, mora os filhos dele, a Lisiane, o Marcelo, o Marcos, o Richard, são todos pescadores, a Estefânia. Aí mora os meu primo que é o Jurandir, a Kate, a dona Eva que é a mãe dela, aí mora a minha mãe, a Gisele Alves Machado, mora também o meu irmão Nataniel, mora minha irmã Naielen que é pescadora junto com o esposo dela o Orlando, aí mora também o Jair, filho do Antão que é meu tio, **ai praticamente essa vila mora muita gente pescador que é tudo da nossa família, quase todos os pescador que tão aqui são parente nosso** (Célia, 40 anos, pescadora da Barra de Pelotas, grifo nosso).

A fala de Célia destaca um elemento que estrutura a comunidade da Barra de Pelotas: o vínculo parental entre os sujeitos que a compõem. Ainda que, atualmente, há em torno de 75 famílias na Barra, essas podem ser agrupadas por vínculos familiares comuns, expressa por diferentes gerações de pescadores e pescadoras artesanais que crescem e permanecem no território. A grande maioria mantém a atividade da pesca como profissão, o que representa a continuidade do modo de vida pesqueiro artesanal da comunidade-território tradicional Barra de Pelotas.



Figura 13 e 14 – Irmãs Célia (40 anos, pescadora da Barra de Pelotas), Naiane (24 anos, ex-moradora da Barra de Pelotas) e Naná (29 anos, pescadora da Barra de Pelotas) com sua carteira de pescadora profissional.

Também de origem em outro território pesqueiro do município de Pelotas, pode-se destacar a família de Bia (40 anos, pescadora da Barra de Pelotas). Bia é moradora da Barra de Pelotas desde 2000, sendo natural da comunidade pesqueira da Balsa. Ela relata que seu contato com a Barra ocorreu desde a adolescência, pois dois de seus tios são pescadores da Barra de Pelotas, já moravam no território e ela e sua família costumavam vir visitá-los no verão e trabalhar nas safras de camarão. Os tios que Bia menciona são conhecidos como Piguimeu e Joãozinho, pescadores antigos da Barra. Piguimeu ainda mora na Barra, junto da mãe de Bia, já Joãozinho mora na localidade conhecida como “Jamanta” na comunidade pesqueira da Balsa.

Eu conheci a Barra meu tio já tinha uma casa lá no final. É o último chalé do lado de cá, que era do Bola, te lembra que tinha até a salga do Bola, o último era a salga do Bola? Na frente da casa era meu tio. Aí eu era namorada do Márcio do Antão. Eu era namorada do Márcio lá na balsa, quando eles moravam lá na balsa. E aí um dia eu vim aqui no meu tio, o Márcio tava ali, fiquei com ele, conheci o Ricardo. O Ricardo morava aqui. Só naquelas duas peças ali da frente. O Ricardo já morava aqui. Aí a gente começou a se ficar. Aí um dia eu peguei e resolvi vim embora com ele. Eu tinha dezessete anos. (Bia, 38 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Durante as entrevistas com Bia, ela relatou em detalhes sobre como a Barra transformou-se ao longo dos anos, e expressou seu posicionamento firme em defesa do seu pertencimento ao lugar: “cara é o meu lugar, a Barra eu te digo, a Barra é meu lugar. Aqui eu vivi a minha vida, criei minhas filha aqui, vou morrer aqui tendeu? Não vou sair daqui. Aqui é meu lugar, aqui eu tenho meu sustento, eu tenho como trabalhar” (Beatriz, 38 anos, pescadora da Barra de Pelotas). Além disso, foi possível apreciar sua prática no manuseio de uma faca para filetar¹⁴ peixe e de uma agulha para entralhar redes. Bia relatou também as dificuldades não apenas em relação as condições de moradia - na falta de água, energia elétrica e transporte -, mas também, na desvalorização dos pescados por parte dos atravessadores, especialmente, os externos à comunidade, algo que sempre a motivou a beneficiar os pescados do ex-marido e comercializá-los para fregueses próprios e turistas (Figura 15).



Figura 15 – Bia (38 anos, pescadora da Barra de Pelotas) em sua peixaria “Aqui na Bia”. Fonte: Autora, 2022.

¹⁴ Filetar ou filetar é a prática de fazer filés do peixe.

Por fim, dentre as pessoas entrevistadas, dona Maria (pescadora da Barra de Pelotas) também é uma pescadora antiga da Barra de Pelotas. Natural da Localidade Guamá no Povo Novo, município do Rio Grande, dona Maria relatou as dificuldades que enfrentou ao longo de sua vida, e que sua atuação na pesca iniciou quando se casou com seu Jorge (*in memoriam*). Ela atuou como pescadora junto de seu falecido esposo por muitos anos, o que resultou em seu amplo reconhecimento como “legítima pescadora” na Barra, o que dialoga com o que diversos autores (as) demonstram sobre o maior reconhecimento das mulheres pescadoras quando essas atuam na etapa da captura.

Por ser uma mulher não alfabetizada, dona Maria nunca se formalizou como pescadora, o que acarretou uma série de dificuldades, dentre elas o não acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. Atualmente ela continua atuando na pesca junto de um de seus filhos, Bruno (pescador da Barra de Pelotas). Durante a entrevista, ela realizava o conserto de uma rede de pesca de camarão e relatou seu planejamento em construir uma nova embarcação, algo que realizou nos dias seguintes, junto com seu filho no pátio do seu galpão de pesca (Figura 16). Ela e a família usam a Barra há anos, seja para a comercialização dos pescados que traziam da localidade do “Ambu” (município do Rio Grande), seja para a comunicação com o meio urbano, para a compra de alimentos ou mesmo consultas hospitalares. A vinda da família de forma permanente foi quando os filhos atingiram idade escolar.



Figura 16 – Dona Maria (pescadora da Barra de Pelotas) no pátio de seus galpões de pesca.

Percebe-se assim, através das falas dos (as) moradores (as), que a constituição da Barra enquanto território tradicional de pesca ocorreu não apenas pela vinda de pescadores (as) para a localidade, por diversas razões, mas também porque as pessoas que ao vieram para a Barra, seja devido vínculos familiares e de relacionamentos, ou mesmo em virtude da remoção da antiga vila do Pontal, tornam-se pescadoras. A Fala de Macaco elucidada esse processo nos anos 70, já as falas de Henrique e Tarik (pescadores da Barra de Pelotas), apresentadas no capítulo 3 na qualidade de uma geração mais jovem na pesca, demonstram o mesmo processo em que o território os ensinou e lhes dá condições materiais para serem pescadores.

2.2. O Pontal da Barra e a comunidade-território da Barra de Pelotas em um contexto de conflitos

O meu lugar é cercado de luta e suor,
esperança num mundo melhor,
e cerveja pra comemorar.
O meu lugar tem seus mitos e seres de luz
Arlindo Cruz

O território pesqueiro da Barra de Pelotas compreende uma comunidade de mais de 50 anos, considerando o uso sazonal nas safras e entressafras e posterior estabelecimento de residências fixas de pescadores (as) artesanais. Por estar inserido em uma região turística de Pelotas, há décadas também é alvo da especulação imobiliária. Aliás, consolida um contexto de conflito ambiental histórico dos (as) pescadores (as) artesanais com a iniciativa privada do ramo imobiliário e a gestão pública através da Prefeitura Municipal de Pelotas.

Além disso, a comunidade é acometida – e ainda perdura – com a falta de acesso a direitos básicos, exemplificada pela conquista tardia, se considerar o seu tempo de existência, da instalação da água potável, no ano de 2002, e da energia elétrica em 2011. Já em relação a mobilidade urbana, não há acesso universal ao transporte público,

visto que esse é limitado ao micro-ônibus escolar, usado apenas para trânsito de estudantes devidamente matriculados (as) na escola municipal de ensino fundamental no Laranjal, bairro em que está localizada a comunidade. Além disso, a comunidade possui uma única estrada de acesso em precárias condições de trânsito e iluminação.

Essa realidade de desigualdade ambiental (ACSELRAD *et al.*, 2009) em termos de acesso à direitos básicos, ocasionalmente, é acrescida de episódios de enchentes e inundações decorrentes de períodos de alta pluviosidade na região. Tais fatores podem acarretar a obstrução da única estrada de acesso à comunidade e levá-la ao isolamento terrestre em situações extremas. Neste momento, a localidade tem sido alvo de um projeto de criação de unidade de conservação de proteção integral no modelo Refúgio da Vida Silvestre (REVIS).

Por meio de um relatório técnico da UFPel, tramita na Secretaria de Qualidade Ambiental do município a possibilidade de implantação da UC Pontal da Barra do Laranjal. Com a análise do conteúdo do relatório técnico, em que é proposta a UC, foi possível identificar a não-participação dos (as) moradores (as) locais em sua elaboração – seja através de consulta ou participação ativa – bem como, uma caracterização limitada, sem evidenciar a comunidade enquanto um povo tradicional.

Compreende-se que a comunidade pesqueira da Barra de Pelotas, como povo tradicional, resguardado pela OIT 169/1989 e pelo Decreto Nº 6.040/2007, tem direito ao seu território e, portanto, de participar de todas as discussões e decisões que a envolva. No local, segundo o estudo de Kalikoski & Vasconcellos (2013), viviam 50 famílias de pescadores (as) artesanais em 2013. Com a instalação da energia elétrica e remoção da “comunidade do trapiche”, bem como conformação de novas famílias pelos filhos e filhas de pescadores (as), o número de famílias que vivem na Barra de Pelotas é em torno de 75 e contempla cerca de 218 pessoas no ano de 2023¹⁵. A grande maioria atua na pesca artesanal. Entretanto, cabe destacar que alguns (algumas) poucos (as) moradores (as) não possuem vinculação com a pesca, mas adquiriram terrenos para casas de veraneio.

¹⁵Essa estimativa foi construída a partir de contagem realizada pela autora com a interlocutora Naná (29 anos, pescadora da Barra de Pelotas). Foi feita a listagem das famílias que viviam na Barra de Pelotas em fevereiro de 2023. Foi considerada como categoria “família” as pessoas que vivem na mesma casa, extrapolando o vínculo sanguíneo. Parentes sanguíneos que vivem em casas diferentes foram considerados famílias distintas, inclusive nos casos em que a residência possui apenas um indivíduo. Dessa forma, a concepção de família não está atrelada aos relacionamentos afetivos, mas a independência da residência e uso do território enquanto espaço de vida.

Na atualidade, não há nenhuma organização representativa no local, de forma que a comunidade está vinculada à Colônia de Pescadores Z3. A organização política da comunidade costuma ocorrer por reuniões espontâneas para tratar de pautas específicas que os(as) atingem. O receio da remoção de seu território é algo que faz parte do imaginário de muitos (as) dos (as) moradores (as), no entanto, não tem impedido o estabelecimento e melhoria das condições de vida das pessoas, exemplificado pela paulatina substituição de casas de palafita por casas de alvenaria sobretudo na última década.

Por isso, ao ser caracterizada como comunidade tradicional, resguardada por legislações já especificadas, é importante que todos e quaisquer projetos que buscam interferir neste território – seja para fins econômicos, preservacionistas, ou outros – garantam o acesso livre às informações para esta comunidade, bem como a consulta prévia destes sujeitos sobre essas propostas, com a finalidade de reduzir possíveis conflitos ambientais territoriais associados.

Além das pressões sobre o território que já foram mencionadas, desde 2021 foi divulgado que está em discussão no âmbito da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), a concessão onerosa da Lagoa dos Patos para empresas privadas do ramo de energia eólica no modelo *nearshore*. A proposta de concessão tem sido alvo de diversas críticas tanto por pescadores (as) artesanais da Lagoa dos Patos e entidades que representam a categoria, como por pesquisadores (as) do campo ambiental e social, visto que o processo não tem apresentado transparência quanto a estudos prévios, tampouco garantido o acesso a informação e a consulta prévia das comunidades pesqueiras.

Assim, percebe-se que a comunidade pesqueira da Barra de Pelotas ao mesmo tempo que é invisibilizada enquanto povo tradicional, por vezes, encontra-se “ilhada” por pressões sobre seu território. Se no espaço terrestre tem sido pressionada ora pela especulação imobiliária, ora por projetos de conservação ambiental não-dialógicos, no ambiente aquático enfrenta os efeitos da “zona de sacrifício” riograndina (expansão dos Molhes da Barra do Rio Grande, poluição ambiental industrial, dragagens, etc.) (SANTOS *et al.*, 2013). E, recentemente, a ameaça de construção de parques eólicos nos seus territórios, inclui-se aqui os pesqueiros fundamentais para a manutenção desse modo de vida.

Essa realidade não é uma excepcionalidade de Pelotas, uma vez que a pesca

artesanal, por ser um modo de vida contra hegemônico, ainda que inserida dentro do capitalismo, tem sido fortemente ameaçada por projetos desenvolvimentistas ou mesmo conservacionistas em todo o Brasil. Nesse sentido, por meio dessa pesquisa buscou-se colocar em evidência os aspectos de tradicionalidade da comunidade pesqueira da Barra de pelotas, de modo a destacar a importância de garantir o direito a esse território à luz da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, assim como servir de subsídio técnico para as lutas em defesa desse território tradicional.

Salienta-se que, durante a coleta de dados em campo, diversos interlocutores (as) destacaram o uso do território por pescadores (as) que residem em outras localidades, tanto pela maior proximidade com os pesqueiros para as safras de peixes e camarão, quanto também em busca de trabalho como proeiros de embarcações da Barra de Pelotas. Assim, percebe-se que além de ser um espaço de residência fixa, em períodos de alta produção pesqueira a Barra se configura como território também para esses pescadores (as). Uma vez mais, evidencia que os territórios pesqueiros não se delimitam por uma linha física fixa, pois estão em constante comunicação conforme as safras, os acordos entre os (as) pescadores (as) e as condições ambientais (períodos de seca e enchente, por exemplo).

Dessa maneira, ainda que sejam evidentes os aspectos de tradicionalidade contidos no modo de vida dos pescadores e pescadoras da Barra de Pelotas, percebe-se que, apesar de enquadrada na legislação que a resguarda, a comunidade tem tido dificuldade de acesso ao seu direito territorial, como expresso nas falas dos (as) moradores (as) entrevistados (as). O direito ao acesso e permanência a esse território por parte da comunidade local tem sido conquistado a partir da superação de cerceamentos impostos pela força legal ou mesmo por longos períodos de desassistência do Estado em relação a serviços básicos, como água encanada, coleta de resíduos, energia elétrica, estrada de acesso, transporte coletivo e iluminação pública, e de condições mínimas de acesso a direitos como saúde, educação e lazer.

Bia relata as dificuldades em relação ao lazer e recreação para as crianças, informa que ela e outras mães demandaram na prefeitura a construção de espaços para os filhos(as): “porque eles não vêm aqui, eles não fazem uma melhora, se não é a gente fazer uma pracinha ali, montar os bagulhos... A gente passou três anos pedindo uma pracinha pras crianças daqui da Barra. Olha ali a pracinha que está ali toda destruída. Vieram aqui botaram os pau de qualquer jeito, uns pau podre, foram embora e deixaram”. A pescadora

ainda acrescenta que outra demanda, que fez para agentes políticos (as) que frequentaram a Barra, foi a colocação de placas indicadoras de alta profundidade na região próxima de sua casa, pois identifica turistas se banhando ou pescando em situação de risco, inclusive crianças, devido à falta de sinalização.

Ainda em relação às condições de acesso e permanência, Marisa destaca as dificuldades relacionadas ao deslocamento pela falta do transporte coletivo. Durante a entrevista, ela relatou que gostaria de ter participado da audiência pública que tratou da estrada de acesso à Barra em 2022, mas, por não dispor veículo próprio, não pôde participar. Ela demonstra preocupação também com o fato de não haver iluminação na estrada de acesso à comunidade, o que resulta em diversos prejuízos, como insegurança para os (as) moradores (as) e redução do fluxo de turistas no período da noite. Ao contar sobre as mudanças na infraestrutura da Barra ao longo dos anos, ela comenta:

Era pior porque nós não tinha água, não tinha luz, tudo era uma dificuldade. Hoje não, hoje nós temo a luz, temo água, só o que nos incomoda é a estrada e a falta de iluminação. Que o pessoal de noite mesmo, muitos que não conhecem, não vem. Que tivesse três bico de luz pra nós já seria bom na estrada né. Que o resto pra mim ta bom. Que sou acostumada a viver na dificuldade. A gente morou lá do outro lado quantos anos sem luz, sem água, e depois aqui? Melhorou bastante com a água e com a luz (Marisa, 66 anos, moradora da Barra de Pelotas).

Dentre os objetivos do Decreto Nº 6.040/2007 está o de “garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica”, o que nem sempre é garantido nessa comunidade, considerando o histórico de ameaças de remoções forçadas. Ainda no âmbito da PNPCT (2007), está entre os objetivos “solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável”, temática relacionada de forma direta com o conflito local. Sendo que, neste momento, a porção do Banhado é categorizada como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) portanto, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, e há um debate público que almeja sua transformação em UC de proteção integral, no modelo de Refúgio da Vida Silvestre.

Ademais, muitas residências foram construídas na beira do Canal São Gonçalo, ou seja, sobre a Área de Preservação Permanente (Código Florestal, 2012), considerado terreno de domínio da União, assim sendo, lidam com a insegurança acerca de permanência no local. As dificuldades de titularidade dos territórios pesqueiros vêm sendo debatidas tanto pelos movimentos sociais da pesca, quanto por trabalhos

acadêmicos. Rios (2017), ao observar as dificuldades de regularização de territórios tradicionais de pesca, aponta o determinante papel da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, que resultou na proposição do PL 131/2020 como caminho em busca da garantia legal dos territórios às comunidades pesqueiras do Brasil. A autora destaca que o não-reconhecimento dos territórios de pesca é um conflito de relevante impacto na realidade de tais comunidades, e que tem suas raízes em um programado processo de invisibilização e exclusão dos pescadores e pescadoras artesanais.

Partimos da compreensão que os desafios existentes no processo de regularização dos territórios pesqueiros iniciam quando observamos o cenário de invisibilidade, exclusão e negação de direitos, ao qual as comunidades tradicionais pesqueiras têm sido submetidas historicamente. Não há no país o reconhecimento pelo Estado, e pelos próprios órgãos gestores do setor pesqueiro, da importância social, econômica, cultural e ambiental dessas comunidades (RIOS, 2017).

Assim, entende-se que o trabalho de Nebel (2012) foi de fundamental importância por localizar a Barra no âmbito da pesquisa científica enquanto comunidade pesqueira, mesmo que o enfoque fosse de mapeamento de atores e atrizes em conflito socioambiental. Desta forma, contribuiu para o avanço do conhecimento acerca da Barra de Pelotas, e dos conflitos atrelados. A presente dissertação foi desenvolvida sob o olhar da comunidade, no sentido de reduzir as invisibilidades historicamente produzidas ao tratar desse território.

2.3. Refúgio da Vida Silvestre Pontal da Barra do Laranjal – Pelotas/RS: um debate pelo olhar de possíveis atingidos

2.3.1. De RPPN a REVIS: uma proposta de alteração

O Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) agrupa o conjunto de normativas e órgãos da política ambiental Brasileira desde a esfera municipal à federal. Na qualidade de órgãos responsáveis pela elaboração das políticas ambientais, encontram-se o Ministério do Meio Ambiente em nível Federal, e as secretarias estaduais e municipais de meio ambiente. A criação propriamente de tais políticas é executada por esses setores governamentais, a partir do controle social exercido nos conselhos de meio ambiente federal, estaduais e municipais.

Já a execução das políticas ambientais é regida por diferentes órgãos de gerenciamento, fiscalização e controle ambiental, a depender do tema em específico. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e o Instituto Chico Mendes representam as esferas federais destes órgãos, fica o primeiro na responsabilidade de fiscalização e controle ambiental, enquanto o segundo atua na gestão de unidades de conservação da natureza. Nas esferas estaduais e municipais, os órgãos ambientais apresentam variações conforme a estruturação dos poderes executivos.

No que se refere às Unidades de Conservação, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), criado a partir da Lei nº 9.985/2000, reúne todas as UCs brasileiras. Ele é gerido por órgão consultivo e deliberativo (Conselho Nacional de Meio Ambiente), órgão central (Ministério do Meio Ambiente) e órgão executores (ICMBio, IBAMA e órgãos estaduais e municipais complementarmente). O SNUC, além de contribuir para manter a biodiversidade, proteger espécies e restaurar ecossistemas, prevê, dentre os seus objetivos, a promoção de Educação Ambiental e a proteção dos “recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente” (BRASIL, 2000).

As Unidades de Conservação estão previstas no SNUC em duas modalidades: de proteção integral e de uso sustentável. A primeira tem por objetivo central a preservação da natureza, sendo permitido apenas o uso indireto de seus elementos naturais. Nessa categoria estão Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre (REVIS). Já as UCs de uso sustentável surgem no contexto de demanda dos povos e comunidades tradicionais, buscando conciliar a conservação da natureza e o uso sustentável dos elementos naturais. Nesta modalidade estão as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas (RESEXs), Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

Farjalla *et al.* (2011) observaram os conflitos ambientais decorrentes da criação de um parque nacional em um território pesqueiro, apontando que enquanto sob uma perspectiva estritamente conservacionista estava sendo preservado um conjunto de espécies e ecossistemas, para os (as) pescadores (as) artesanais resultou em proibição de práticas importantes cultural e economicamente. Para os (as) autores (as), o caso denota a importância de a conservação ambiental estar atrelada à participação social, prevista no

SNUC como instrumento fundamental do processo de criação e gestão de ambientes protegidos.

Diegues (2008) destaca que o modelo hegemônico de proteção da natureza no Brasil foi importado dos países do norte global, e desconsiderou, por muito tempo, a realidade dos povos e comunidades tradicionais. Inclusive, desprezou a relação de dependência que esses têm com o território. Em consequência, originaram-se diversos conflitos no modelo de proteção integral.

Em resposta a essas restrições impostas pelo modelo de proteção integral da natureza, o qual generaliza o ser humano como sinônimo de sujeito causador de degradação ambiental, os povos e comunidades tradicionais passaram a pautar a sua inclusão como elementos fundamentais no contexto de proteção da natureza. Prost (2018) afirma que “as resex manifestam o reconhecimento legal da importância dos saberes ambientais na conservação ambiental, objetivo intrinsecamente ligado ao de conservação dos modos de vida tradicionais” (PROST, 2018, p.1). Ao tratar da pesca artesanal, por exemplo, despontam as proposições de Reservas Extrativistas Marinhas que buscam conciliar a manutenção do modo de vida pesqueiro com a preservação das águas e dos seres que nela vivem.

O Pontal da Barra de Pelotas desde 1999 é caracterizado como uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, portanto, uma UC de uso sustentável, mas que sofre com diversas pressões, em especial, da especulação imobiliária, para a sua transformação em loteamentos ou empreendimentos de luxo, conforme já denunciado por Nebel (2014). A Unidade possui 65 hectares de extensão, abarca diversas espécies de importância florística e faunística, inclusive, algumas ameaçadas de extinção. Ademais, comporta espécies de peixes endêmicas do local, de reprodução anual, fator ambiental determinante na contenção das obras da especulação imobiliária iniciadas sobre o banhado.

Ao considerar a expressiva importância ambiental do Pontal da Barra, tanto quanto o histórico processo de pressão do setor privado sobre esse lugar, que visa sua desproteção ambiental junto ao poder público municipal, um conjunto de pesquisadores (as) e ativistas da causa ambiental, na região do extremo sul do Rio Grande do Sul, tem pautado a transformação dessa localidade de RPPN para uma UC de proteção integral na modalidade Refúgio da Vida Silvestre. A proposta de UC Pontal da Barra do Laranjal, apresentada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) em 2019, é resultado de um grupo de trabalho instituído por essa instituição em 2017 e que em 2018 passou a contar com a contribuição técnica das secretarias municipais de Qualidade Ambiental e de

Cultura do município de Pelotas (BARCELLOS, 2019). No histórico da proposta está posto que

Ao final do mesmo ano, um documento contendo as justificativas para o empreendimento foi apresentado pela UFPel à Prefeitura Municipal e, concomitantemente, o mesmo foi encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente; em seguida, houve a abertura de processo de criação da Unidade de Conservação do Pontal da Barra pela Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental. A proposta também tramitou junto ao órgão ambiental do Governo Federal, no qual alcançou parecer técnico favorável à criação da UC em nível municipal (BARCELLOS, 2019, p.8).

A redação do relatório técnico não expressa a tentativa de estabelecimento de diálogo com a comunidade da Barra de Pelotas, de modo que, um conjunto de cientistas, que se coloca como capaz de explicar o ambiente e definir como ele deve ser protegido, pensou a proposta de UC sem qualquer forma de aproximação com a comunidade tradicional possivelmente afetada. Outro fator que agrava essa compreensão é observar a ampla divulgação do relatório em universidades e outras instituições da região (Figuras 17, 18 e 19), sem que o mesmo esforço tenha sido despendido para minimamente apresentá-lo à comunidade da Barra.



Figuras 17, 18 e 19: Notícias acerca da apresentação do Relatório Técnico para UFPel, FURG e Prefeitura de Pelotas

Destaca-se que, embora o relatório técnico resulte de amplo debate entre setores do Poder Público local, representados pelas secretarias municipais e universidade, a comunidade da Barra de Pelotas não foi envolvida na discussão e elaboração da proposta. Essa interpretação primária, que orientou a proposição dessa pesquisa hoje finalizada, confirmou-se no decorrer das entrevistas a campo. Pois, ao se questionar os (as) moradores (as) sobre a proposta, o desconhecimento deles foi acompanhado do receio de ser mais um risco de remoção forçada. Identifica-se assim, que a comunidade pesqueira da Barra de Pelotas não teve acesso à informação sobre um tema de seu extremo interesse, ao contrário do que preconiza a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (2007).

2.3.2. Uma análise da proposta de REVIS a partir da Educação Ambiental Crítica

A crise socioambiental vivenciada na contemporaneidade instiga a adoção de medidas de controle e reparação de danos aos ecossistemas, além de promover questionamentos sobre o modo de vida atual, os quais geram impactos irreversíveis em diversos parâmetros naturais. Diante disso, o debate sobre a criação de Unidades de Conservação (UC) avança como uma medida para salvaguardar espécies e ambientes de importância ecológica.

No âmbito das UCs, a Educação Ambiental é constantemente acionada e, embora seja predominante a vertente conservacionista como referencial de justificativa da criação desses instrumentos de gestão territorial, a vertente crítica questiona os efeitos excludentes das políticas de conservação que desconsideram e não envolvem as comunidades que estão dentro, ou no entorno, destes ambientes (PUCCINELI, 2016). Deste modo, alerta para a inclusão da dimensão social na compreensão dos problemas ambientais, bem como nas propostas de mitigação e solução deles. Assim, a Educação Ambiental crítica tem sido utilizada para a compreensão de conflitos ambientais nos territórios tradicionais, dentre eles os de pesca artesanal (SILVA & WALTER, 2018).

A proposição de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, no modelo Refúgio da Vida Silvestre, para a localidade Pontal da Barra de Pelotas – RS, região que contempla uma comunidade tradicional de pesca, demandou uma análise à luz da Educação Ambiental Crítica, especialmente, no que se refere ao princípio da participação previsto na Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Lei Nº 9.795/1999), na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (Decreto nº 6.040/2007) e no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985/2000). Em análise específica dos capítulos 12 e 14 intitulados, respectivamente, “Aspectos gerais do contexto socioeconômico do entorno” e “Educação Ambiental”, percebe-se a ausência de envolvimento da comunidade pesqueira na construção da proposta.

O Pontal da Barra está localizado no município de Pelotas, no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul e a comunidade pesqueira ocupa a faixa territorial que conecta o canal São Gonçalo com a Laguna dos Patos. Salienta-se que a poligonal da proposta de UC contempla outros ambientes além do Canal São Gonçalo, entretanto,

nesse estudo, faz-se referência aos possíveis efeitos da proposta de UC para a comunidade pesqueira adjacente (Figura 20).

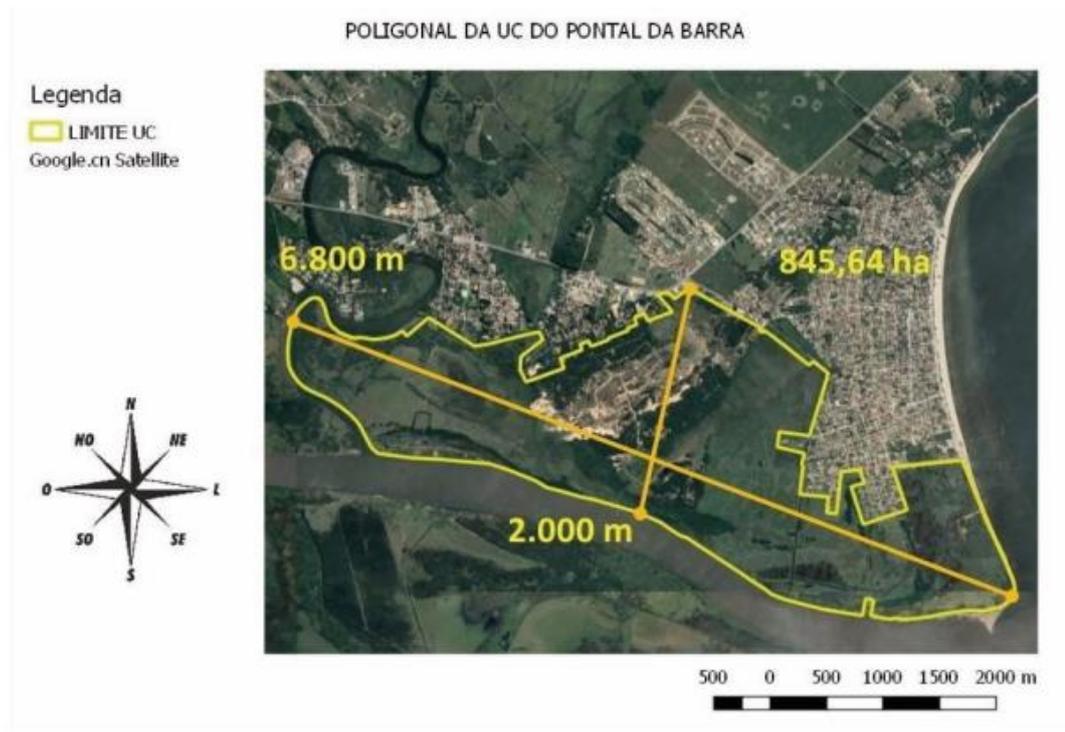


Figura 1 – Limite da poligonal, área e eixos de comprimento e largura.
Fonte: Google Earth, editado por Marcelo Dutra da Silva.

Figura 20 – Poligonal da proposta de Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal – Pelotas/RS.
Fonte: Barcellos (2019).

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais de 1989, da qual o Brasil é signatário, reconhece o livre acesso à informação e à consulta prévia como direitos dos povos tradicionais. De igual modo, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007) em seu artigo 1º, inciso X, prevê, como princípio, “a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses”.

O Relatório Técnico que propõe a criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral Pontal da Barra do Laranjal abarca um conjunto de estudos de ordem física, espacial, biológica, ecológica, arqueológica e socioeconômica em um total de 88 páginas. Entretanto, no que concerne à comunidade de pesca artesanal, localizada no entorno da poligonal da referida proposta, as informações estão no capítulo 12, o qual sequer aborda a comunidade de forma exclusiva e profunda, contendo, inclusive, informações desatualizadas sobre o saneamento básico, afirmando erroneamente que “[...] não há

serviço de limpeza pública e coleta de lixo [...]” (BARCELLOS, 2019, p.55), e transporte coletivo escolar, ao informar que “[...] observa-se que o atendimento a outras necessidades é dificultado pela distância entre a vila e os balneários, por exemplo, para o transporte de crianças e adolescentes à escola ou para acesso aos serviços de saúde [...]” (BARCELLOS, 2019, p.55).

Diferente disto, a comunidade-território da Barra de Pelotas conta com acesso regular à coleta de resíduos sólidos através do serviço municipal de limpeza urbana. Conforme a fala de Silvana (63 anos, moradora da Barra de Pelotas) “a coleta de lixo é ó 10”, porque ocorre normalmente nos dias segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira, algo reforçado na fala de Naná quando se refere aos problemas que afligem a comunidade atualmente e menciona que “o problema nosso é estrada sempre, né? É as ruas esburacada. Porque luz se estragar a luz, a CEEE vem e conserta. Se der problema na água, eles vêm e arrumam. O lixo não deixam de vir buscar”.

Já, em relação ao transporte, de fato, a ausência desse serviço público é um problema identificado pela comunidade e tem sido pedido, há alguns anos, às representações políticas a extensão do percurso do ônibus do Valverde à Barra em alguns horários, até o momento sem obtenção de êxito. Todavia, o transporte escolar foi conquistado após mobilização de mulheres mães e crianças no ano de 2015. Célia, uma das lideranças na pauta do transporte escolar para as crianças, relata que foram feitas diversas reuniões com a Secretaria de Educação e professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Francisco de Campos Barreto, bem como um protesto de mães e crianças para atingir esse direito.

2.3.3. Participação, comunidades tradicionais e direito ao território

Para tratar de participação social, é necessário compreender outro princípio da Educação Ambiental e da própria sociedade brasileira, que é o princípio da democracia. Esse é mais amplo por contemplar processos que extrapolam o acesso às informações e decisões sobre o meio ambiente, em razão de envolverem também a defesa das instituições públicas que gerenciam e mediam as relações sociais com a natureza. Loureiro (2009) alerta para o fato de que, dentro do marco do Estado Democrático de Direito, estabelecido a partir de concepções liberais e de relações capitalistas, é preciso considerar que:

[...] o famoso “todos” não está dado, uma vez que se define em relações desiguais, de dominação e preconceito, que estabelecem antagonismos estruturais que não são resolvidos pelo simples apelo humanitário ou desejo de que a política pública seja para todos indistintamente. Isto implica que os agentes e instituições de Estado não podem assumir neutralidade em seus atos e na execução de políticas públicas. Estes devem necessariamente saber definir estratégias de reversão dos processos sociais assimétricos e dialogar com os múltiplos grupos e classes em defesa do que é público e na garantia do ambiente como bem comum (LOUREIRO, 2009, p.22).

Como já falado em momento anterior, na concepção da Educação Ambiental Crítica, a participação é elemento fundamental na garantia da transformação societária, que conduza a sociedade para relações mais justas entre os humanos, e com as demais partes que compõem a natureza. A relação da participação e da democracia é estabelecida, uma vez que, para participar, é preciso que existam instrumentos para isso, bem como que é imprescindível que os (as) sujeitos (as) tenham acesso às informações qualificadas sobre o meio ambiente em que estão inseridos (as) para que de fato possam opinar.

O relatório "O nosso futuro comum" (ONU, 1987) trata desse tema e reafirma princípios já estabelecidos em outras ações ambientais de cunho internacional. Ainda no âmbito desses eventos, cabe destacar a relação da democracia com os princípios contidos no documento publicado a partir da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92). O primeiro princípio trata do "direito à vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza", o que dialoga, diretamente, com esta pesquisa, já que, historicamente, as comunidades pesqueiras têm tido seu direito ao território negado, seja por interesses privados ou até mesmo públicos.

Muitas vezes, as comunidades sequer têm conhecimento de processos que tramitam sobre seus territórios, o que contradiz o princípio 10 do relatório da Rio 92, reafirmado em 2012 (ONU, 2012), o qual dispõe sobre o direito dos indivíduos em serem informados sobre o seu meio ambiente, e de participarem das decisões sobre ele. A plena informação das comunidades tradicionais, acerca de informações de seu interesse, também se faz presente nas orientações dos documentos publicados no âmbito de tais eventos. A previsão da democracia na decisão sobre os territórios tradicionais é subsidiada também pelos princípios 22 e 23 do relatório da Rio 92, reafirmado no Rio de Janeiro em 2012.

Loureiro (2003) provoca a necessidade de compreender o que se quer com a "participação", pois, diferente de um olhar romantizado e homogeneizador, ela nem sempre está a serviço do fortalecimento da autonomia e emancipação dos grupos sociais

vulneráveis. A participação, assim como outros conceitos-chave, tem sido apropriada por tendências conservacionistas, de modo a tornar-se chavão em documentos oficiais de eventos internacionais sobre meio ambiente, sem que se especifique o que se busca efetivamente com tal processo (LOUREIRO, 2003). Nas palavras do autor "muitas vezes, projetos que querem a obediência de grupos populares se utilizam do discurso da participação para promover a cooptação, o assistencialismo e o paternalismo reprodutores da dominação política, e isso não é devidamente problematizado e publicizado" (LOUREIRO, 2003, p. 9).

Na compreensão dos conflitos ambientais, Loureiro (2003) coloca que, a ausência de participação legítima nos processos que decidem sobre os ambientes em que os sujeitos vivem, é um fator de configuração da vulnerabilidade socioambiental de grupos sociais específicos. Dessa forma, uma Educação Ambiental efetivamente emancipatória não pode furtar-se do reconhecimento dessa relação desigual de apropriação e uso da natureza, bem como do desproporcional reflexo da crise ambiental entre os grupos que compõem as sociedades.

Nesse sentido, ao considerar os princípios contidos no Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992), destaca-se que, ao falar do reconhecimento dos territórios tradicionais de pesca em meio a conflitos ambientais, parte-se da concepção de que existem diferentes (e muitas vezes divergentes) interesses e poder de ação sobre esses locais. E pensar a Educação Ambiental transformadora, cunhada na ecologia política, como aponta Loureiro (2012), pressupõe esse entendimento. Um segundo aspecto é que a EA, por se tratar de um ato político, não neutro, mas ideológico, no contexto de conflitos territoriais tem um papel estrutural e pode contribuir para a articulação dos grupos vulneráveis politicamente para a defesa de seus diretos.

Nessa arena o que está em jogo é a permanência de pessoas em seus territórios ocupados há décadas (e, portanto, a própria existência desses grupos), ou a chegada do dito "desenvolvimento", dos "empregos" e todas as promessas a essa ótica atreladas. Essa disputa, muitas vezes, é acompanhada por um processo que resulta em um segundo conflito (ou uma complexificação de um único conflito ambiental), que é a busca pela preservação desses espaços, com uma linha de argumentação científica limitada e ahistórica, a qual resulta nas unidades de conservação não dialogadas com as comunidades locais. Ou seja, a comunidade é duplamente penalizada, seja pelo setor privado para quem é um "entrave ao desenvolvimento", seja para aqueles e aquelas que

desejam a preservação ambiental, para os (as) quais a comunidade, muitas vezes, é tida como um “entrave a conservação”.

Dessa forma, é importante destacar esses documentos oficiais que tratam da Educação Ambiental, pois, constantemente, são tidos como referência para a elaboração e implementação de políticas públicas ambientais. Por isso, nessa seção, apresentou-se que, neles, a EA aparece também com a possibilidade de atuar na busca pela valorização dos diferentes conhecimentos, observando conflitos de maneira justa e humana, potencializando as populações locais por meio de organizações democráticas. E, com base nisso, esta pesquisa em Educação Ambiental além de buscar colaborar com a produção de dados científicos acerca de uma comunidade tradicional pesqueira em situação de invisibilização, tem a pretensão de contribuir com a comunidade da Barra de Pelotas na luta pela garantia de acesso ao seu território tradicional de pesca.

Participar “não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, como são a comida, o sono e a saúde” (BODERNAVE, 1983, p.16), e percebe-se pelas falas dos moradores (as) da Barra de Pelotas que há interesse em participar dos temas que os (as) envolvem. A instalação da água e da energia elétrica foi adquirida através de diálogos estabelecidos com diferentes setores da administração pública, bem como representações políticas, e por ações de cunho mais radicalizado, expressando a articulação das pessoas na defesa de seus direitos. O mesmo ocorre, neste momento, no que concerne a qualidade da única estrada de acesso à comunidade, tema de audiência pública em 2022, e que contou com participação de diversos moradores (as) da comunidade ainda que desassistidos (as) pelo transporte coletivo para o seu deslocamento até a Câmara Municipal.

É possível observar que apesar da comunidade tradicional pesqueira da Barra de Pelotas, em geral, não ter garantida sua participação em esferas oficiais, ela busca estar a par dos temas que a envolvem. Durante o campo de pesquisa, enquanto realizava uma caminhada pela comunidade, a pesquisadora foi chamada por uma moradora para obtenção de informações sobre o debate de flexibilização das áreas de importância ambiental no município, notícia que essa havia visto nas redes sociais. Silvana (63 anos, moradora da Barra de Pelotas) manifestou preocupação sobre o que isso representaria para a realidade da Barra de Pelotas, dado que compreende que os interesses privados têm predominado na região.

Eu acho que é notícia da câmara. E agora foi a pra análise do COPAM porque eles querem reverter as de área verde, preservação, pra poder construir. E é aqui. O foco é aqui. Mas procura, eu não sei procurar muito. Eu não sou familiarizada. E foi aprovada. E as margens do Arroio Pelotas. Nós estamos a margem do Arroio Pelotas. Eles adoram privatizar, né? (Silvana, 63, moradora da Barra de Pelotas).

Percebe-se, pelas falas das entrevistas, que a comunidade tem amplo conhecimento sobre o seu território, inclusive das mudanças naturais que ele vem sofrendo, dado que residem no local 24h como mencionado por Naiane (24 anos, ex-moradora da Barra, irmã de Célia e Naná) e, além disso, há um interesse em participar, dois elementos fundamentais para garantir de fato a participação com qualidade. Conforme Bodernave (1983) "a participação está na ordem do dia devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos. O entusiasmo pela participação vem das contribuições positivas que ela oferece" (BODERNAVE, 1983, p.12). Assim, a participação é mais do que estar presente nas esferas de representação e tomada de decisão, inclui a representação coletiva de determinado grupo, ciente dos debates e demandas, e aberto ao diálogo, a crítica e a proposição.

Quando questionada se estava a par da proposição de mudança de status da reserva ambiental, Naiane mencionou:

eu não, que na verdade eles resolvem mais entre eles, né? Por isso que a gente precisa de uma participação, até pra gente tá ciente e saber o que fazer. Saber participar, saber ouvir também. Até porque quem vive vinte e quatro horas é a gente, entendeu? Eles chegam aqui, olha uma coisa e deu entende. Eles não sabem o que acontece dia após dia em cima daquilo (Naiane, 24 anos, ex-moradora da Barra de Pelotas).

Já em relação a audiência pública que tratou da estrada da Barra, Dodoce, um dos moradores (as) mais antigos do território, disse não ter sido informado e que por isso não participara. É importante destacar que, a audiência pública foi convocada no dia 14 de julho de 2022 para ocorrência no dia 21 de julho e que apesar da visita em algumas casas da Barra por assessores (as) do vereador responsável pela AP para a entrega do convite (figura 21), não houve uma reunião prévia na comunidade como forma de maior divulgação.

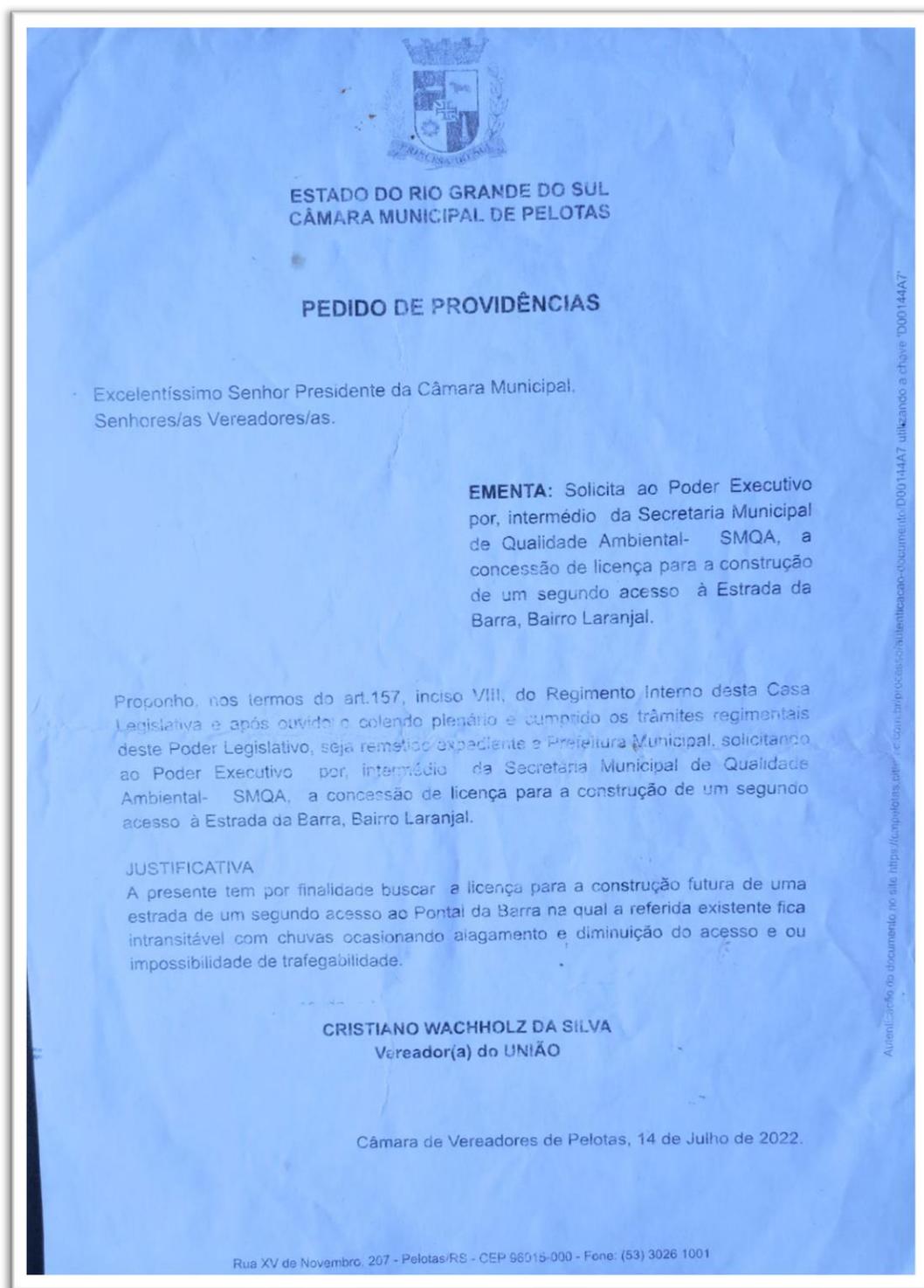


Figura 21 – Registro do convite para a Audiência Pública acerca da estrada de acesso ao Pontal da Barra entregue a alguns moradores(as) locais.

Em relação a proposta de concessão onerosa da Lagoa dos Patos para instalação privada de parques eólicos, a comunidade também não foi consultada sob nenhuma maneira e tem obtido informações através de outros (as) pescadores (as), o que gerou preocupação para alguns deles e algumas delas frente a possibilidade de exclusão de áreas

de pesca. Nesse tema, cabe destacar a presença de Célia e seu esposo Eduardo (43 anos, pescador da Barra de Pelotas) na Audiência Pública realizada em 15 de dezembro de 2022 na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul. Através da Comissão de Economia, Desenvolvimento Sustentável e do Turismo foi realizado o debate público sobre o projeto de concessão de uso de bem público para a instalação de parques eólicos na Lagoa dos Patos, em formato híbrido, em que ambos (Célia e Eduardo) apareciam de forma virtual do quintal de sua casa, onde se observavam as embarcações, algo que foi destacado pelo deputado que presidia a AP.

A Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca (Lei nº 15.223/2018) do Rio Grande do Sul prevê, dentre seus princípios, a participação dos pescadores e pescadoras artesanais na “gestão democrática e transparente dos recursos”, com reforço da importância do envolvimento das comunidades locais nos temas que interferem diretamente nas suas práticas cotidianas. Como mencionado no primeiro capítulo desta pesquisa, a relação que os (as) pescadores (as) desenvolvem com a natureza é de dependência, logo, qualquer interferência na gestão dos territórios e dos elementos naturais por eles (as) utilizados determina as comunidades. Portanto, participação para as comunidades tradicionais não é mero artifício de representatividade simbólica, trata-se de um elemento estruturante da manutenção ou destruição de seus modos de vida.

Tal compreensão já estava presente na Convenção Internacional da Diversidade Biológica, promulgada em 1992, da qual o Brasil é signatário, e que prevê que a preservação das espécies e ecossistemas deve estar atrelada aos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais. Afinal, esses são os (as) maiores conhecedores (as) da realidade local devido ao convívio diário e, muitas vezes, detentores de saberes secularmente transmitidos. Essa noção também foi incorporada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que em seu artigo 5º, inciso III expressa como diretriz ações que “asseguem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”, uma vitória dos movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais que se articularam no período de construção da normativa.

Assim, verifica-se que a comunidade da Barra de Pelotas, mesmo que invisibilizada por inúmeras ferramentas institucionais, organiza-se para participar dos espaços e pautar seus direitos, ao mobilizar os princípios da democracia e da participação na prática, para a defesa do seu território e ambiente, compreendido em sua totalidade natural, social, política e cultural. A relação com a Educação Ambiental torna-se evidente,

na medida em que essas mobilizações, ocorridas no âmbito da luta por direitos, concretizam-se em práticas educativas, nas quais a comunidade tem alçado de diversos instrumentos de luta, seja na própria articulação interna, na busca por informações de temas do seu interesse, articulação com políticos locais ou por meio de ações diretas. Tais estratégias estão destrinchadas no capítulo 3 deste trabalho.

O entendimento da dinâmica interna do conflito ambiental inclui a identificação das polarizações e o mapeamento das alianças. Observa-se que as posições dos distintos grupos em conflito podem mudar de tal forma que antigos aliados transformam-se em antagônicos ou vice-versa. Por fim, no próximo capítulo, são observadas algumas das estratégias utilizadas pelos grupos sociais no conflito da Barra de Pelotas na disputa pela legitimidade do território.

3 - A CONSTITUIÇÃO E RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE-TERRITÓRIO TRADICIONAL PESQUEIRA DA BARRA DE PELOTAS

Conforme já descrito, a comunidade-território da Barra de Pelotas foi constituída a partir de outros territórios tradicionais de pesca da região do extremo sul do Brasil. Pescadores e pescadoras artesanais de São Lourenço do Sul, São José do Norte, Rio Grande, Santa Isabel (Arroio Grande) e mesmo de outras comunidades pesqueiras de Pelotas compõem a comunidade tradicional da Barra. São diversas as motivações para o uso desse lugar em períodos de safras, seguido de posterior ocupação fixa, com a transformação das residências temporárias em permanentes.

A busca por comercialização dos pescados e de melhores condições de vida estiveram na gênese do território pesqueiro da Barra, acrescido de fatores ligados ao acesso ao meio urbano, por parte de sujeitos (as) que viviam em maior isolamento, bem como o acesso a direitos como educação e saúde. A migração de pessoas para a Barra tem influência de outros fatores, tais como o sucesso das safras de pescados, a instalação de direitos básicos (como água, luz e transporte escolar), e a remoção da antiga comunidade do trapiche.

Esse cenário de migração de pessoas para uma área de importância ambiental do município de Pelotas produziu transformações sócio-espaciais, alterando não apenas os elementos ecológicos do local, como também originou novas significações culturais a uma zona úmida rodeada pelo canal São Gonçalo e Lagoa dos Patos. A relação dialética comunidade-território, a qual tem sido demonstrada ao longo do texto dessa dissertação, sintetiza a transformação da natureza pelos povos tradicionais, de maneira que, a cultura de um povo está atrelada ao ambiente ao mesmo tempo em que o configura, relação essa que expressa diversos aspectos da Educação Ambiental.

3.1. Dentre as múltiplas percepções sobre a comunidade-território da Barra de Pelotas

Compreendida a impossibilidade de estar de forma neutra na sociedade (FREIRE, 1996), observa-se que os discursos expressam concepções de mundo e posicionamentos diante de uma sociedade marcada pela desigualdade social, ambiental e política. Por discurso entende-se que “é um suporte abstrato que sustenta os vários TEXTOS

(concretos) que circulam em uma sociedade. Ele é responsável pela concretização, em termos de figuras e temas, das estruturas semio-narrativas” (GREGOLIN, 1995, p. 17).

Barbosa (2021) identificou discursos ambientais enunciados pelos (as) sujeitos (as) calcados nas ideias de risco, conservação e preservação ambiental, que tendem a (re)produzir desigualdades ambientais. Em sua pesquisa observou que eles são mecanismos para legitimação de remoções no contexto de comunidades, incluindo pescadores(as) artesanais, do Rio Grande/RS, visando a implantação de projetos urbanísticos e recuperação de Área de Preservação Permanente.

No cenário da Barra de Pelotas percebe-se que pairam diversos discursos sobre a comunidade, de maneira direta ou indireta, conforme será apresentado a seguir. Na análise de alguns trabalhos percebeu-se que, mesmo aqueles que se propuseram tratar estritamente de aspectos biológicos e ecológicos do banhado do Pontal da Barra, ou mesmo da região lacustre adjacente, comumente mencionam a comunidade pesqueira a título de contextualização. Entretanto, é importante ressaltar os trabalhos que não a mencionam, mesmo quando tratam de aspectos socioambientais da região, o que pode indicar uma estratégia de invisibilização da comunidade.

Ainda que, nesta dissertação, a técnica de análise de dados seja a “análise de conteúdo” (BARDIN, 1977), essa seção utiliza o termo “discurso”, pois busca evidenciar que as “ausências” da comunidade tradicional pesqueira da Barra de Pelotas em algumas produções científicas, têm contribuído para uma narrativa incompleta da realidade vivida no local e, para a marginalização dessas pessoas frente ao acesso a direitos básicos, como de ir e vir. Nesse sentido, Gregolin (1995) destaca que “através da Análise do Discurso é possível realizarmos uma análise interna (o que este texto diz?, como ele diz?) e uma análise externa (por que este texto diz o que ele diz?)” (GREGOLIN, 1995, p. 17) de modo que, aqui, são traçadas reflexões acerca de alguns trabalhos publicados, que versam sobre o Pontal da Barra e a comunidade pesqueira.

A comunidade é pautada constantemente com narrativas públicas – seja da mídia, ou mesmo de instituições do Poder Público - que buscam invisibilizar o seu aspecto tradicional, sendo enquadrada como ocupação irregular (SILVA *et al.*, 2015) ou ilegal (GOMES *et al.*, 2007), degradadora ambiental (PACHECO & SIMON, 2021), zona de risco ou vulnerabilidade (SILVA *et al.*, 2015), sem ter evidenciada a sua relação intrínseca com este território tradicionalmente ocupado pelo seu modo de vida pesqueiro.

Silva *et al.* (2015), em publicação do documento “Nota técnica referente à construção do dique de contenção no Pontal da barra – Laranjal (Pelotas, RS)”, discorrem

sobre ações executadas pela prefeitura municipal na tentativa de reduzir os impactos de enchentes que atingiram a localidade no referido ano. Traçam uma crítica à construção de um dique de contenção no Pontal da Barra e caracterizaram a localidade como “uma zona de tensão entre empreendimentos imobiliários formais, ocupações irregulares, leis de proteção ambiental, biodiversidade peculiar e registros arqueológicos” (SILVA *et al.*, 2015, p. 3). Ou seja, sequer mencionam a palavra “pescadores (as)” na descrição dos (as) sujeitos (as) que compõem o território, ao contrário, o aspecto de criminalização “ocupação irregular” é evidenciado.

Pode ser acrescentado a isso o elemento de “vulnerabilidade” ao se referir à comunidade local. Nos termos da conclusão do texto discorrem que “a população residente do Pontal da Barra continua em situação de vulnerabilidade independente da medida adotada, pois acredita-se que o dique beneficia somente as construções urbanas do Novo Valverde e do Valverde” (SILVA *et al.*, 2015, p. 6). E, finalizam a nota sugerindo “que o poder público municipal de Pelotas passe a adotar medidas preventivas e não emergenciais corretivas para essa situação de conflitos entre o processo de ocupação e o sistema físico-ambiental do Pontal da Barra (SILVA *et al.*, 2015, p.7). Convém frisar que a invisibilidade dos aspectos de tradicionalidade da comunidade pesqueira da Barra de Pelotas é recorrente em trabalhos acadêmicos, assim como seu enquadramento enquanto vulneráveis às condições ambientais.

Em campo, foi possível observar que além de saberem que são caracterizados (as) de tal forma, os (as) pescadores (as) artesanais destacam a dissonância dessa análise, tendo em vista seu modo de vida ser intrínseco a relação com o ambiente. Desse modo, compreendem que esses discursos fundamentam ações que visam a remoção da comunidade. Marcelo (51 anos, pescador da Barra de Pelotas), ao tratar da problemática da estrada destruída em períodos de enchente, menciona que, em governos anteriores, havia uma demora maior para que ela fosse consertada, o que, para ele, indica intencionalidade de “matar no cansaço”. Já Célia contrapõe a ideia de risco ao destacar que após sua remoção da antiga comunidade do trapiche viu a necessidade de morar na Barra como forma de manter seu modo de vida.

Ah eu até tenho mas aí tu vai dizer assim ah tá fazendo política, mas problema é que é o plano dos outros governos, não vou nem te citar partido nem nome de prefeito, mas a ideia deles era tirar o pessoal, né. Tirar o pessoal daqui dessa região, pessoal que é a raiz, que praticamente viveu a vida inteira aqui, né, e queriam tirar o pessoal daqui e assentar em outro lugar. Foi por isso que demoravam mais a fazer estrada, de repente eu acho que eles tinham até o pensamento seguinte que vamos matar no cansaço, não vamos fazer estrada, não vamos fazer nada. Mas aí depois sempre vinha alguém, um vereador,

alguém arrumava carga de aterro e arrumava a máquina (Marcelo, 51 anos, pescador da Barra de Pelotas).

E aí é isso aí a gente veio pra cá porque o único lugar, que é um lugar de risco, que a gente sabe que é uma área de risco como eles falam, mas em todo lugar tem riscos, tu tem que saber viver com os riscos. Só que aqui é um lugar que a gente se sente bem morando aqui, a gente pode deixar as crianças irem e virem da escola em segurança pra vim, a gente deixa os nossos material de pesca tudo no pátio aqui não some nada, a gente deixa tudo aberto, carro aberto sem chavear, deixa moto na frente, deixa a janela aberta, tu deixa tudo não some nada, todo mundo respeita, os vizinhos se respeitam, não tem lausa, não tem barulho, não tem som alto toda noite, porque todos trabalham e todo mundo tem que respeitar o horário, saem em quatro horas pra pescaria, né? Aí então por isso que eu optei por ficar aqui (Célia, 40 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Vale apontar aqui que a região do Novo Valverde (também chamada popularmente de Pontal da Barra), como mencionada na nota técnica de Silva *et al.* (2015), também é atingida pelos episódios de enchentes, inclusive motivou a construção dos diques. Manuel possui uma residência no local em nome de sua esposa e relatou que durante as enchentes que atingiram a comunidade pesqueira da Barra ele sentiu-se igualmente afetado no Novo Valverde. No entanto, nesses locais, a percepção de “risco” não é atrelada a remoção. Isso indica haver uma variação da noção de “risco ambiental” por parte do poder público conforme a titularidade da terra. Nas palavras de Manuel,

É uma coisa que eu não sei se tem a ver com a entrevista, sabe o que que acontece muito aqui assim ó, quando dá uma água cheia, de dá uma enchente, o pessoal pede muito, e eu acho que isso é um troço que como a gente mora num lugar que eles já alegam que é área de risco, que é esses troço aí, tem muita gente aí que fica pedindo, aí é que eles vem com esses negócio, ah tem que tirar porque mora em área de risco isso e aquilo. Porque o pessoal aqui que é pescador mesmo, que vive da pescaria, não pede ajuda pra prefeitura, não pede nada pra ninguém. Só que quem mora aí que não é pescador quando dá uma enchente, um troço, começa a pedir aí acho que é essa parte que eles alegam aí que a Barra é área de risco, que as pessoas moram mal, que tem que tirar. Eu acho pra mim que é essa parte aí que acontece isso aí. Mas se for dizer assim, ah vamos ter que remover o pessoal que mora na Barra porque é área de risco, mas aí eles vão ter que tirar uma boa parte de dentro do Laranjal também, na Z3, na Torotama, isso tudo é uma área que quando deu a enchente aqui na Barra, tudo encheu. Deu ali em casa, lá dentro Laranjal, deu na Torotama, deu na Z3 e aí eles vão tirar todo o pessoal porque é área de risco? (Manuel, 54 anos, pescador da Barra de Pelotas).

Em trabalho apresentado e publicado por Gomes *et al.* (2007), os (as) autores (as) informam que a pesquisa tem por objetivo “conscientizar a sociedade e órgãos competentes da importância e do significado ecológico da área e das espécies ameaçadas de extinção”, e para isso, utilizaram-se de análise bibliográfica e conhecimento do meio físico em trabalhos de campo na região. Todavia, dentre as conclusões do trabalho podem ser identificadas afirmações relacionadas aos (às) moradores (as) locais, sem especificar quais, em que afirmam, por exemplo, que são pessoas de difícil conscientização, ainda

que não tenham realizado uma atividade com os moradores (as) para a construção desse trabalho:

Percebe-se que a sociedade em geral e os moradores locais desconhecem a importância da preservação do Pontal da Barra de Pelotas. É difícil a conscientização dessas pessoas, mesmo porque os órgãos públicos responsáveis não tomam medidas eficazes e coerentes para que a população reconheça a área como zona de preservação ambiental. Pode-se ressaltar ainda que a urbanização, por meio de loteamentos e moradias ilegais, vem crescendo ao longo dos anos. Muitos desses moradores não sabem das consequências que essa ocupação causa ao banhado do Pontal da Barra (GOMES et al., 2007, p.4).

Cabe destacar a importância da responsabilidade social na escrita científica. Na ocasião da publicação deste trabalho, a “comunidade Pontal da Barra” ainda era composta pela comunidade do trapiche e pela comunidade de pescadores (as) da Barra, a primeira foi removida em 2011 sob diversas alegações, dentre as quais Nebel (2012) destaca a ideia de que eram vistos como sujeitos que poluíam a praia.

Percebe-se que as narrativas, e até estudos científicos, por vezes, tendem a invisibilizar a comunidade e não mencionar seus aspectos de tradicionalidade, e a criminalizam quando a observam apenas sob o aspecto de propriedade da terra ocupada. Ademais, o elemento vulnerabilidade se fez presente nos dois trabalhos, os quais indicam demandas preventivas do poder público sem especificá-las ou definir seus fins além da preservação do ambiente natural da unidade de conservação. Em relação a invisibilização de comunidades tradicionais, Mascarello & Santos (2015), por exemplo, ao tratarem dos conflitos envolvendo a região do Super Porto do Rio Grande e as comunidades pesqueiras artesanais, denunciam haver uma “invisibilidade social programada”, como forma dessa instituição abdicar de suas responsabilidades frente a tais sujeitos.

Um terceiro trabalho, trazido para refletir acerca da invisibilização da comunidade da Barra de Pelotas, é de Pacheco & Simon (2021), o qual apresentou um diagnóstico ambiental da UC Pontal da Barra com enfoque nos aspectos do meio físico. No entanto, dentre os resultados do trabalho expõe a percepção de que há um complexo conflito na UC pelo uso e ocupação da terra.

De forma geral, os (as) autores(as) mencionam que ele é “[...] ocasionado pelas atividades antrópicas, a mesma vem sendo impactada pelo crescente processo de urbanização (BARCELLOS et al., 2019), nesse sentido, observa-se um aumento populacional, resultante da especulação imobiliária e dos projetos de expansão urbana, as quais são atividades inadequadas para a área, a preservação e conservação ambiental [...]”. Todavia, não há especificação se o estabelecimento e a permanência da comunidade

pesqueira estariam enquadrados como “atividades inadequadas para a preservação e conservação ambiental”, o que certamente demandaria metodologia específica de trabalho investigativo para se chegar a tal conclusão.

Ademais, Pacheco & Simon (2021) apontam dentre as suas expectativas com a possível mudança do modelo de unidade de conservação de RPPN para REVIS, que “a mesma será uma área com restrições, conservando os fatores da biodiversidade e geodiversidade do local”. Ou seja, como mencionado em seção específica sobre o tema da mudança de status da reserva, o não envolvimento da comunidade tem implicações concretas, a começar pela não definição de quais as intencionalidades frente a comunidade pesqueira ali estabelecida. Essa ausência de informações acaba por constituir diversos questionamentos: qual o impacto efetivo da mudança de status da reserva para a comunidade pesqueira que ocuparia sua zona de amortecimento (SNUC, 2000)? Qual o papel da Unidade de Conservação de Proteção Integral Refúgio da Vida Silvestre Pontal da Barra do Laranjal – Pelotas/RS na preservação da comunidade tradicional pesqueira?

No contexto do conflito da Barra de Pelotas é pertinente a colocação de Grun (1996) de que “é claro que as instituições de ensino não podem ser responsabilizadas pela crise ecológica, mas, sem dúvida alguma, elas estão ajudando a sua manutenção” (GRUN, 1996, p.10), pois os conflitos envolvem universidades, na qualidade de centros de produção de conhecimento e “influenciadoras” dos (as) tomadores (as) de decisão. Nessa disputa pelo direito ao território e à vida, muitas vezes, o discurso cartesiano da proteção ambiental acaba por fundamentar injustiças ambientais para as comunidades já, historicamente, penalizadas pelo capital.

Entende-se que nos conflitos, como no caso da Barra, a Educação Ambiental é acionada pelos diferentes atores e atrizes, e sob diferentes perspectivas (conservacionista, pragmática, crítica, outras). De modo que, os discursos observados acima, expressam intencionalidades sobre o território do Pontal da Barra e, mais que isso, um posicionamento acerca da comunidade tradicional pesqueira, seja pela sua invisibilização, criminalização ou estigmatização. Observa-se também que, as atitudes e discursos da própria comunidade sobre seus territórios estão apagados nessas publicações. E isto, em um contexto de conflitos por reconhecimento de direitos, pode ter graves implicações para a manutenção ou expulsão desses povos de seus territórios.

Loureiro *et al.* (2004), ao tratarem da sustentabilidade, exclusão social e transformação social, apontam que falar em sustentabilidade implica em, necessariamente, reconhecer que não se trata de uma discussão homogênea, e que

apresenta, pelo menos, duas tendências filosóficas que incorporam caminhos antagônicos para a transformação social. Em uma tendência hegemônica, a sustentabilidade teria o papel de proteger os recursos naturais, de maneira a garantir a permanência desse modelo de sociedade para as gerações futuras. Para isso, são necessárias algumas reformas no sentido de diminuir os impactos negativos do modo de produção capitalista, bem como de redução das disparidades sociais fruto desse sistema.

Todavia, sob outra ótica, da perspectiva crítica, é realçada a necessidade de transformação radical desse sistema capitalista, uma vez que, a sua existência é incompatível com a proteção da natureza e de relações sociais justas e equânimes. No contexto dessa dissertação em territórios tradicionais de pesca, a sustentabilidade passa pela busca do reconhecimento e garantia desses territórios para esses (as) sujeitos (as).

Pensar a “sustentabilidade” dos territórios tradicionais de pesca implica a mobilização das pessoas que ali vivem, visto que, seu modo de vida os coloca em relação de pertencimento e dependência com o ambiente, como expresso nas falas ao longo do texto. Conforme Loureiro *et al.* (2004), esse é um pressuposto básico para pensar a transformação social, de modo que os (as) próprios (as) sujeitos (as), conscientes de sua realidade e articulados (as), possuem a capacidade de mudança.

Entretanto, é importante destacar que o discurso da sustentabilidade tem sua gênese no mercado e, portanto, está mais atrelada às ações em Educação Ambiental institucionalmente desempenhadas, do que à realidade das comunidades pesqueiras. Nessas, a Educação Ambiental ocorre também através de elementos como diálogo, solidariedade, pertencimento e participação, algo que será mais amplamente descrito na sequência deste texto.

No bojo desse debate, compreende-se que há, por exemplo, duas proposições que atuam no sentido de invisibilizar a comunidade pesqueira da Barra de Pelotas diante do direito ao seu território. No espaço terrestre, percebe-se que é a proposta da REVIS Pontal da Barra do Laranjal efetuada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) em 2019, que, como já mencionado, não consultou ou mesmo informou a comunidade acerca da proposição. Já no espaço aquático a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA-RS) e a Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiente (FEPAM-RS), esferas responsáveis por decisões relativas ao meio ambiente gaúcho, desde 2021, estão propondo a concessão onerosa da Lagoa dos Patos para empresas privadas empreenderem parques eólicos *nearshore*, novamente, sem qualquer consulta efetiva às comunidades pesqueiras, inclusive a Barra de Pelotas.

Na análise realizada do capítulo “Educação Ambiental” do documento “Fundamentação Técnico-Científica para criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal, Pelotas, RS” (BARCELLOS, 2019), são mencionados projetos de Educação Ambiental realizados em uma escola próxima ao Pontal da Barra, com vista à valorização do ecossistema e das espécies do local. Ademais, o relatório estima que com a criação da REVIS, o ambiente se tornaria uma ferramenta importante para a conscientização da comunidade pelotense.

Percebe-se, na leitura do documento, a omissão de posicionamento em relação à remoção ou permanência da comunidade frente ao estabelecimento da UC. Uma postura supostamente neutra, diante de um conflito histórico, algo que se distancia dos pressupostos de uma EA crítica para a conservação da natureza (LOUREIRO, 2008). Adicionalmente, em nenhum momento está prevista a Educação Ambiental com a comunidade tradicional pesqueira. Novamente, sinaliza para a falta de diálogo entre a proposta apresentada e a comunidade direta ou indiretamente afetada pela delimitação da UC de proteção integral. Em divergência a isso, entende-se ser fundamental que a (o) educador (a) ambiental seja agente facilitador(a) de diálogos acerca dos ambientes protegidos e a importância das comunidades tradicionais, distanciando-se da postura de detentor (a) do conhecimento válido, apto (a) a “conscientizar” os (as) que, supostamente, não possuem esse saber, especialmente em comunidades tradicionais.

Cabe refletir que a ideia de conscientizar e sensibilizar as pessoas para a preservação pode ser considerada um argumento frágil, dado a magnitude da crise ambiental contemporânea. Além disso, demonstra o caráter conservador das educações ambientais calcadas nesse objetivo, pois “conscientizar vira sinônimo de informar ou no máximo ensinar o outro o que é certo; de sensibilizar para o ambiente; transmitir conhecimentos; ensinar comportamentos adequados à preservação, desconsiderando as condicionantes socioeconômicas e culturais do grupo com o qual se trabalha” (LOUREIRO, 2012, p.80). A Educação Ambiental, por ser um ato político (REIGOTA, 2017), tem como cerne a problematização para a transformação da realidade (LOUREIRO, 2012).

3.1.1. A Educação Ambiental na comunidade-território pesqueira artesanal Barra de Pelotas que emerge no modo de vida tradicional pesqueiro em meio a conflitos ambientais

A Educação Ambiental, enquanto sociabilidade das pessoas entre si e com a natureza, apresenta uma série de fundamentos que não apenas a definem como tal, mas, principalmente, orientam suas concepções e práticas. Esses princípios são estabelecidos pelos (as) sujeitos (as) que a praticam, a partir de suas orientações político-ideológicas, mas também, por meio de políticas públicas que direcionam o Estado na condução da EA no Brasil.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (BRASIL, 1999), a EA deve estar presente em todos os espaços da sociedade brasileira, englobar ambientes formais e não-formais mediados por processos educativos, ter como princípios o enfoque democrático e participativo, a concepção de meio ambiente em sua totalidade, incluindo os elementos naturais, sociais, econômicos e culturais, assim como, reconhecer e respeitar a diversidade cultural. Ao tratar, especificamente, da Educação Ambiental não-formal, a PNEA estabelece como sendo “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”, em que o Poder Público, nas esferas municipal, estadual e federal, apresenta uma série de atribuições diante da necessidade de incentivar a EA nos diferentes setores sociais brasileiros.

Dentre tais atribuições, encontram-se duas que merecem especial destaque por direcionarem a atenção aos povos e comunidades tradicionais: “a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação” e “preservação da cultura dos povos tradicionais e indígenas que habitam biomas brasileiros, inseridos no contexto da proteção da biodiversidade do País”. Percebe-se assim, que a PNEA expressa a relação entre preservação da natureza e o reconhecimento e valorização dos povos e comunidades tradicionais, visto que esses apresentam sociabilidades específicas com a natureza que, em muitos aspectos, diferem da racionalidade moderno-colonial, e possuem dependência dos elementos naturais para sua existência enquanto grupo social.

Ao observar que a EA não se limita a espaços formais de ensino, a PNEA avança no debate ambiental por reconhecer que diferentes formas de organizações sociais, tais como, as comunidades tradicionais pesqueiras, apresentam saberes próprios produzidos

na sua relação com a (na) natureza e que podem contribuir no horizonte de redução dos problemas ambientais. Tal reconhecimento está expresso pelo objetivo VII em que se define “o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade” enquanto tarefa necessária para a execução de tal política em um horizonte de sustentabilidade.

No âmbito da comunidade-território pesqueira da Barra de Pelotas, percebe-se que a Educação Ambiental se manifesta na relação com os elementos naturais, dado que a moradia, o trabalho, os vínculos culturais são desenvolvidos no território pesqueiro, constituído pela interação do banhado do Pontal da Barra, canal São Gonçalo e Laguna dos Patos, em ligação com a Lagoa Mirim e Oceano Atlântico. E, ocorre através dos elementos míticos e simbólicos, expressos, principalmente, pela fé em Nossa Senhora dos Navegantes, tida como protetora dos pescadores e das pescadoras artesanais.

Loureiro (2021), ao dissertar sobre a relevância do elemento tradicionalidade para a Educação Ambiental Crítica, salienta a importância da valorização cultural dos povos e comunidades tradicionais, prevista na PNEA (1999), dado que para ele “identificar e valorizar as culturas e interações seculares é um caminho potente para se criar a distinção em relação à homogeneização e hierarquização cultural impostas pela forma capitalista, promovendo a valorização do que é distinto da norma, a consciência crítica e a autonomia” (LOUREIRO, 2021, p.79). Para além dos saberes ambientais construídos na lida com (na) a natureza da pesca artesanal, percebe-se que a comunidade tradicional pesqueira da Barra de Pelotas desenvolve uma série de aprendizados através das articulações e lutas que desempenham na defesa de seus direitos e, portanto, de acesso, permanência e uso do seu território tradicional.

O diálogo enquanto princípio da Educação Ambiental é observado na realidade da comunidade-território pesqueira da Barra, especialmente entre os (as) sujeitos (as) da pesca. A autora desse texto é nascida e criada neste território e durante toda sua infância presenciou essa dinâmica comunitária, algo que buscou evidenciar nessa dissertação. O funcionamento da comunidade pesqueira é determinado pelos fatores ambientais, típico de uma comunidade tradicional, portanto, conforme a estação do ano, e o sucesso das safras de pescados, identifica-se uma alteração no fluxo de pessoas na comunidade, conforme já mencionado. Todavia, independente disso, o diálogo entre os (as) moradores (as), mediado pelas relações ambientais desenvolvidas no território, se manifesta cotidianamente.

A dinâmica do Bar da Rosa (ou Bar do Macaco, a depender de quem se refere) começa cedo. Rosa acorda, normalmente, cinco horas da manhã. Sua rotina diária inclui uma série de atividades do bar e da casa, e até 1982 incluía também as tarefas relacionadas a pesca artesanal. Na atualidade, Rosa após colocar o pão para assar, realiza uma caminhada pela comunidade, estratégia que ela adota há muitos anos para conciliar uma prática física diária (por ela entendida como fundamental, já que a lida do bar lhe conferiu algumas doenças crônicas que lhe causam dores) com a busca por latas de alumínio deixadas pelos frequentadores (as) da Barra. As latas reunidas na praia e no bar são comercializadas por Rosa.

Após essa caminhada, Rosa retorna ao bar e se forma um momento bastante importante no que se refere a categoria diálogo. As pessoas que chegarem cedo ao seu estabelecimento, provavelmente, irão vê-la sentada na mesa da cozinha com chimarrão na mão, rodeada por duas ou mais mulheres moradoras da Barra, conversando enquanto escutam a Rádio Pelotense. O programa de notícias do “Adalin Medeiros” é algo cultural na comunidade. Ao visitar galpões de pesca no horário das 6h30 às 8h em períodos de seguro-defeso, possivelmente se encontrará um formato semelhante, dois ou três pescadores (as) reunidos (as) com chimarrão, trabalhando na manutenção dos apetrechos de pesca, conversando sobre a lida da atividade ou outros assuntos, enquanto se atualizam das notícias através da rádio.

Durante uma das entrevistas com Marcelo em seu galpão de pescaria, foi possível identificar o fluxo de outros (as) pescadores (as) para conversar. Os diálogos também eram diversos, mas, a maior parte, tratava da pescaria naquele dia, como a água se movimentou, a quantidade capturada, e a preocupação com o lobo marinho que rondava algumas redes. Uma das entrevistas foi durante a safra da corvina, abaixo está apresentado o diálogo de dois pescadores(as) nesse dia:

Marcelo (51 anos, pescador da Barra de Pelotas): Matasse Linguado?

Dudu (pescador que o visitou): Rá, fui nas tuas pilhas.

Marcelo: Quem não sabe pescar não sabe né, Dudu...Eu te falei que aquele primeiro milho era dos pintos. Tava todo bobo dizendo que tava me ensinando a pescar linguado.

Dudu: Ei, tirei todinha a rede do meio?

Marcelo: Não.

Dudu: O Linguado tava chegando todinho no meio, teve cassa de dá uma caixa de Linguado. O Zeca botou em cima da minha assim, enredada com a rede do Zeca, tiremos uns 15 quilos de Linguado na cassinha pequenininha aquela.

Marcelo: Ta e se eu disser pra ti que as minhas duas cassas na beira do Casco cada uma deu uma caixa, matei 100 kg de Linguado.

Dudu: Ah eu não sei quantos quilos deu, mas deu duas caixa e meia.

Marcelo: Ta, loco, nem boto rede pra matar isso.

Dudu: Ah pra mim ta bom, cara se eu matar 10 quilos eu to faceiro, pelo menos eu to ganhando alguma coisa.

Marcelo: Ei, o cara me comeu meia rede, Dudu. Ainda bem que ficou as tralhas ai, to encabeçando ela aqui pra montar de novo. Uma embarcação de noite viajando passou por cima da rede.

O tom irônico da conversa é característico dos diálogos vivenciados na coleta dos dados de pesquisa. A brincadeira, o riso com o dia que não foi tão bom, ou a disputa acerca de qual parilha foi mais produtiva, constituem as rodas de pescadores (as) da Barra. Dudu (pescador da Barra de Pelotas) havia ido ao galpão do Marcelo para buscar 10 pedaços de chumbo para colocar na rede que estava construindo. A partilha, no contexto da pesca é material, pois há empréstimo e doação de produtos para confecção e manutenção dos apetrechos de pesca, mas, também, de saberes ambientais, como as condições ideais para determinada pescaria, sobre as melhores estratégias para a pesca naquele momento. Isso evidencia que o diálogo se estabelece pelos vínculos construídos no território pesqueiro. Destaca-se que no primeiro dia da entrevista com Marcelo, Manoel tinha afetuosamente ido até o galpão para oferecer balas à Marcelo e a mim, possivelmente em um intervalo das manutenções de suas redes. Após esse dia, Manoel aceitou o convite para ser entrevistado para a construção dessa dissertação.

Bassi *et al.* (1996) ressaltam que na obra Paulo Freire o diálogo está para além do ato comunicativo em si, pois envolve um compromisso recíproco entre os (as) sujeitos (as) dessa relação. Esse precisa ser calcado no respeito ao (à) outro (a), de maneira não arrogante, porém, sem esperar um necessário acordo entre as partes. Com isso, e ainda tratando de diálogo como princípio da EA, destaca-se a distinção desse elemento quando observados os projetos pensados para esse território: REVIS e parques eólicos *nearshore*.

Essas duas proposições ocorreram sem consulta às comunidades e, por óbvio, sem diálogo com esses (as) sujeitos (as). Ambas estão cunhadas em concepções de sustentabilidade, as quais podem apresentar divergências entre si, dado que os parques eólicos têm demonstrado nitidamente sua aliança a setores privados do ramo energético¹⁶,

¹⁶ Conforme denunciado por diversos pescadores(as) artesanais, pesquisadores e ambientalistas durante a Audiência Pública realizada em 15 de dezembro de 2022 na Assembleia Legislativa do estado do Rio

mas as duas têm produzido invisibilidades para a comunidade-território tradicional pesqueira da Barra de Pelotas frente aos processos de ordenamento territorial.

No contexto dos conflitos por territórios pesqueiros, os espaços ou ferramentas comunicativas ocorrem, a exemplo da consulta pública online realizada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente acerca dos parques eólicos, de 03 a 21 de janeiro de 2022, e das divulgações midiáticas do Relatório Técnico que propôs a criação da REVIS Pontal da Barra. Entretanto, partindo da noção de diálogo enquanto reciprocidade e respeito, cabe a dúvida se há dialogicidade de fato nesses exemplos, especialmente por considerar o acesso das comunidades pesqueiras a tais mecanismos de informação.

Streck (2011), ao tratar do elemento diálogo a partir de Freire, ressalta que no processo de ser / tornar-se humano, a abertura para o mundo, para a condição humana, ocorre por meio dos embates que visam a superação das opressões em busca da libertação. A Barra de Pelotas é um ambiente que está há décadas em disputa, especialmente entre a especulação imobiliária, os grupos conservacionistas e as comunidades locais. Nesse caso, observa-se que a relação de dominação desse ambiente por parte dos proprietários que visam a especulação imobiliária é uma das facetas das opressões do capital.

A sua superação, ou seja, a preservação desse ambiente (que é natural, cultural, social e político) demanda o diálogo com as comunidades locais. Streck (2011) ainda ressalta que a produção científica não é neutra, pois, para Paulo Freire, a neutralidade é uma postura ahistórica. Partindo dessa compreensão, narrativas e ações que invisibilizam a comunidade da Barra nos processos de gestão territorial, sejam eles para fins de preservação ambiental ou para exploração do ambiente, têm efeitos concretos na sua manutenção no território.

Convém mencionar que, a Educação Ambiental, de acordo com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, “deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas”. Os vínculos de solidariedade tem sido uma estratégia da comunidade-território tradicional pesqueira da Barra de Pelotas frente aos desafios impostos a manutenção de seu modo de vida, conforme detalhado a seguir.

Grande do Sul. Através da Comissão de Economia, Desenvolvimento Sustentável e do Turismo foi realizado o debate público sobre o projeto de concessão de uso de bem público para a instalação de parques eólicos na Lagoa dos Patos.

3.1.2. *É direito e não favor: a luta pelo acesso, água, luz e transporte*

A falta de ações do Estado garantidor de direitos dos povos e comunidades tradicionais nesse território se expressa como estratégia de expulsão dos (as) sujeitos (as) dos locais tradicionalmente ocupados, seja para fins conservacionistas ou de interesse privado do setor imobiliário. No entanto, tem tido como resposta a permanência e resistência dos (as) moradores (as), resultando na conquista a alguns direitos sociais e manutenção de seu modo de vida em relação intrínseca com a natureza.

Do ponto de vista histórico, é inaceitável culpar o humano como algo homogêneo, já que o que qualifica a ação predatória não é a ação humana abstratamente, mas modos específicos de relações sociais que determinam formas de uso e apropriação da natureza, pautadas na exploração intensiva do trabalho e dos recursos vitais disponíveis pela natureza. Portanto, não faz sentido afirmar que a transformação da natureza é um problema, mas faz sentido sim afirmar que modos específicos de produção, territorialmente determinados, levam a transformações insustentáveis sob o prisma social e ecológico (LOUREIRO, 2012, p.24).

A estratégia para se manter no território apesar da falta de condições básicas, foi a resistência e a solidariedade entre os (as) moradores (as) da Barra de Pelotas. A resistência no sentido de pautarem a busca pelos direitos, como água encanada, energia elétrica, transporte coletivo e estrada de acesso. Além disso, adotaram mecanismos coletivos para viver melhor. Um dos compradores de pescados, que era pescador da Barra, popularmente conhecido como Chicão (pai de Marcelo, 51 anos, pescador da Barra de Pelotas, *in memoriam*) morava no Laranjal e trazia água em bombonas para fornecer aos (às) moradores(as) da Barra. Em sua salga¹⁷ havia um dos poucos banheiros em que se tinha chuveiro disponível para que os pescadores e pescadoras pudessem tomar banho.

No Bar da Rosa também havia um chuveiro de uso coletivo, esse com aquecimento a gás, no período anterior a instalação da energia elétrica, em que era pedida uma simbólica contribuição para a aquisição do gás. Além disso, Dodoce era o único morador que possuía energia elétrica, proveniente da captação por placas solares, tema que será apresentado em maior detalhe na próxima seção e, por isso, durante muitos anos disponibilizou sua residência para o carregamento de celulares e baterias, essas últimas utilizadas na pesca do camarão e para televisões.

Bia relatou como era viver na Barra no período em que não possuíam fornecimento de água encanada e energia elétrica, a primeira instalada em 2002, enquanto

¹⁷ Salga é o termo utilizado na região do extremo sul do Brasil para referir-se aos entrepostos da produção pesqueira, local em que atuam os (as) intermediários (as) da comercialização dos pescados.

a segunda passou a ser fornecida em 2011. Em suas palavras: “Dejair deixava nós tomar banho, aí a gente ia lá tomava banho e passava no super comprava o bagulho e vinha pra casa. Todos os dias a gente fazia isso”. Marisa descreveu as dificuldades para manter a casa e a peixaria quando não havia água encanada. Apontando que a solidariedade entre os (as) moradores (as) foi fundamental para manutenção de suas atividades na pesca artesanal: “sem água tinha que trazer os galão do Laranjal, pagar frete pra trazer. Muitas vezes o teu pai trouxe pra nós água. Pra chão a gente usava do arroio”.

As relações de solidariedade estabelecidas na comunidade-território da Barra de Pelotas se dão pela identificação e pertencimento enquanto povo da pesca artesanal, não se tratando de caridade ou “boa ação” puramente. Loureiro (2021), ao dissertar sobre os povos indígenas e quilombolas, menciona que esses, quando visualizados pela sociedade em geral, recebem um olhar de “caridade”. Nas palavras do autor, “tamanho absurdo leva a práticas econômicas e políticas de Estado direcionadas para a inserção subordinada e subalternizada desses povos no modo de vida urbano, no controle dos territórios e nas relações de trabalho assalariadas” (LOUREIRO, 2021, p.81).

A conquista do direito à água foi importante não apenas como direito básico, para alimentação e atividades de higiene pessoal e doméstica, mas também foi fundamental para permitir relativa autonomia dos (as) pescadores (as) em relação aos (às) atravessadores (as). Bia relatou que antes da instalação da água, e da luz, não havia a possibilidade de manuseio e conservação dos pescados, de modo que chegaram a comercializar o quilo do camarão por dois reais para o atravessador que buscava na Barra. Com a chegada da água, pôde comercializar seu próprio pescado. Célia relembrou como se deu a instalação da água encanada na Barra. Na visão dela, foi a partir de sua solicitação em 2001, começando pela antiga comunidade do trapiche.

A gente na verdade não fazia nada aqui, né, Bi? O que que a gente fazia? A gente botava a rede e vendia o peixe porque não tinha como fazer. Até nesse momento eu só fazia peixe assim pra gente comer. Ah, hoje a gente vai comer eu pegava e fazia entendeu? Pra gente comer. Mas fazer que nem agora eu faço pra congelar e vender não. A gente vendia tudo por bacatela... Dois real, três real. porque não tinha o que fazer, né? Aí o bexiga vinha aqui e buscava. Aí imagina, o bexiga vinha com o preço lá em baixo né? O camarão me lembro até hoje, um camarão que nós trabalhamos eu e o Ricardo porra passamos o dia inteiro lá fora cara o dia inteiro meu, nós matamos doze caixa. Pô eu colhia as redes e tava com umas bolhas na minha mão, não fechava minhas mão, e a Maria Eduarda bebezinha dentro da barraca né? E eu colhi as redes com o Ricardo, pô um siri me pegou aqui ó, e me abriu assim, fez um talho. Tenho até hoje eu marco ali ó (Bia, 38 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Foi em 2001 a ligação de água lá. E veio junto pra cá. Sim porque os cano passam lá na frente. Aí começaram a ligar lá, e eu fiz o primeiro pedido d'água eu, aí depois demorou um mês, dois meses eles terminaram de botar os encanamento aqui. Aí começou o São Jorge da Palha, pedindo água, o Orlandinho pediu água, e aí foi indo que tem água instalada desde aquela época. E esse homem também pediu em 2001 a água, que aqui nos temo água instalada, o ex-dono daqui, o Evaldo (Célia, 40 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Para os (as) moradores (as) mais antigos (as) da Barra de Pelotas, as conquistas se deram por outra via. Dodoce relata que um diretor do SANEP – Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – foi sensível a situação da comunidade e contribuiu para a instalação da água, mesmo que em divergência da gestão municipal. Marcelo (51 anos, pescador da Barra de Pelotas) complementa

Pra água o que que aconteceu... Teve uma eleição aqui pra Pelotas, né? E aí tinha que eu acho que não me lembro, parece que ele era diretor do Sanep, ele era candidato a vereador, Jones Mach o nome dele. Aí ele veio aqui no pessoal aqui e falou pro pessoal que se ele fosse eleito era o primeiro lugar que ele ia botar água era aqui pro pessoal. Aí ele pegou e se elegeu e de fato não demorou muito a água tava instalada. (Marcelo, 51 anos, pescador da Barra de Pelotas).

A conquista da energia elétrica e da água potável encanada é compreendida como fruto da articulação comunitária na comunidade. Entretanto, os instrumentos organizativos e os caminhos percorridos para o alcance desses direitos, apresenta compreensões diferentes entre os (as) moradores (as) antigos (as) e recentes. No caso específico da energia elétrica, ainda que ambos (as) atribuam essa conquista ao programa do governo federal “Luz para Todos”, os (as) moradores (as) mais antigos relatam articulações com representantes políticos (as) do município, a partir dos anos 2.000. Além disso, descrevem a luta jurídica representada por advogados parceiros da comunidade, iniciada em 2004, a qual obteve êxito em 2011.

Já os (as) moradores (as) mais recentes atribuem tal conquista à mobilização realizada na antiga (e removida) comunidade do Pontal, próxima ao trapiche. Na ocasião, a luta política envolveu um protesto, com queimas de pneus para chamar a atenção da mídia e do poder público acerca do direito que estava sendo negado.

Eu vim na semana que botaram a luz. Ah não o outro ato político que nós fizemos tocamos fogo lá na vila lá na frente pra pegar a luz. Sabe quando do Reluz no governo do PT? Veio o Reluz. É o reluz, né? Não, Luz para Todos. Fizemos um..não botamos fogo nos pneus, fizemos uma fogueira. Foi noticiado, deu polícia. Nós queria luz e não botavam luz lá na frente. Nós tinha direito, nós soubemos que nós tinha direito e eles não botavam...Ai fizemos aquilo enorme. E aqui não tinha luz e deveria ter tido luz muitos anos antes né, com esse projeto quando entrou o governo do PT. Luz para todos né, e com aquilo o governo se assustou, que era o governo do PT. Eu não sei se era o Olívio ou era o Tarso, era um governador do PT, aí botaram luz aqui. Aí botaram, foi a semana que botaram luz e a gente veio pra cá. Parecia assim

uma coisa de filme. Viemos de carroça, trouxemos chalé de carroça. E carro, quem tinha carro, conseguia carro, sabe vindo pra cá. Claro o pessoal aqui se apavorou né, a vai vir essa massa toda pra cá. E assim a gente foi. Nós viemos na semana que botaram luz. Começamos com uma peça, uma peça grande que dava cozinha e depois ficava todo mundo amontoado e um banheiro. Ai começamos a fazer, trabalhando e a gente começou a construir. Tudo assim, tudo dentro do aperto. Aí dois mil e treze e aí eu vendi Barão de Manuá e investimos aqui, aí o Zaluk tinha um dinheiro também, ai investimos aqui. Ele que fez, com a mão de obra foi ele que fez. Só falta é pintar né. Mas eu não queria tão alto assim (Silvana, 63 anos, moradora da Barra de Pelotas).

A ação direta para a garantia do direito à luz na antiga vila do Pontal, reverberou na instalação na vila da Barra. Silvana comentou que essa foi inclusive uma estratégia para finalizar a remoção dos (as) moradores (as) da antiga vila do Pontal para a Barra. Célia relatou que “eles colocaram luz aqui pra Barra porque a gente fez uma manifestação bem grande em 2010 lá na frente, que a gente trancamos as ruas, botamos container no meio da rua ali com a nossa vila ali, fechamos tudo, veio até a patrulha do shopping, veio tudo, e aí no outro dia eles já começaram a botar os postes puxaram a luz pra cá”.

Através desses relatos, é possível observar que as ações de solidariedade se manifestam também no campo político, uma vez que as lideranças da Barra colocam suas palavras e corpos na defesa do território e dos direitos sociais da comunidade. As vias de ação envolvem: a articulação interna na comunidade para pautar seus direitos; alianças com personalidades públicas no município para o avanço dessas conquistas; bem como participação em espaços públicos, sejam eles concedidos ou conquistados. Piper *et al.* (2020), ao tratarem dos temas pertencimento e coletividade, na defesa de uma comunidade, afirmam:

O sujeito ao sentir-se pertencente a tal grupo, comunidade ou lugar e, ao mesmo tempo, que estes nos pertencem, permite-nos agir de forma a intervir nos fatos e acontecimentos que direcionam os seus rumos. Isto nos dá a sensação de participarmos de "alguma coisa maior do que nós mesmos". O sentimento de pertencimento, neste contexto, se relaciona com a noção de participação: à medida que o grupo se sinta sujeito ativo e passivo das atividades do cotidiano daquele meio, desenvolverá a corresponsabilidade pelo que for sendo construído de forma participativa (PIPER *et al.*, 2020 p. 4).

O acesso ao transporte coletivo escolar é um emblemático exemplo dessa articulação. Envolveu o diálogo dos (as) comunitários (as) com a prefeitura, com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Francisco de Campos Barreto, onde está matriculada grande parte das crianças do local, e com representantes de mídia alternativa do Laranjal. Para o alcance desse direito foram realizadas reuniões, protestos de mães e crianças, com ampla repercussão nas mídias sociais. Célia, Bia e Denise relataram o protagonismo das mulheres mães nessa pauta. Atualmente os (as) estudantes têm acesso ao transporte escolar pelo “Programa Caminho da Escola”.

O transporte escolar não tinha também. Na tua época não tinha, tu ia a pé pro colégio com a remangada até o joelho, tu e o Rodrigo porque não tinha e iam. Agora a gente conseguiu através também reivindicações. Pedimos aqui, pedimos ali, fomos aqui, fomos ali, fomos lá. E aí na época eu falei até com o Eduardo Leite, quando ele era prefeito aqui de Pelotas e aí ele falou que tava difícil pra colocar o transporte aqui, mas ele ia dar uma força naquela época. Porque não era zona rural, mas aí ele ia ver o que que ele podia fazer como aqui era posse, entendesse? Ele deu a entender pra mim como aqui era uma posse, a gente não pagava IPTU essas coisas, não poderia ter um ônibus passando na frente, foi o que eu entendo até hoje. Porque senão teria um transporte aqui, porque pra fora tem. E aí foi isso que ele me falou, ali eles não quiseram colocar um transporte, porque eu falei com ele quando teve uma reunião lá no SESI quando eu trabalhava na Roberto Ferreira de construção, aí ele ia nas festas da Roberto Ferreira que é empreiteira de obras, e ele falou pra mim, vou ver o que posso fazer pra ajudar vocês, só não é minha alçada, eu vou tentar fazer o que eu posso, aí ele falou com um, falou com outro, aí veio pessoas do urbano daqui e dali foi, aí teve umas reunião, a diretora [da escola] foi na reunião, meu marido foi na reunião, um monte de gente foi, fizemos umas ida numas reuniões e aí eles mandaram esse transporte pra nos quebrar esse galho (Célia, 40 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

O transporte escolar a mesma coisa, peguemos eu e a nega Carol que morava aqui no Laerte lembra da nega Carol? Ela atendia aqui no Larte, ela é irmã do Diego, marido da Luana. Ela tinha os filhos dela, um dia a gente resolveu botar, A Yasmin tava envolvida nisso daí também com isso daí. Fazer umas placa e tirar foto, gravar as crianças. E aí é uma vereadora, não me lembro direito quem é que nos ajudou. Mas eu tenho uma leve impressão que quem nos ajudou bastante nisso daí de divulgar foi o Diogo. O que é repórter ali que mora ali perto da Maristela. Ele é repórter, ele tem um negócio aqui no Laranjal aqui (Bia, 38 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Também casei, já passei também dificuldade pra criar o filho, pra ir pro colégio, enfim. Os dois mais velhos moravam com a minha sogra por causa do colégio, que não tinha como ir todos os dias e vim. Fomos criar do lado do arroio, né? Sem luz, sem água. É a água que bebia era água da chuva. E a luz era liquinho na época, né (Denise, 57 anos, moradora da Barra de Pelotas).

No relatório dos Conflitos Socioambientais elaborado pelo CPP¹⁸, está apontado que “a ausência de aparelhos públicos como escolas e postos de saúde, passando ainda por aspectos relacionados à criminalidade” são conflitos correntes em comunidades tradicionais pesqueiras, o que foi percebido em campo e pelas falas na comunidade-território da Barra de Pelotas.

A dificuldade de acesso à educação formal, produziu uma realidade em que os filhos e filhas da pesca artesanal da Barra se deslocam para fora do território em busca do acesso à escolarização. Esse cenário tem afetado diferentes gerações, como foi identificado nas falas de Orlandinho e Marisa. Orlandinho precisou se mudar “Do outro lado da Barra” para “a cidade” porque não havia possibilidade de deslocamento diário

¹⁸ Relatório elaborado pela Comissão Pastoral da Pesca a partir de uma rede de pesquisadores(as) que mapeiam os principais conflitos socioambientais que atingem a pesca artesanal brasileira na atualidade.

para a escola. Já Marisa precisou lidar com o afastamento dos (as) filhos (as) durante a semana. Estes ficavam na casa de avós, como forma de garantir condições de acesso para estudar.

Orlandinho retornou para a comunidade como pescador artesanal. Já os (as) filhos de Marisa, não moram mais no território, ainda que continuem sobrevivendo dele. Observa-se que a falta de acesso à educação formal atuou no sentido de desconfiguração da comunidade, dado que faz com que os filhos e filhas da pesca tivessem que sair de suas residências e do convívio comunitário. Muitas vezes, resultando no abandono da comunidade pesqueira. Entretanto, para outras pessoas, o forte vínculo familiar e com a pesca artesanal, as trouxe novamente para a Barra. Este é o caso de Henrique (25 anos, pescador da Barra de Pelotas), o qual cursou o ensino superior e retornou para a Barra enquanto pescador artesanal. Também é a realidade de Fabiane (28 anos, filha da pesca artesanal), autora dessa pesquisa.

A luta pelos direitos fundamentais, no contexto de comunidades-territórios tradicionais, se caracteriza pela defesa da dignidade da pessoa humana, princípio constitucional. Além disso, é um mecanismo de defesa desse modo de vida. Afinal, tais condições mínimas são essenciais para garantir a continuidade da comunidade e sua cultura a longo prazo. Através de Loureiro (2021), aponta-se os aspectos educacionais inerentes a esse processo, visto que “a luta – e o aprendizado que se dá por meio dela – contra toda e qualquer prática e ideologia que afirmem como verdade uma única forma de religião, cultura e organização social é parte constitutiva da educação ambiental crítica” (LOUREIRO, 2021, p.79).

Na atualidade, a pauta da estrada da Barra é o tema de maior pungência para os (as) comunitários (as), pois, além de garantir o pleno direito de ir e vir, relaciona-se à preocupação com a elevação do nível da água, a qual atinge periodicamente a comunidade. Nos relatos dos (as) moradores (as), há uma expectativa de que o aumento do nível da água resulte na destruição da comunidade e do banhado do Pontal da Barra. Destacam o perigo sobre o avanço no banhado e para o Valverde, como expressa fala de Denise, “logo logo a gente vai perder a Barra, que é um lugar lindo, bonito de morar, de viver, de criar filhos né? Que como os meus filhos foram criado aqui agora já tenho meus neto. Então por isso que eu te digo assim se alguém não ajudar a gente fazer isso daí, vai chegar um ano, um ano e pouco, a Barra vai se terminar”.

Diversos (as) moradores (as) da Barra relataram o avanço da Lagoa dos Patos e do Arroio São Gonçalo sobre a costa. Cabe pensar se há relação desse cenário com a

realidade de maior vulnerabilidade das populações tradicionais frente às mudanças climáticas. Para os (as) comunitários (as), é necessária a construção de uma barreira física de contenção na estrada, estratégia defendida durante a audiência pública na Câmara Municipal, em 2022. Assim, a temática da estrada relaciona-se com a manutenção desse espaço geográfico, o qual também é território tradicional, e suas condições essenciais para o modo de vida pesqueiro.

Em relação a esse assunto, Silvana observa “o arroio avançando. Quando eu cheguei aqui, primeira vez, julho de 2008, a primeira vez que eu botei o pé na Barra, eu vim por lá, eu entrei por lá pela sanga do Renato. O arroio ficava longe, olha onde tá o arroio 14 anos depois? O Arroio ta aqui dentro”. Célia complementa essa percepção ao afirmar que

Se nós tiver uma estrada boa pra gente fazer o acesso até o Laranjal a gente não precisa de mais nada. A gente só precisa simplesmente que nós tenha fácil acesso de nós sair da Barra e voltar pra Barra, só isso que a gente precisa da nossa estrada em ótimas condições, bem elevada, bem feita e planejada, e iluminação pública, é só isso que a gente precisa de necessário aqui, de imediato (Célia, 40 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Cabe destacar que, até o presente momento, não há um planejamento público, em conjunto com a comunidade, para resolução deste problema. Para os (as) moradores (as) isso compõe uma estratégia de remoção, como em outrora foi o acesso a água e luz. A luta pelo acesso as condições sobrevivência e reprodução dos seus modos tradicionais de vida, pode ser compreendida naquilo Santos (2008) apontou como “contraracionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades” (SANTOS, 2008, p. 54).

Ainda que a Barra, atualmente, seja um importante ponto turístico para o município de Pelotas, de maneira que diferentes pessoas frequentam o local e possuem vínculos afetivos com ele, para os (as) moradores (as) da comunidade o pertencimento ao território é atravessado pelo elemento da tradicionalidade. Segundo Santos & Guimarães (2020), “o pertencimento no reencontro com o natural intensifica sentimentos que nos integram ao todo, como a amorosidade, o diálogo, a coletividade, a solidariedade e tantos outros que potencializam a construção de identidade, a construção da alteridade e as relações múltiplas” (SANTOS & GUIMARÃES, 2020, p. 4).

A pesca artesanal é o elemento que estrutura a comunidade da Barra de Pelotas. Assim, ela determina e diferencia os laços de pertencimento, diálogo, participação e solidariedade, os quais são elementos educativos que permeiam este ambiente.

A ação das comunidades tradicionais, detentoras de saberes transmitidos oralmente entre as gerações, nos dá um exemplo do que ocorre quando há manifestação de pertencimento e de cidadania. Nos processos pela manutenção de Unidades de Conservação, encontramos testemunhos desse sentimento, haja vista que os saberes dos seus integrantes e seu modo de vida foram obtidos e desenvolvidos naquele lugar. Dessa forma, conseguem formar o consenso de que, para ajudar na conservação da comunidade, precisam sentir-se e ser reconhecidos como parte integrante do todo, como “pertencendo” aquela região, cujas condições e peculiaridades conhecem e aprenderam a respeitar e assim permitir a continuidade da vida local (PIPER *et al.*, 2020, p.5).

Em razão da intrínseca e dialética relação dessa comunidade com seu território, sintetizada na expressão “comunidade-território”, sob a perspectiva da justiça ambiental, é indispensável o seu reconhecimento enquanto povo tradicional. Carvalho & Toniol (2011), dissertam acerca da importância da escuta dos (as) sujeitos (as) locais para perceber como as articulações do movimento ambientalista, ou de gestão ambiental em si, são percebidas por essas pessoas. Para os (as) autores (as) “o campo de argumentação em torno das causas ecológicas é muito menos unívoco e consensual, mesmo entre setores populares, do que se pode imaginar numa primeira leitura que apenas opõem as causas ecológicas aos interesses do grande capital” (CARVALHO & TONIOL, 2011, p.18).

Assim, há necessidade de posicionamento crítico da Educação Ambiental nesses conflitos, em busca da garantia dos direitos sociais e territoriais desses povos. Observa-se que a ampliação da exploração capitalista sobre os ambientes e elementos naturais, tem sido acompanhado de “desespero ecológico”, no qual a receita para tratar o problema tem sido a criação de unidades de conservação de proteção integral sem consulta às comunidades locais.

Compreende-se que as comunidades tradicionais de pesca vêm sendo vítimas de um profundo processo de desigualdade ambiental. Seus territórios, e modos de vidas, são negados em nome do desenvolvimento e da proteção ambiental. Layrargues (2012) questionou “para onde vai a EA?”. A partir dessa pesquisa, entende-se que identificar as ações em Educação Ambiental acionadas pelos diferentes sujeitos em conflito, e a para que(m) elas têm servido, pode contribuir na defesa dos territórios tradicionais de pesca, aliada à proteção ambiental.

3.2. A Comunidade-território pesqueira da Barra de Pelotas: um modo de vida tradicional

3.2.1. Caracterização da comunidade-território: saberes e fazeres da pesca artesanal

Ao longo dessa pesquisa, foram identificadas 75 famílias na Barra de Pelotas, a grande maioria de pescadores (as) artesanais. Alguns moradores (as), embora tenham origem nesse modo de vida, não exercem a pesca, mas tem o território como espaço de moradia, cultura e sociabilidade. Assim, compreende-se que na Barra de Pelotas há uma comunidade tradicional, a qual não tem sido observada e retratada como tal nas esferas de poder e decisão, resultando em prejuízos concretos no tocando aos seus direitos.

Essa realidade é descrita pelos (as) moradores (as) da Barra de Pelotas ao tratar do território nas diferentes estações do ano.

Ah muda, no verão a gente tem bastante movimento, vem bastante gente. E no inverno não. No inverno diminui, as vendas e tudo. É bem mais calmo. É só isso que eu noto. E a preocupação da estrada que fica todo mundo, não é só eu né, é a nossa preocupação no inverno. No verão a gente não se preocupa tanto, sabe que não enche né (Marisa, 66 anos, moradora do Pontal da Barra).

Inverno é vazia, de outubro a maio né mais ou menos ela triplica de acordo se a safra ta boa ou não, triplica. Quando começa, abre a temporada de pesca que é em outubro né, aí começa, mas o auge é o camarão. Aí sim. Assim. trabalhador da pesca propriamente dito, turista, ah vem turista, vem os atravessador né, tu sabe né. Todo mundo faz algo pra ganhar um dinheirinho na safra né, os próprios dão um jeito de fazer um comércio aqui outro comércio ali né. Movimenta o setor econômico daqui né, nem pode dizer autônomo, informal né aumenta. O pessoal tenta nesse período ganhar um dinheirinho a mais além da pesca, por causa da pesca, das safras, né, todo mundo faz um churrasquinho, um lanche, né? Entendeu? E é isso que acontece, né? Vem vender, aparece os vendedor. Que são da cidade, vendedor de panela, vendedor de roupa. Né? (Silvana, 67, moradora do Pontal da Barra).

No verão é mais movimentado. Tem mais turista, mais gente, mais pescador que vem no camarão. No inverno já é mais o pessoal do lugar. Agora dá mais um movimentozinho por causa da ali da Marisa, do Laérte ali dá mais um movimento agora de inverno, né? [referindo-se aos dois restaurantes do território]. Muda quando o ano é chuvoso, né, que aí dá água cheia. Aí muda né. Mas o ano sendo normal como é aí, aí é a mesma coisa. Quando chove muito lá pro lado de Porto Alegre ali, aí a lagoa represa e aí é o que desmancha a estrada né? Porque ela é muito sobre a beira da praia (Manuel, 54, pescador da Barra de Pelotas).

É pra quem trabalha aqui e vive o ano inteiro aqui, o que muda é que no verão tem muito mais movimentação porque no verão a pesca é liberada, coisa que no inverno não é. No inverno é mais frio a beira da praia, em tudo que é lugar que for de beira de praia vai ser mais frio né, pessoal já se movimenta menos. Mas com o negócio ai desses restaurante e petiscaria e pelas peixarias mesmo, até tem tido bastante movimento final de semana, vem muita gente pra praia,

vem muita gente pra Barra né. Tu vê muito movimento que antes não tinha. E é uma coisa que por ter isso aí quanta gente se emprega né. Tu olha ali aquele restaurante do Nani ali quanta gente trabalha naquilo aí. Aí quando tão pescando no verão que a safra tá liberada, quantas gente trabalha nas peixaria, no teu pai mesmo quanta gente trabalha. Olha quanta gente que se emprega, que não tem o que fazer e que se emprega. Aí os cara querem tirar essa oportunidade de emprego do pessoal daqui? É não pensar né, é não olhar pro próximo, é só olhar pro umbigo porque deus que me perdoe né, não tão vendo ali quanta gente se emprega, deixa de sei lá eu, tem gente que deixa até de fazer ato errado porque tem o que fazer, tem emprego entendesse? (Marcelo, 51 anos, pescador da Barra de Pelotas).

Nas figuras abaixo (Figuras 22 e 23) estão Marcelo, Zeca, Manoel e Roberto que se conhecem há algumas décadas e já desenvolveram pescarias juntos. As imagens são registros de um dia de pesca de Miraguaia (*Pogonias cromis*) na década de 1990. A limpeza realizada no trapiche da salga de Chicão (in memoriam), antigo comprador de pescados na localidade, o qual fazia o atravessamento para firmas de outros municípios e estados.



Figura 22 – Marcelo (51 anos, pescador da Barra de Pelotas), Roberto (53 anos, pescador da Barra de Pelotas) e outro pescador limpando uma Miraguaia (*Pogonias cromis*) no trapiche do galpão de pesca de Marcelo na década de 1990.



Figura 23 – Irmãos Manuel (54 anos, pescador da Barra de Pelotas), Roberto (53 anos, pescador da Barra de Pelotas) e Zeca (52 anos, pescador da Barra de Pelotas) junto de outros pescadores segurando uma Miraguaia (*Pogonias cromis*) no trapiche da antiga salga do Chicão. Fonte: Autora, 2022.

A Barra é constituída por: pescadores (as) artesanais; moradores (as) que atuam esporadicamente na pesca, especialmente no beneficiamento; peixarias; entrepostos de peixe; restaurantes; descascadeiras de camarão; fileteiras de peixe; e turistas. Tal composição mostra sua dinamicidade, o que é característico das comunidades pesqueiras, sem que se perca a tradicionalidade como elemento estruturante dos territórios tradicionais, como define a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

De acordo com Oliveira (2012), o Lugar constitui o ser. De mesmo modo, ele é resultado das experiências desse ser no mundo. Para Marandola Jr (2012), Lugar pode ser definido como uma eventualidade relativa sobre a forma de ser e estar no mundo, em dada escala e temporalidade, e “a constituição do Lugar e do eu são indissociáveis, pois têm os mesmos processos constitutivos, operando nos dois pólos: eu-lugar”.

No contexto do território tradicional de pesca da Barra de Pelotas, existem diversas circunstancialidades (MARANDOLA JR, 2012) socioambientais que constituem esse Lugar. Muitos (as) dos (as) sujeitos (as) residem na localidade há mais de 40 anos, como Dodoce, Macaco, Rosa, Denise e Marisa. Outros (as) têm suas famílias navegando por essas águas há três gerações, a exemplo de Orlandinho, Célia e Naná.

Esse Lugar constrói a essência do (a) sujeito (a) pesqueiro (a), o que pode ser percebido pela resistência e luta pela permanência no território. Silvana relatou a relação dos filhos com a Barra, em que menciona: “os guris mesmo, são jovens, vinte anos, vinte e quatro, mãe eu não vou sair daqui. Nem ali pra dentro? Não, mãe. Mãe a Barra é outra

coisa, a gente é outra coisa, a gente é diferente deles. Pra te ver como eles se identificam né? Mãe a gente é diferente, a Barra é diferente dali do balneário. A Barra é diferente, mãe”. Dessa maneira, é possível perceber a identidade coletiva com o território, na qual muitos (as) moradores (as) se percebem culturalmente diferentes de comunidades ao redor da Barra.

Tal vínculo expressa, também, a peculiaridade deste Lugar para os (as) moradores (as), o qual não pode ser substituído por outro. Assim, a Barra é local de moradia, trabalho e de viver a cultura pesqueira, demonstrando as dimensões materiais e imateriais do território, como pode ser identificado nas falas de moradores (as).

[...] eu morei na Barra dos dezesseis anos até trinta anos que foi quando eu me casei. E aí eu foi quando eu saí da Barra porque também senão eu tava morando na Barra até hoje, porque minhas coisas é tudo aqui né? Minha parelha é aqui né? A minha vida tá toda em cima disso aqui. Mas é assim que nem tu vê assim eu vou pra casa só de tardezinha e no outro dia de manhã eu já tô aqui pra trabalhar de novo (Marcelo, 51 anos, pescador da Barra de Pelotas).

Bah guria, vou te dizer uma coisa pra ti, eu não sei o que que seria de mim sem a Barra. A Barra pra mim é minha vida né, Fabiane. A vida inteira ai em cima de tudo né, a vida inteira construindo e investindo aqui né, a minha parelha, meus barco, minhas coisas. É que nem eu te disse, eu não me vejo trabalhando em outro lugar, eu não consigo me ver fora da Barra (Marcelo, 52 anos, pescador da Barra de Pelotas).

Eu pra mim a Barra aqui hoje não quero lugar nenhum porque eu me vejo a minha velhice aqui na barra, assim como eu vejo o Macaco, vejo o Dodoce, eu me vejo, já falei pra minha na esposa né, ah questão de não almeja mais, não é que eu não almeje é que eu pra mim, na minha concepção, isso aqui é um dos melhor pra se viver é aqui. Um dos melhor lugar, claro, como todo lugar tem as suas divergência né, o tempo, uma coisa assim, mas pra mim é um dos melhor lugar pra se viver, pra mim isso aqui é tudo hoje. A Barra pra mim hoje é tudo (Henrique, 25 anos, pescador da Barra de Pelotas).

Eu diria que significa a minha vida, né? Porque é daqui que eu sobrevivo, das coisas poucas que eu tenho é daqui que eu tirei, né. Então eu posso te dizer o que significa a minha vida, resumindo tudo né? (Orlandinho, 39 anos, pescador da Barra de Pelotas).

A Barra é qualidade de vida. Não adianta é a qualidade, é a localidade e o que ela te proporciona (Naná, 29 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Cara é o meu lugar, a Barra eu te digo, a Barra é meu lugar. Aqui eu vivi a minha vida, criei minhas filha aqui, vou morrer aqui tendeu? Não vou sair daqui. Aqui é meu lugar, aqui eu tenho meu sustento, eu tenho como trabalhar, me sustentar e aqui vai ser a criação das minhas filhas, né? Eu amo esse lugar aqui. Eu amo esse lugar aqui, é o lugar que eu tenho paz, porque a Barra pode ter todos os defeitos, mas é um lugar aqui de paz. Tu chega aqui, eu não sei na tua casa, mas eu chego aqui eu já tô em paz, já sei fazer, tô dentro do que é meu, né? A minha tranquilidade (Bia, 38 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Entretanto, ao considerar o contexto conflitivo da localidade, observa-se a insegurança vivenciada pela comunidade-território tradicional pesqueira da Barra acerca

da permanência no seu território. Ainda que se reconheçam enquanto pescadores (as) artesanais, e reivindicuem a legitimidade de uso e ocupação do espaço, as falas dos (as) interlocutores (as) demonstram o receio com o futuro. Quando questionados “Vocês acham que o direito de vocês viverem e permanecerem na Barra de Pelotas está garantido?”, as respostas partiram para uma direção semelhante.

O direito a gente tem. Agora a garantia é que eu tenho te colocado sempre. Eu duvido. Pela ambição, pelo lugar bonito, pelo lugar seguro, né? Um lugar valorizado. Já disseram pra nós assim ó, tinha que tirar aquela meia dúzia de casebre antes, né? O Irajá é um né, o pessoal do Irajá. Eu acho que não dá, mas neste momento assim ó, falando em política, se a Marinha tem poder aqui a gente já tá mais ou menos seguro neste momento. Mas a longo prazo com outros governos, eu acredito que não. Porque a corrupção é grande né cara? Ah imagina entra esse neoliberal aí. Se entrar o Eduardo Leite, como provavelmente vai vim de novo. Tomara que os gaúchos não reelege nada, né? Nós não reelegemos os governadores, tomara que aconteça isso, né? Aí entra o neoliberal, eles gostam de privatizar, eles gostam de vender, disso aí eu tem medo. Mas em âmbito federal, de União neste momento em relação a marinha a gente tá seguro, né? A nível federal eu acredito neste momento a gente esteja. Se entrar um neoliberal no estado, e provavelmente vai entrar, eles se vendem né, eles vendem tudo, privatizam tudo, né. Propina. E o governo de esquerda também né (Silvana, 63, moradora da Barra de Pelotas).

Não. Porque a barra, como é que eu vou te explicar, tu já deve ter ouvido falar, porque a barra eles vão tirar as pessoas daqui. As pessoas não vão ficar aqui pra sempre. Aí as pessoa dizem assim pra mim, mas comé que tu sabe? Não é questão de comé que tu sabe, que hoje em dia tu não pode fazer mais nada em beiras praia, né? Porque é federal não quer. Então o que que acontece? Eles já estão já tentando já tirar as pessoas já daqui. Claro, só eles não tem aonde botar todo mundo, mas que isso aí vai a barra vai. Como eu te disse, a barra ela vai terminar. E não vai demorar muito que a barra vai (Denise, 57 anos, moradora da Barra de Pelotas).

Eu acho que é, eu não vejo nada assim que, que faça eu sair daqui né. A não ser que a União precise. Ai como é que funciona? Nos papeis é assim ó, se a união for usar isso aqui, eu sou obrigada a entregar, tudo, já foi assinado em papel tudo. Só assim é o meio de eu te que sair daqui (Marisa, 66 anos, Moradora da Barra).

Porque a safra do bagre ele proibiram a pesca do bagre, que eles proibiram a safra do bagre, sendo que o bagre tá nos prejudicando a nossa pescaria por ele tá se tornando um peixe muito cheio. Aí tipo assim, tu tá indo botar uma rede pra traíra, pra tainha, o bagre tá todinho vindo por baixo. Aí tu vai bater na água pra pegar a tainha que tu bota a rede pra bater, pra tainha se assustar e ir pra tua rede, o bagre se assusta junto e a tua rede vem minada dele atrapalhando. Aí muitas vezes o guri bota e já tiram ligeiro quando vejo que eles estão vindo já pra não pescar, pra não pra não matar a espécie, mas eles fizeram muito errado de proibir a safra do bagre dizendo que o bagre tinha uma espécie tava em extinção eu não sei bem se era o era o laranja, tem o bagre branco a carne e o laranja, e eu acho que o laranja que tava extinto, só que não tem como decifrar olhando um pro outro tu não sabe, só abrindo a carne né? Só que eles teriam que ver, esses que estudam sobre os peixes, ver o que está acontecendo porque o bagre está tomando conta da nossa região aqui. É muito bagre, pesos e pesos de bagre. E ele está atrapalhando as outras pescarias porque na verdade tá dando muito, o Bagre tá se acumulando muito aqui na nossa região e eles eram pra liberar a pescaria do bagre porque o bagre daqui a pouco vai acabar com algum tipo de outro peixe que eu não sei com qual peixe que ele tem alimenta (Célia, 40 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

A mesma coisa outro troço que eu acho que é errado é o mês de janeiro o camarão ser proibido. Porque quantas safra nós já perdemos de camarão porque ele é proibido no mês de janeiro. Aí quando chega fim de fevereiro já não tem mais camarão, porque a água passa o inverno salgada aí quando chega em dezembro já tem camarão grande. Aí nós não podemos trabalhar porque tá proibido. Aí quando chega fevereiro libera, o camarão já foi embora, já não tem mais, aí já tá entrando aquele miudinho assim, bom tu sabe. Aí dá aqueles rebojão e entra aquele mindinho. Mas aquele grande que ficou dentro da Lagoa que a água passou o ano salgada, aquele vai embora cedo, em janeiro. Em janeiro a dezembro ele já vai embora (Roberto, 53 anos, pescador da Barra de Pelotas).

Cabe mencionar a complexidade deste território pesqueiro, de modo que nele é possível observar toda a cadeia produtiva dos pescados. As principais espécies de importância comercial capturadas pelos (as) pescadores (as) da Barra são: Corvina (*Micropogonias furnieri*), Tainha (*Mugil liza*), Linguado (*Paralichthys sp*), Traíra (*Hoplias malabaricus*) e Jundiá (*Rhamdia quelen*). Entretanto, a safra de maior rentabilidade, a qual gera significativa alteração na dinâmica da comunidade, é do camarão (*Farfantepenaeus paulensis*), e ocorre 01 de fevereiro a 31 de maio.

No contexto da comercialização dos pescados, há aqueles (as) pescadores (as) que entregam toda a produção para as salgadas, atravessadores (as) e firmas, enquanto outros (as) reservam uma parcela de suas pescarias para clientes próprios (as). No segundo caso, garantem um acréscimo no valor de venda, seja do peixe inteiro, em filé ou mesmo na forma de bolinhos e risoles. A comercialização da produção de maneira direta – dos (as) pescadores (as) para a clientela – enfrenta desafios em virtude da estrutura necessária para a beneficiamento e acondicionamento, o que os (as) induz para o (a) vendedor (a) intermediário (a).

Em relação aos (às) atravessadores (as), cabe evidenciar aqueles (as) que têm origem na pesca artesanal do próprio território. Um exemplo foi Chicão, que nas palavras de Marcelo: “no período que o meu pai comprou ali, virou pescador ali e no caso parou de pescar e virou um atravessador, começou a comprar peixe ali”. Ademais, os (as) próprios (as) pescadores (as) que beneficiam seus pescados também têm o hábito de comprar produtos de outros (as) pescadores (as), pelo valor de atravessador (a), para beneficiar ou transformar em produtos para freguesias próprias. Célia destacou algumas estratégias que contribuem para valorizar seus pescados, e envolvem todos (as) os integrantes familiares, os mantendo no território.

E aí o que que acontece qual a pesca tu pescador tu não tem muito lucro, tu pescando e vendendo o teu pescado uma peixaria vamos supor, prum terceiro, mas tu pescando e tu tendo um filho teu que tira um filé, uma filha tua que de repente pega o celular pela internet um quilo pra um, dez quilo pra outro. Então o teu rendimento familiar é maior com vários se envolvendo naquilo, é o que está acontecendo aqui na nossa comunidade. Os pescadores mais velhos tão envolvendo os filhos na pesca e eles já tão seguindo os traços da família, entendeu? (Célia, 40 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Assim, os saberes-fazeres da pesca artesanal da Barra de Pelotas estão relacionados ao conhecimento da dinâmica do clima e das águas, e ao labor na pesca. Contempla atividades da captura, construção e reparo de redes e embarcações, descasque do camarão, limpeza e filetagem dos peixes, e comercialização da produção. O conhecimento é coletivo, resulta do aprendizado entre os (as) sujeitos (as) do território, em especial dos (as) mais velhos (as) para os (as) mais jovens.

Esse processo extrapola o âmbito familiar, e ocorre a nível comunitário. Os trechos abaixo expressam a dinâmica de construção e socialização dos saberes ambientais pesqueiros da Barra de Pelotas, demonstrando que a transmissão entre os sujeitos não é em uma perspectiva bancária (FREIRE, 1996), mas de compartilhamento intergeracional que se atualiza no próprio saber-fazer.

Que eu te disse anteriormente, como a estrada é na beira da lagoa, quando o ano é chuvoso, é El Nino, geralmente é um ano de muito vento nordeste. E o vento nordeste ele bate de frente com a estrada, com a praia do Laranjal, aí isso que destrói mais a estrada em ano de água cheia. Geralmente ano de água cheia é ano de vento que a gente diz ruim, que ruim ele não é, mas pra ocasião é. Que a água cheia não era bom dar aquele vento entendesse? Ele ajuda abaixar bastante a Lagoa, ajuda, só que quando a água tá muito cheia ali ele também prejudica né, porque destrói a estrada né? Na realidade esse vento acaba sendo um mal necessário. Por quê? Porque acaba com a estrada mas, automaticamente, ele baixa a água da lagoa entendesse Fabiane? (Marcelo, 51 anos, pescador da Barra de Pelotas).

A primeira vez que eu cortei um peixe e que eu trabalhei nisso foi com a Marisa ali bem na frente do bar da Rosa, do outro lado daquela salguinha branca. Trabalhou eu, a Cristiane e Marisa. A Cristiane mulher do Jair. A Cristiane é minha amigona sabia, trabalhamos junto ali. Pô Miguel, tu conhece o Miguel o filho dela mais velho dela? Ele é da idade da Duda, ele brincava os dois, nós cuidava e limpava camarão (Bia, 38 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Essa dinâmica também foi demonstrada na fala de Henrique. Ele afirma que muito do que sabe, aprendeu na observação de outros pescadores, e menciona ter Marcelo como uma de suas referências. Já Orlandinho destaca que toda sua vida foi na pesca artesanal, pois seus pais eram pescadores (as), nas palavras dele

Já porque eu nasci pescando né? Até porque o meu pai era pescador né? Foi a primeira coisa que eu aprendi foi pescar com três anos de idade, dois anos de idade. Na verdade eu já na barriga da minha mãe já é pro mar porque ela pescava também né. É sim minha mãe ia pescar junto com meu pai e ela tava grávida e ia pescar junto com meu pai. Então quer dizer que isso já vem do cordão umbilical, né? (Orlandinho, 38 anos, pescador da Barra de Pelotas).

O aprendizado é entre os (as) familiares e demais membros (as) da comunidade-território, a aprendizagem mútua e coletiva reflete a dinâmica da Barra de Pelotas. A convivência entre as pessoas é espaço cotidiano de aprendizado, pois na pesca artesanal não há uma separação “local de vida” e “local de trabalho”, os dois são intrinsecamente relacionados. Assim, a aprendizagem do saber-fazer pesqueiro, enquanto saber ambiental, resulta em amplo conhecimento da dinâmica das águas e das terras utilizadas, um etnoconhecimento construído pela prática cotidiana.

Algum linguado que dá na praia que a gente pesca na praia, né? Linguado da noite, né? Que a gente fala, né? Que é o linguagem daquele cheio de estrelinha, sabe? Que é bem marronzinho, cheio de estreleirinha assim. Aquele Linguado é ali da beira da praia. Ele dorme assim ó, na beira praia de frente pra lua e aparece, dá pra ver bem direitinho com as estrelas, ele fica marcadinho com as estrelas. O cara olha esse daí dormiu na praia.” (Bia, 38 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

O saber da pesca está, também, na ressignificação de utensílios domésticos. Uma faca para a mulher pescadora, enquanto a principal responsável pela filetagem do peixe, é motivo de orgulho e empoderamento, de reconhecer-se parte do processo produtivo da pesca. Apesar de, muitas vezes, o beneficiamento não ser reconhecido como labor da pesca artesanal, em vista do foco na etapa da captura, as pescadoras da Barra de Pelotas reivindicam esse lugar, a partir de suas práticas cotidianas, as quais sustentam a cadeia produtiva local.

E o meu pai viu aquilo e aí começou a fazer rede, a minha mãe já fazia rede a mão, a mãe já fazia rede manual. Ela faz ainda, ela sabe fazer, agora não faz mais porque já está bem velhinha já e não faz mais. Mas a minha mãe sabe fazer rede a mão, faz bem feitinha. E as rede do meu pai era tudo a minha mãe fazia. Tudininho minha mãe fazia as redes (Marcelo, 51 anos, pescador da Barra de Pelotas).

Minha rotina eu me acordo seis e meia, sete hora, e cuido da casa, né, e da Maria Clara. Mas e aí quando Orlandinho chega com peixe eu limpo o peixe, aí faço meus bolinhos, meus rissoles de camarão. Isso aí é fora da safra que na safra do camarão eu trabalho diretamente com ele né. Na safra do camarão ele chega com camarão, gelo camarão, toda a função de gelar. E aí pego de madrugada duas horas da manhã e giro o dia todo em função de limpar camarão, armazenar e vendendo ao mesmo tempo, aí é toda essa função (Nana, 29 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Ah eu pesco né, eu vou pescar, quando tem que pescar eu vou pescar e aí quando eu não vou pescar eu limpo o camarão pra vender ele pros turista, eu faço filé da Corvina, da Tainha, da Traíra quando é a safra delas, o Linguado, aí a gente limpa peixe, a gente faz file. [...] a gente só trabalha vendendo e pescando. Meu marido pesca, eu pesco e a gente vende o peixe que a gente pesca. Às vezes a gente entrega pros atravessador mais barato e às vezes a gente, pra ganhar um pouquinho a mais porque o óleo está muito caro o óleo diesel, a gente pega e faz filé e vende um pouco mais, que filé vale mais. Ou limpa o camarão pra não vender com casca pros atravessadores, a gente limpa pros turistas (Célia, 40 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Cara, eu faço um monte de coisa de pescaria, eu tô fazendo rede, pescador sempre tem alguma coisa pra fazer. Aí eu tô fazendo uma rede agora e eu acho que é isso. A gente passa todo dia envolvida nisso. Quando aí é uma safra aí o a gente colhe as rede, bota tudo, os guri chegam, vão ter que limpar o barco. É uma baita função. É todo dia nessa daí. Envolvido. Agora mesmo eu não tô porque o Marcelo não trouxe os Linguados, mas se o Marcelo tivesse trazido eu ia estar fazendo o peixe. Eu faço todas. Eu remendo rede, rede malhão, eu sei fazer, entrelhar, desvirar, sei fazer tudo, sei fazer a rede. Sei fazer a rede de camarão. Sei fazer tarrafa de mão. E faço filé de qualquer peixe (Bia, 38 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Ah porque as pessoas não tão acostumadas, pega uma pessoa da cidade aí e não sabe nem agarrar uma faca pra cortar. Isso daí a gente pega uma faca, faz um filé, eu faço, eu pego uma faca, eu desmancho uma carne, eu desmancho uma galinha, a faca tem várias utilidades não só pra cortar peixe né (Bia, 38 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Essas práticas de tradição, compartilhadas entre gerações na comunidade, assim como os processos de luta e resistência pelo território, dão corporeidade a esse Lugar. Tal compreensão é fundamental, como aponta Chaveiro (2012), pois “não é possível haver existência do corpo e da vida sem o espaço e os seus componentes, como não é possível existir espaço, lugar, paisagem ou outro atributo que permite a ação humana, sem a experiência do corpo” (CHAVEIRO, 2012, p.250). Assim, o Lugar Barra de Pelotas se configura ao longo da história enquanto território pesqueiro porque é (foi) habitado pelos (as) sujeitos (as) que ali estão (estiveram). É resultado da remoção e retorno de pessoas, e da ausência e conquista de serviços básicos essenciais à vida.

Cabe retomar aqui que, tal interconectividade, que associa os (as) pescadores (as) ao ambiente Pontal da Barra, está inserida em conflitos ambientais. No âmbito local, envolve setores do Poder Público e a especulação imobiliária. Já na dimensão nacional e global, insere-se no bojo da política de extermínio dos povos e comunidades tradicionais, impetrada pela lógica capitalista. Assim, a constituição do ser-e-estar-no-mundo, mediada pelo Lugar, se dá no contexto concreto da materialidade espacial vivida enquanto sociedade capitalista, conforme provoca Santos (2008).

Percebe-se assim, em uma perspectiva analítica, a relação entre os conceitos território e Educação Ambiental, dado que a sociabilidade dos (as) sujeitos (as) no território pesqueiro os constitui enquanto sujeitos da pesca. Ao mesmo tempo em que a ação do humano, pescador (a) artesanal, transforma o ambiente em que vive. Os saberes-fazer pesqueiros se realizam no cotidiano e, nessa investigação, buscou-se identificá-los a partir da EA.

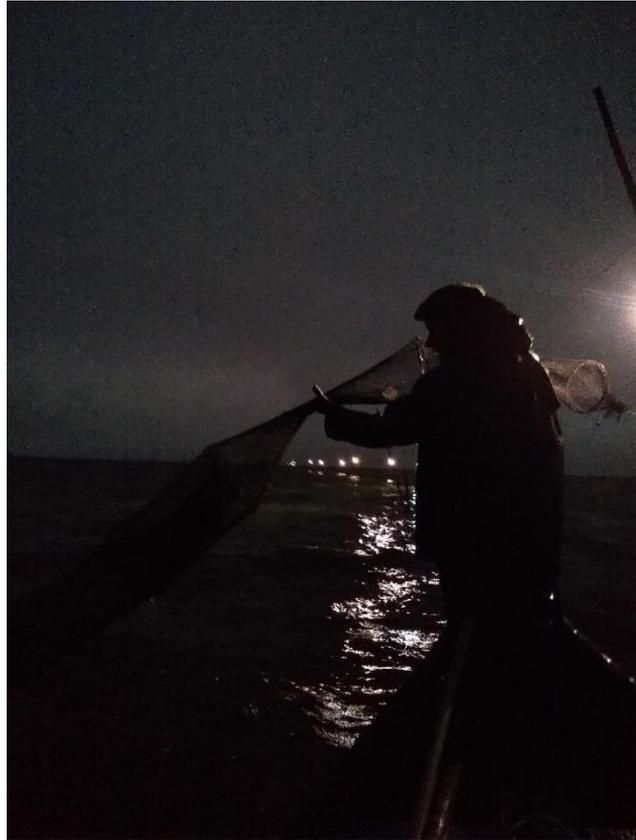


Figura 24 – Pedro pescador de camarão (*Farfantepenaeus paulensis*) na Barra de Pelotas durante a preparação das redes de aviãozinho para a pescaria noturna. Fonte: Aurora, 2022.



Figura 25 – Pescaria de manjoada da Tainha (*Mugil liza*) na Lagoa dos Patos na andaina da parelha do Dodoce, na foto Miro (filho de Dodoce) e Rambo (proeiro de Dodoce). Fonte: Autora, 2022.



Figura 26 – Pescaria a ferro de Linguado (*Paralichthys sp*) na Lagoa dos Patos pela parelha do Marcelo, na foto Henrique (25 anos, pescador da Barra de Pelotas) atuando como proeiro de Marcelo. Fonte: Autora, 2022.



Figura 27 – Pescaria a ferro de Linguado (*Paralichthys sp*) na Lagoa dos Patos pela parelha do Marcelo, na foto Henrique (25 anos, pescador da Barra de Pelotas) e outro pescador que não quis ser identificado, ambos atuando como proeiros de Marcelo. Fonte: Autora, 2022.



Figura 28 e 29 – Filetagem do Linguado (*Paralichthys sp*) por Preta (35 anos, filha da pesca artesanal e moradora da Barra de Pelotas) na peixaria de nosso pai. Fonte: Autora, 2022.



Figura 30 – Reparo de rede de emalhe por Macaco (67 anos, pescador da Barra de Pelotas) na área do Bar da Rosa. Fonte: Autora, 2022.



Figura 31 – Reparo de rede de emalhe por Marcelo (51 anos, pescador da Barra de Pelotas) em seu galpão de pesca. Fonte: Autora, 2022.



Figura 32 – Descasque do camarão feito por Naná (29 anos, pescadora da Barra de Pelotas) e sua irmã, Vitória (18 anos, moradora da Barra de Pelotas) na garagem da casa de Naná. Fonte: Autora, 2022.



Figuras 33 e 34 – Bia (38 anos, pescadora da Barra de Pelotas) na primeira imagem após finalizar o entralhe de uma rede de pesca e na segunda imagem se preparando para fazer filés de peixe durante a entrevista. Fonte: Autora, 2022.



Figura 35 – Marisa (66 anos, moradora da Barra de Pelotas) em seu restaurante “Pontal da Barra” onde serve pratos típicos de frutos do mar.

Entretanto, esses conhecimentos tradicionais, com frequência, estão em conflito com a razão científica moderna. Um exemplo é a proibição da pesca dos Bagres (*Genidens barbatus* e *Genidens planifrons*) no interior da Lagoa dos Patos, a qual decorre de regramentos construídos a partir de pesquisas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG acerca do risco de extinção das espécies. Apesar disto, os (as) pescadores (as) artesanais, inclusive da Barra de Pelotas, afirmam não haver declínio dos Bagres.

Outrossim, a pesca dessas espécies, mesmo incidental, é considerada crime, fator que gera graves prejuízos às comunidades pesqueiras da Lagoa dos Patos (WALTER *et al.*, 2018), algo presente, também, nas falas de pescadores (as) da Barra de Pelotas. Na

atualidade, existem alguns projetos da mesma universidade, em parceria com os (as) pescadores (as) artesanais e com o Conselho Gaúcho da Pesca (CONGAPES), que almejam uma solução para esse impasse, em especial para o caso de pesca incidental.

E proibiram o bagre né. Aquela pesquisadora quem veio, ela era de mata atlântica né, ai trouxeram ela pra i, ela era uma loira, primeira coisa que ela fez foi proibir. Primeira coisa que ela fez foi proibir, chegou ai e proibiu o bagre (Dodoce, 78 anos, pescador da Barra de Pelotas).

Que aqui na nossa volta quase não dá traíra, né? Não dá, é muito pouco que dá, tem pouca nessa volta, por causa de repente de tanta cúmulo do bagre? Aí eu não sei o que dizer, porque dessa parte eu não entendo, mas eu sei que o bagre tá demais, ele tá se alastrando muito e ele tá prejudicando as outras pescaria. Porque parece que os outros peixe vão diminuindo, ele tá aumentando. Aí só fazendo um estudo de fato pra ver o que que tá acontecendo, com que peixe ele se alimenta. Que às vezes você vai pescar até de caniço e já vem bagre? E antes aqui dava um monte de jundiá e eu cuidei que agora não tá dando Jundiá quase, o bagre está tomando conta do lugar do Jundiá. Antes dava bastante o Jundiá. E o e agora o bagre tá ficando no lugar do Jundiá porque ele tá demais. E o bagre pelo o que eu sei, ele come tudo (Célia, 40 anos, pescadora da Barra de Pelotas).

Referente aos conflitos entre o saber tradicional e a ciência moderna, é oportuno tratar da noção de “Epistemologias Ecológicas”. Para Carvalho (2014), é uma maneira de sintetizar um conjunto de formas de ler, interpretar e escrever sobre/com/no mundo. Segundo a autora, “nessa perspectiva epistemológica, de tomar o saber não como um conhecimento sobre o mundo, mas considerar regimes de conhecimento que se produzem com o mundo” (CARVALHO, 2014, p.1), busca-se romper com a separação entre natureza e cultura, sujeito e objeto.

Percebe-se assim que, a Barra se constitui dialeticamente território tradicional de pesca através chegada de pescadores (as) de outras localidades, na segunda metade do século XX, e, também, pela constituição de novos (as) sujeitos (as) da pesca. Todavia, esse processo é, historicamente, atrelado à invisibilização da comunidade, a qual encontra-se em situação de desigualdade ambiental.

3.3. Pertencer aqui é resistir: os problemas, conflitos e injustiças ambientais na Barra de Pelotas em perspectiva

Os problemas e conflitos que atingem a pesca artesanal brasileira são mapeados e evidenciados pela literatura científica e pelos movimentos sociais da pesca. No campo de pesquisa, foi realizado um breve mapeamento dos problemas que, atualmente, afetam a

pesca na Barra de Pelotas, em que os concernentes aos objetivos dessa dissertação estão apresentados nessa seção.

O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), em aliança com pesquisadores (as) parceiros (as) da pesca artesanal, desde 2016, tem mapeado e publicado informações sobre os conflitos socioambientais que envolvem as comunidades pesqueiras do território nacional. Através de relatórios são sistematizadas as principais ameaças a esse modo de vida tradicional. O Relatório de Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil, publicado em 2011, envolveu um levantamento em 13 estados brasileiros e atingiu 166 comunidades pesqueiras.

A restrição de acesso ao território foi o principal conflito que atingiu as comunidades pesquisadas, seguida por desmatamento, especulação imobiliária, empreendimentos turísticos e latifúndio/fazenda. Se acresce a isto, as “situações relacionadas à posse das comunidades sobre os territórios e à necessidade de proteção desses territórios às pressões de agentes externos” (CPP, 2021, p. 22). O relatório ainda destaca que a atividade privada, reunindo latifúndios, empresas e agentes privados, é responsável por 58,85% dos casos de violação de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras, apontando que “não se pode perder de vista que a atuação estatal agrava as violações, mas são os interesses privados os maiores violadores que emergem dos dados” (CPP, 2021, p. 23).

No caso da Barra de Pelotas, a especulação imobiliária caracteriza-se como uma das principais pressões sobre o território, conforme já evidenciado por Nebel (2012), assim como o conflito com o Poder Público, seja através da gestão territorial, exercida, prioritariamente, pela Prefeitura Municipal, seja pela dissonância entre dados científicos acerca da comunidade e sua realidade vivida.

Ainda que o Relatório da CPP não tenha entrevistado as comunidades do Rio Grande do Sul, cabe destacar que os impactos socioambientais de tais conflitos, como a diminuição da diversidade e da quantidade de pescado, comumente, são relatados em espaços da gestão participativa da pesca no estado, como o Fórum da Lagoa dos Patos.¹⁹ Ademais, as comunidades pesqueiras gaúchas, atualmente, lidam com a ameaça concreta

¹⁹ A autora deste trabalho é integrante do Laboratório Mapeamento, Resistência, Sociedade e Solidariedade (MARéSS) da Universidade Federal do Rio Grande, Campus de São Lourenço do Sul, e por isso atua como pesquisadora e extensionista junto ao Fórum da Lagoa dos Patos, instrumento de gestão compartilhada da pesca artesanal no extremo sul do Rio Grande do Sul.

de concessão onerosa da Lagoa dos Patos para a instalação privada de parques eólicos *nearshore*. A destruição de habitats e a exclusão de áreas de pesca vêm sendo apontadas, por diversos (as) pesquisadores (as) da região, como dois principais riscos desse processo (WALTER *et al.*, 2022a; WALTER *et al.*, 2022b).

Esses conflitos se constituem enquanto ameaças ao modo de vida tradicional pesqueiro, o qual é intrinsecamente ligado à natureza e a qualidade ambiental, de modo que impactos de ordem natural vão produzir efeitos socioeconômicos para essas comunidades. Levam a situações de extrema pauperização, o que pode acarretar na busca por outras fontes de renda, com a conseqüente desistência da pesca artesanal. O relatório da CPP (2021) aponta esse cenário, novamente, enfatizando as implicações territoriais nesses conflitos.

[...] constatamos que a restrição de acesso ao território reaparece como a consequência socioeconômica mais citada. Em seguida, são citadas a diminuição da renda familiar, a perda de traços culturais e laços comunitários e a insegurança alimentar. É possível perceber que os conflitos desestabilizam as comunidades e que as primeiras consequências perceptíveis são materiais (alimentação, trabalho, acesso ao território), mas que, em seguida, afetam também aspectos culturais (perda de laços comunitários e das tradições) (CPP, 2021, p.25).

Kalikosli & Vasconcellos (2013), estimaram 17 mil pescadores (as) artesanais na Lagoa dos Patos. De Paula *et al.* (2021), apontam que os povos indígenas foram precursores da pesca artesanal nesse ambiente e, no município de São Lourenço do Sul, as pessoas negras escravizadas foram originaram algumas comunidades pesqueiras. Destacam que a narrativa colonial sobre a história do Rio Grande do Sul tende a invisibilizar tal realidade, associando a pesca apenas à cultura europeia.

Na Audiência Pública que tratou da estrada da Barra, o pesquisador Rafael Milheira, coordenador do Laboratório de Arqueologia da UFPEL, realizou uma fala que coaduna com as informações supracitadas. A equipe de pesquisa do referido laboratório atua no Pontal da Barra há 15 anos, conduz investigações relacionadas à arqueologia do local, e participou da proposição da Unidade de Conservação REVIS Pontal da Barra do Laranjal. Na ocasião, o pesquisador afirmou:

Nós estamos falando de sítios arqueológicos que foram descobertos a partir de 2006 ou 2007, aproximadamente, hoje nós temos 18 desses sítios arqueológicos identificados no Pontal da Barra. Quando a gente escava os sítios arqueológicos, que são chamados de cerritos de índios né, eu escavo com

equipes, com alunos, 95% desse material arqueológico escavado é composto por restos de alimentação dessas populações indígenas de sítios arqueológicos que chegam à profundidade temporal de aproximadamente 2.400 anos atrás. Basicamente os restos de alimentação dessas populações indígenas lá do passado são restos de peixe. As três principais espécies consumidas: Corvina, Bagre e Miraguaia, que são justamente as espécies que o Seu Fonseca, por exemplo, tava comentando. O que eu tô falando é que os peixes que as populações indígenas comiam são as mesmas consumidas e produzidas pelos pescadores. **O ponto que eu to querendo chegar aqui então é que o Pontal da Barra é um lugar de pescadores há, pelo menos, aproximadamente, uns 2.500 anos da nossa história. Por coincidência ou não, pela grande atratividade com relação à pesca, esse modo de vida se reproduz né, e hoje nós temos, novamente, hoje não, já faz mais de 40 ou 50 anos, temos essa comunidade então que vive na Barra de pescadores tradicionais** que como a Fabiane muito bem comentou é completamente coberta pela legislação nacional e internacional com relação a povos tradicionais né (MILHEIRA, 2022, grifo nosso).

De Paula *et al.* (2021), ao observarem o extremo sul do Rio Grande do Sul, destacam conflitos de ordem pública e público-privada, os quais resultaram em restrições e ou remoções de comunidades pesqueiras. O primeiro diz respeito à relação conflitiva estabelecida entre pescadores (as) artesanais e a Unidade de Conservação da Reserva Ecológica do TAIM. Puccinelli (2014), em estudo realizado a partir do olhar da Educação Ambiental Crítica, observou os (as) pescadores (as) da região do TAIM lidam com a restrição de acesso a locais anteriormente utilizados em suas pescarias. Ademais, sofrem os efeitos da poluição advinda das monoculturas de soja e arroz do latifúndio que cerca a reserva e os territórios pesqueiros.

Já o segundo aspecto evidenciado por De Paula *et al.* (2021), refere-se ao histórico conflito com o Porto do Rio Grande, envolve diversas atividades que geram impactos diretos aos territórios e às atividades da pesca artesanal na região. Em diálogo com o que é apresentado por esses (as) autores (as), podem ser mencionados os problemas apontados, também, pelos (as) pescadores (as) artesanais, a saber: a expansão dos molhes da Barra do Rio Grande, que, na percepção deles (as), dificulta a entrada de água salgada na Lagoa dos Patos e gera sucessivas safras fracassadas de peixes e camarões; a criação de zonas de exclusão de pesca, a exemplo do canal de navegação portuária; e a remoção de comunidades nos municípios de Rio Grande e São José do Norte para a construção de estaleiros associados ao Pólo Naval Riograndino.

Grun & Sá (2008) refletem sobre o papel da ciência hegemônica na sociedade, em especial a partir da racionalidade moderna datada dos últimos três séculos, na construção de visões fragmentadas sobre o mundo e sobre o ser-no-mundo. Grun (2008), analisando as concepções de *espaço* por parte de pensadores da gênese moderna, tais como Descartes, Newton e Galileu, compreende que o *lugar* sofreu um processo de apagamento devido a interpretação mecânica da realidade material, que desconsidera seu aspecto simbólico. Esse fato, o faz argumentar que “perdemos a noção de lugar”.

Esta perda da noção de lugar é um fator determinante para a crise socioambiental vivenciada atualmente (GRUN, 2008; SÁ, 2005). De acordo com Grun (2008), há um triunfo da noção de *espaço* (este que seria objetivo, estático e neutro) sobre o *lugar* até meados do século XX, de modo que “para um cientista moderno todos os lugares são iguais, o que equivale a dizer, são espaço homogêneo, onde nos guiamos mais por coordenadas e sistemas de referência do que por descrições particulares com valores estéticos, religiosos e éticos” (GRUN, 2008, p. 3).

Diferentemente, nas comunidades tradicionais, a explicação dos fenômenos e processos naturais, em geral, é dada a partir da experiência vivida ou ouvida, situada em um lugar. Na lógica moderna “as narrativas pelas quais damos sentido às nossas vidas dificilmente estão enlaçadas a lugares. Quase não há referência a lugares” (GRUN, 2008, p.3). Esta visão globalizante de espaço contribui para a configuração e permanência da crise socioambiental, com a destruição da natureza, dos saberes e as culturas associados (GRUN, 2008; SÁ, 2005). Para Grun (2008) e Sá (2005), isso tem implicações educativas, o que evidencia o papel da Educação Ambiental na reconexão dos (as) sujeitos (as) aos lugares e na construção da ideia de pertencimento.

Sá (2005), destaca que a “crença cultural na eficácia milagrosa de um conhecimento puramente instrumental é produzida e reproduz o desenraizamento dos humanos de seu solo biológico e planetário, oculta a complexidade da vida e desliga o humano de seus vínculos intrínsecos com a ordem cósmica” (p. 248). Compreende-se que o registro científico das vivências contra-hegemônicas de construção de lugar e lugaridade, como da Barra de Pelotas, são importantes na construção de uma nova ciência e sociedade, tendo em vista que “o próprio conhecimento como um todo precisaria se resignificar e se conceber como um conhecimento dependente de lugares” (GRUN, 2008, p. 9). De igual forma, através da Educação Ambiental no contexto de um conflito ambiental territorial é possível atuar como um instrumento que faça “[...] emergir do

inconsciente coletivo da humanidade suas experiências de pertencimento [...]” (SÁ, 2005, p. 248).

Assim, identifica-se que o Rio Grande do Sul está no bojo de conflitos territoriais pesqueiros, os quais envolvem diferentes interesses públicos e privados. Essas disputas são entendidas como centrais para a compreensão da crise ambiental contemporânea, pois, conforme aponta Layrargues (2009), os problemas ambientais não são da natureza, eles ocorrem nela, mas são determinados socialmente pelo capital. Nesse sentido, ao considerar a Educação Ambiental como um instrumento para a reflexão e ação sobre a realidade vivida, essa dissertação buscou tratar do seu papel no contexto dos territórios tradicionais de pesca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação de mestrado sintetiza a intencionalidade de produção de dados científicos sobre comunidades-territórios tradicionais pesqueiras a partir de uma perspectiva transdisciplinar. Buscou promover o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos que tratam dos conceitos “território”, “pesca artesanal” e “Educação Ambiental Crítica”, juntamente dos saberes tradicionais pesqueiros da autora e sua comunidade de origem.

Para isso, na trajetória de investigação, foi imprescindível a des(re)construção epistemológica dos conceitos acadêmicos, em busca do entendimento da relação dialética da comunidade pesqueira artesanal com o seu território tradicional. Ao considerar que, muitas vezes, as explicações dos fenômenos naturais nessas comunidades remetem para elementos humanos e não humanos, bem como de cunho material, simbólico, natural e cultural, o direcionamento para uma “epistemologia ecológica” de mundo foi fundamental em sua compreensão.

Para o desenvolvimento da dissertação, inicialmente, foram discutidas as publicações atuais que acionam os conceitos fundantes do trabalho, por meio de duas revistas de Educação Ambiental. A partir disso, foi possível analisar que a pesca artesanal tem sido investigada com diferentes abordagens, porém, em termos quantitativos, a discussão dos territórios tradicionais de pesca artesanal do extremo sul do Brasil é uma lacuna no âmbito de investigações científicas em Educação Ambiental. Nesse contexto, esse trabalho buscou contribuir com reflexões desde o estudo de caso da comunidade-território tradicional pesqueira da Barra de Pelotas.

A pesquisa identificou que essa comunidade-território possui mais de 50 anos de existência, tem sua origem a partir da atividade pesqueira oriunda de outros territórios tradicionais do extremo sul gaúcho. Observou, também, que o vínculo com a pesca artesanal é a razão da permanência e expansão da comunidade em termos de números de moradores (as). Percebeu-se que o elemento “vínculo parental” é estruturante na comunidade e a permanência desse modo de vida tradicional nesse lugar ocorre pela continuidade dos filhos e filhas da pesca artesanal na Barra de Pelotas.

Apesar dessa constituição, a comunidade pesqueira, historicamente, passa por processos de invisibilização da sua tradicionalidade, inclusive, por meio de dados científicos sobre o local, nos quais, muitas vezes, sequer está descrita a característica de

pesca artesanal. Além disso, percebe-se a criminalização da comunidade quando, frequentemente, é descrita como ocupação irregular, assim como excluída dos debates de seu interesse. Esta sofre uma dupla penalização, ora caracterizada como entrave ao desenvolvimento, expresso pela especulação imobiliária e, recentemente, pela proposta de parques eólicos *nearshore*, ora vista como empecilho à conservação ambiental.

Os (as) moradores (as) mais antigos (as) relatam em detalhes os primeiros locais ocupados, as mudanças nos perfis das casas de palafitas para alvenaria, bem como a presença de residentes temporários (as) conforme as safras de pescados. A Educação Ambiental Crítica aparece no contexto dessa comunidade enquanto elemento inerente ao modo de vida pesqueiro e, também, na articulação comunitária dos (as) sujeitos (as) para a defesa do direito ao acesso e permanência no território. No bojo dos processos de luta política estão as reuniões, protestos e outros mecanismos para a conquista dos direitos à água encanada, energia elétrica, transporte escolar, e melhor infraestrutura da estrada de acesso à comunidade, conforme discorrido ao longo do texto.

Os saberes-fazeres cotidianos da Barra de Pelotas são construídos coletivamente, mediados pelo território pesqueiro, os quais são compartilhados entre os (as) sujeitos (as) da pesca com a lida diária no território, extrapolam os vínculos familiares, e se constituem saberes ambientais comunitários. Apesar de sofrer com a invisibilização promovida em narrativas públicas, a comunidade tem R-esistido. Se auto-organiza para a defesa de seus direitos e conquista de melhor qualidade de vida, expresso pelas articulações internas e externas traçadas desde a ocupação do território.

A Educação Ambiental, compreendida nesse trabalho como produto da sociabilidade humana com a natureza, se manifesta nos conflitos ambientais, o qual é resultado da disputa territorial entre diferentes interesses sobre um local. No contexto da Barra de Pelotas percebe-se a manifestação dos elementos educativos na relação estabelecida pelos (as) pescadores (as) artesanais com o ambiente, e, também, na auto-organização do grupo como mecanismo de informação e articulação política. Ademais, o embate político com grupos externos – públicos ou privados - que visam operar sobre o território, produz ensinamentos traduzidos em estratégias de defesa territorial, a exemplo das denúncias das injustiças socioambientais e ações de cunho mais radicalizado.

Nesse sentido, pensando a Educação Ambiental como um instrumento para a reflexão e ação sobre a realidade, aponta-se a necessidade de romper a barreira elitista existente no universo acadêmico, a qual tende a hierarquizar os conhecimentos tidos como válidos e importantes para solução dos desafios societários. É urgente reconhecer o

apagamento histórico dos saberes tradicionais por parte da hegemonia do campo científico, sem incorrer na elevação do saber tradicional ao plano idílico e romântico, mas rumo ao diálogo de saberes.

Retomar os saberes e fazeres da prática pesqueira artesanal não tem por objetivo a busca por um paraíso natural, mas demonstrar a legitimidade desses grupos frente ao seu território, o qual é determinante para a continuidade do modo de vida tradicional. Um segundo movimento no campo científico, relaciona-se a importância de observar os conflitos ambientais como processos de formação de cidadania e transformação da realidade de desigualdade ambiental, como pôde ser identificado no caso em estudo.

Dessa maneira, no intuito de aprofundar o conhecimento acerca da comunidade-território da Barra de Pelotas, destaca-se a possibilidade futura de entrevista de moradores (as) que residiram em períodos ainda anteriores aos de Dodoce, Macaco e Marisa, apontados como os (as) mais antigos que ainda residem no território. Entende-se importante, também, ampliar o detalhamento acerca da organização e funcionamento de cada atividade que ocorre no território. Para esse trabalho, não foi possível maior descrição das atividades de captura, beneficiamento, comercialização dos pescados, as artes de pesca, as atividades realizadas em terra e em “mar”, a dinâmica das peixarias e dos restaurantes.

Por fim, concluída a dissertação, pretende-se a produção de materiais que sintetizem os resultados da pesquisa de forma acessível, e que sirva de instrumento para os (as) pescadores (as) artesanais na defesa dos seus territórios tradicionais de pesca. A autora desse trabalho acredita que esse retorno é um pressuposto básico da Educação Ambiental crítica, assim como de uma universidade democrática e popular.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H; MELO, C. C. A; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

ALGARVE, B. B.; DERBOCIO; A. M.; PEREIRA, R. H. G.. Estudo avaliativo da comunidade de pesca amadora e profissional no trecho urbano do rio Aquidauana e pesqueiros para a prática de Educação Ambiental. **REMEA**, Rio Grande, v. 33, n. 2, p. 71-89, 2016. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5387>>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

ALIER, JM. **Ecologismo do Pobres: conflitos ambientais**. São Paulo: Contexto, 2007.

ARAN, R. R. Culturas Marítimas na Costa Norte do México; Natureza e cosmovisões em Altamar. Etnoecologia e Nova Etnografia. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 24, n. 2, p. 120-138, 2019. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8935>>. Acesso em: 11 de setembro de 2021.

Assembleia Geral da ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris. Retirado de <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASSI, Marcos Edgar Bassi; SANTOS, Eliseu Muniz dos; SANTOS, João Raimundo Alves dos. O diálogo: um itinerário comum. In: GADOTTI, Moacir (org). **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Cortez Editora. p. 649-651.

BARCELLOS, S. C. B.; MENEZES, G. R.. Aspectos gerais do contexto socioeconômico do entorno. In: BARCELLOS, Silvia Carla Bauer. 2019. **Fundamentação Técnico-Científica para a criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal, Pelotas, RS**. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/proplan/files/2019/07/Relat%C3%B3rio-UC-Pontal-daBarra_rev21WEB.pdf> Acesso em: 10 de junho de 2020.

BRASIL. Lei nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República [2007]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 21 de maio de 2020.

BRASIL. LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.959%2C%20DE%2029%20DE%20JUNHO%20DE%202009.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,1967%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BECKER, T. M. D. Educação ambiental e sustentabilidade para problemas socioambientais em ambientes costeiros – uma contribuição para o Farol de Santa Marta, Laguna, SC. **Ambiente & Sociedade**, Rio Grande, v. 25, n. 3, p. 115-139, 2020. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/12245>>. Acesso em 01 de outubro de 2021.

CADAVAL, Fernanda. Reitora recebe resultado de estudo sobre Pontal da Barra, em Pelotas. Site da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 12 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.furg.br/reitoria/informes-da-reitoria/reitora-recebe-resultado-de-estudo-sobre-pontal-da-barra-em-pelotas>>.

PRESERVAÇÃO DO PONTAL DA BARRA VOLTA AO DEBATE – A área é protegida pela FEPAM e diferentes entidades pleiteiam junto ao município transformá-la em Unidade de Conservação Ambiental. Diário Popular, 2020. Disponível em:<https://www.diariopopular.com.br/geral/preservacao-do-pontal-da-barra-volta-ao-debate-153943/?chave=e35e17d46169618&fbclid=IwAR2-nVsrx81UuFXugZUe9Ot_Yp3vIP379Og0d28gkn98zjlopwlZvPUwTiI#:~:text=O%20principal%20estrageo%20%C3%A9%20natural,vai%20soterrar%20todos%20esses%20vest%20ADgios.>>. Acesso em 24 de maio de 2021.

CARDOSO, E. S. Conhecimento, política e território na pesca artesanal brasileira In: DE PAULA, C. Q.; SILVA, C. N.; SILVA, C. A. (Org.). **Geografia & Pesca Artesanal Brasileira: Volume 2**. 1 ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2019, v. 2, p. 289-311.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Editora Gaia 2010

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental. Brasília : IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1998.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A perspectiva das pedras: considerações sobre os novos materialismos e as epistemologias ecológicas**. Revista Pesquisa em Educação Ambiental, São Paulo, vol.09, nº 1, p. 69-79, 2014.

CARVALHO, I. C. M. Desafios e dilemas políticos das lutas e movimentos ambientais. IN: QUINTAS, J. S. **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília, Edições IBAMA, 2006.

CAMPOS, P. T.; FIGUEIRA, E. Teatro do mar: arte para conservação da biodiversidade. **REMEA**, Rio Grande, v. 36, n. 3, 2019. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/9286/6304>>. Acesso em 26 de setembro de 2021.

BARROS, S.; MEDEIROS, A.; GOMES, E. B. **Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: relatório 2021**. 2. ed. Olinda, PE : Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021.

COSTA, P. G.; RIVA; P. B.; OBARA, A. T.; SUZUKI; H. I.; TAKEMOTO, R. M. Saberes etnoecológicos dos pescadores artesanais e alunos da planície alagável do alto rio Paraná. **REMEA**, Rio Grande, v. especial, p. 86-96, 2014. Disponível:<<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4432>>. Acesso em 02 de outubro de 2021.

COSTA, R. N.; OLIVEIRA, V. A. N; LIANZA, S.; PEREIRA, C. S. Quando a Universidade vai à escola: a experiência em educação ambiental do Colégio Municipal de Pescadores de Macaé/RJ, 2007-2010. **REMEA**, Rio Grande, v. 31, n. 2, p. 261-279, 2014. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4719>>. Acesso em: 25 de setembro de 2021.

CODES, D. H. C.; BARZANO, M. A. L. “Me criei no mar, em cima do mar”: pescadores, narrativas e fotografias em São Francisco do Conde-BA. **REMEA**, Rio Grande, v. 31, n. 2, p. 243-259, 2014. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4600>>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Corporeidade e Lugar – Elos da Produção da existência. In: MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Werter; OLIVEIRA, Livia de. **Qual o espaço do lugar**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 249

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB, 6ª edição, 2008.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Cemar- Usp, 1983. 301 p.

DIEGUES, A. C. S. Formas de organização da produção pesqueira no Brasil: alguns aspectos metodológicos. In. DIEGUES, A. C. S. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

FAZENDA, I.C.A. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas In: FAZENDA, I, (Org). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, W. Mudanças climáticas globais no litoral do extremo sul do Brasil: indicadores socioambientais e estratégias adaptativas. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 25, n. 3, p. 251-183, 2020. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/12239>>. Acesso em 01 de outubro de 2021.

FONSECA, F. F. 2018. **A produção de dados sobre pesca artesanal em cinco programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, entre os anos de 2011 a 2016**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande, 2018. Disponível

em:<
https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/conteudo_digital/746d0280f41c68fae1fbed5730_063d0a.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2022.

FIGUEIREDO, E. M. Educação Ambiental na percepção de uma comunidade de pescadores artesanais na costa Paraense. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 16, n. 1, p. 159-174, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/1687>>. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Laísa; FIGUEIREDO, João; GUIMARÃES, Mauro. O papel dos professores/educadores ambientais e seus espaços de formação. Qual é a Educação Ambiental que nos emancipa? **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, n. 02, v. 11, p. 117-125, 2016.

GOMEZ, D. M; EINHARDT, N; BORK, R. S. Análise da Ação Ambiental e Antrópica no Banhado do Pontal da Barra do Bairro do Laranjal de Pelotas (RS). 2007. Disponível em: <https://www2.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/CE/CE_00621.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2022.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002

GRÜN, Mauro. A importância dos lugares na Educação Ambiental. In: **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, v. especial, dezembro de 2008.

GRUN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental - Uma conexão necessária**. Papyrus Editora, 1996.

HAESBAERT, R. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. Belo Horizonte: **CAMPO-TERRITÓRIO** - revista de geografia agrária, 2014, p. 1-17.

HAESBAERT, R. **TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE: UM DEBATE**. Porto Alegre, 2004

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

ILHA, E. B.; RIGON, C. T.; DORNELES, D. R.; CAMARGO, Y. R. KINDEL, E. A. I.; MORENO, I. B. Pescadores e botos: histórias de uma conexão em rede. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 25, n. 2, p. 512-535, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8536>>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

KALIKOSKI, D. C.; VASCONCELLOS, M. **Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil. Uma metodologia de avaliação**. Roma: FAO, 2013.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental Brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. *Revista Contemporânea de Educação*, nº 14, 2012.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. 7, n. 1, 23-40, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 de setembro de 2021.

LEFF, E. **Saber Ambiental, Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Porto Alegre: Editora Vozes, 2014.

LEFF, E. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação e Realidade**: Porto Alegre, n. 34, v. 3, 2009.

LEITE, José Rubens Morato. Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial: teoria e prática. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. Páginas 91 a 102.

LAYRARGUES, P. P. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM COMPROMISSO SOCIAL: O DESAFIO DA SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES. In: Loureiro, C.F.B.; Layrargues, P.P. & Castro, R. de S. (Orgs.). **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez. p. 11-31. 2009.

LOUREIRO, C. F. B. L.; LAYRARGUES, P. P. ECOLOGIA POLÍTICA, JUSTIÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: PERSPECTIVAS DE ALIANÇA CONTRA-HEGEMÔNICA. **Trab. Educ. Saúde**: Rio de Janeiro, 2013.

LOUREIRO, C. F. B. **SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO** – um olhar da ecologia política. São Paulo: CORTEZ, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para a educação ambiental transformadora. Rio Grande: Ambiente e Educação. V.8, p. 37-54, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897>>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

LOUREIRO, Antônio Carlos Eduardo; ALBUQUERQUE, Eliana; BARRETO, Eliana. **Sustentabilidade, exclusão e transformação social: Contribuições à reflexão crítica da Educação Ambiental e da Comunicação no Brasil**. Rio Grande: Ambiente e Educação. V.9, p. 123-138, 2004.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

MARANDOLA JR, Eduardo. Lugar enquanto Circunstancialidade. In: MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Werter; OLIVEIRA, Livia de. **Qual o espaço do lugar**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 227-247.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS**:

PROBLEMATIZANDO OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Rio Grande: Ambiente & Educação.v. 14, 2009. Disponível em:< <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/1134>>. Acesso em: 18 de outubro de 2020.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para a educação ambiental transformadora. Rio Grande: Ambiente e Educação. V.8, p. 37-54, 2003. Disponível em:< <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897>>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

MARQUES, J. G. **Pescando Pescadores.** São Paulo: NUPAUB, 2ª edição, 2001.

MARTINELLI, F. S.; AGOSTINI, L. P.; GONZALEZ, S. Educação ambiental e cartografias das práticas cotidianas de pesca na Ilha das Caieiras, Vitória, ES. **REMEA**, Rio Grande, v. 29, 2012. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2961>>. Acesso em 01 de outubro de 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5º edição. Editora Atlas S.A. São Paulo. 2003

MEOTTI, B. D; CHIARELLI, L.M.A. Risco, vulnerabilidade e resiliência: a comunidade de pescadores do Pontal da Barra em Pelotas/RS. Pelotas: Projectare – Revista de Arquitetura e Urbanismo, n. 12, 2021. Disponível em:< <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Projectare/article/view/21589>>. Acesso em 14 de agosto de 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – Brasil 2010. Brasília, 219p, 2012

MOURA, G. G. M. **Águas da Coréia: uma viagem ao centro do mundo em uma perspectiva etnoceanográfica.** Recife: Nupeea, 2012.

MOURA, G. G. M. **Guerras nos mares do sul: o papel da oceanografia na destruição de territórios tradicionais de pesca.** São Paulo, Annablume, 2017.

NEBEL, G. C. S. Conflito ambiental relacionado a processos especulativos e imobiliários no Pontal da Barra, Pelotas/RS. Pelotas: **Norus.** n. 3. n. 3, 2015.

OLIVEIRA, Lívia. O sentido do Lugar. In: MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de (Org.). **Qual o espaço do lugar.** 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 3-16.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes [Convenção 169]. 27 jun. 1989. Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

PACHECO, C. R.; SIMON, A. L. H. Diagnóstico ambiental da Unidade de Conservação do Pontal da Barra do Laranjal - Pelotas/RS. 2015. Disponível em:<<https://wp.ufpel.edu.br/semgeoufpel/files/2021/11/19.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. História da Cidade. Disponível em:<<https://www.pelotas.com.br/cidade/historia>>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

PREFEITURA DE PELOTAS RECEBE LIVRO QUE EMBASA A CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO PONTAL DA BARRA. Portal do Camaquã, Camaquã e Região, outubro de 2019. Disponível em:<<https://www.portaldecamaqua.com.br/noticias/1882/prefeita-de-pelotas-recebe-livro-que-embasa-a-criacao-da-unidade-de-conservacao-do-pontal-da-barra.html>>.

PRESERVAÇÃO DO PONTAL DA BARRA VOLTA AO DEBATE – A área é protegida pela FEPAM e diferentes entidades pleiteiam junto ao município transformá-la em Unidade de Conservação Ambiental. Diário Popular, 2020. Disponível em:<https://www.diariopopular.com.br/geral/preservacao-do-pontal-da-barra-volta-ao-debate-153943/?chave=e35e17d46169618&fbclid=IwAR2-nVSrX81UuFXugZUe9Ot_Yp3vIP379Og0d28gkn98zjlopwlZvPUwTiI#:~:text=O%20principal%20estrageo%20%C3%A9%20natural,vai%20soterrar%20todos%20esses%20vest%C3%ADgios.>>. Acesso em 24 de maio de 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA. Disponível em: Acesso em 04 de outubro de 2021.

RIO GRANDE DO SUL, Tribunal de Justiça. Apelação cível. Ação ordinária. COMUNIDADE DE PESCADORES. SITUAÇÃO ILEGAL CONSOLIDADA. TEORIA DO FATO CONSUMADO. LICENCIAMENTO AMBIENTAL. DESNECESSIDADE. DANO AMBIENTAL JÁ CONSOLIDADO. EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA. INTERFERÊNCIA INSIGNIFICANTE. DIREITOS SOCIAIS. EFETIVIDADE. INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO. MÍNIMO EXISTENCIAL. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. APELAÇÃO Nº 70026151829. RELATOR CARLOS ROBERTO LOFEGO CANÍBAL. ACÓRDÃO 2008.

ROCHA, E.; DIEZ TETAMANTI, J. M.; CLASEN, C. M. Intervenção no bairro Dunas: por uma cartografia social dos encontros. V!RUS, São Carlos, n. 14, 2017. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus14/?sec=4&item=4&lang=pt>>. Acesso em: 20 Fev. 2023.

SACRAMENTO, E. C; SILVA, A.T.R. águas de fevereiro e março: expropriação territorial e marés de luta na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas – BA. Mares – **Revista de Geografia e Etnociências**, v. 1, n. 1, 2019.

SAUVÉ, Lucie. Cruzar las dimensiones crítica, ética y política de la educación ambiental: hacia una ecociudadanía. In: 4to Encuentro Nacional De Educación Ambiental Para El Desarrollo Humano Sustentable, 2012, Montevideo. *Apuntes 2012*. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 2012. p. 19 - 38.

SÁ, Laís Mourão. Pertencimento. In: JR, Luis Antônio Ferraro (org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005, v. 01. p. 245 - 255.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013. Páginas 41a 56.

SANTOS, C. F.; ARAÚJO, C. F.; MACHADO, C. R. S. RIO GRANDE (RS): UMA “ZONA DE SACRIFÍCIO”. *Revista de Educação, Ciências e Matemática*: Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, C; FREIRE, S.G; MARCARELLO, M.A, Direito de dizer não: conflito ambiental entre o acesso à água de qualidade e a atividade de mineração em São José do Norte/RS. Rio de Janeiro: *Revista direito à Cidade*, v. 14, n.03, 2022, p. 1462-1501.

SANTOS, BS. 1987. Um discurso sobre as ciências. 12ª ed. Porto, edições afontamento. 59p.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA (RS). Concessão de uso público para instalação de parque eólico. Geração de energia elétrica na Laguna dos Patos. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/concessao-da-laguna-dos-patos>>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

SILVA, E. P., & Walter, T. (2018). Pesca artesanal e participação na gestão territorial: a realidade dos pescadores artesanais da Lagoa Mirim. *Ambiente & Educação*, 23(3), 309–330.

SILVA, C. A. Elementos epistemológicos e metodológicos para Geografia das existências. In.. SILVA, C. A. **Pesca artesanal e a produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. 171p.

SILVA, C. N. Territorialidades da pesca brasileira: organização, pescadores e apetrechos na definição espacial. In: DE PAULA, C. Q.; SILVA, C. N.; SILVA, C. A. (Org.). **Geografia & Pesca Artesanal Brasileira: Volume 2**. 1 ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2019, v. 2, p. 313-349.

SILVA, A. R. E; PEREIRA, A. W; LOPES, Â. L. O; CARDOSO, A. M; MAIO, B. M; RIBEIRO, L. J. C; MOURA, M. H. G; SIQUEIRA, R. O; SPIERING, V; SILVA, P. S; DELAMARE, T. O; LEMOS, W. G; SIMON, A. L. H. NOTA TÉCNICA REFERENTE

À CONSTRUÇÃO DO DIQUE DE CONTENÇÃO NO PONTAL DA BARRA – LARANJAL (PELOTAS, RS). Pelotas: Geographia Meridionalis, v. 01, n. 02, p. 412-418, 2015. Disponível em:<<http://www.guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/3674/1/NOTA%20T%C3%89CNICA%20REFERENTE%20%C3%80%20CONSTRU%C3%87%C3%83O%20DO%20DIQUE%20DE.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2022.

SILVA, L. P.; SAITO, C. H.; Educação ambiental dialógico-problematizadora: uma análise do processo de empowerment de alunos jovens e adultos da casa-escola da pesca. **Ambiente & Sociedade**, Rio Grande, v. 25, n. 3, p. 348-372, 2020. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/10979>>. Acesso em 01 de outubro de 2021.

SILVA, E. P.; ANELLO, L. F. S. Educação Ambiental na Gestão Pública: O processo de construção da Política de Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. **REMEA**, Rio Grande, v. 37, n. 1, p. 247-263, 2020. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/10905>>. Acesso em 26 de setembro de 2021.

SILVA, L. B. M.; ADOMILLI, G. K. “Mulher pesca sim!” Desigualdade, invisibilidade e conflitos socioambientais em contextos lagunares no Rio Grande do Sul. **REMEA**, Rio Grande, v. 37, n. 3, p. 379-399.

SILVA, L.; SOUZA, J. G. S.; PRADO, R. M. Análise dos programas de educação ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural. **Ambiente & Educação**, v. 25, n. 2, p. 601-617, 2020. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8558>>. Acesso em 28 de setembro de 2021.

SILVA, E. P.; ANELLO, L. F. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: uma base teórica para investigação da educação ambiental presente nos planos de compensação de atividade pesqueira. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 3, n. 2, p. 231-243, 2018. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8436/5480>>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

SILVA, H. J. H.; GNOATTO, N. PIERRI, A. M. Educação ambiental e maricultura: proposta participativa desenvolvida em uma comunidade do litoral do Paraná, Brasil. **Ambiente & Educação**, v. 24, n. 2, p. 183-210, 2019. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/9646>>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

SILVA, E. P.; WALTER, T. Pesca artesanal e participação na gestão territorial: a realidade dos pescadores artesanais da Lagoa Mirim. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 3, n. 3, 2018. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/7412>>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

SOUZA, S. C; LOGAREZZI, A. J. M. Educação ambiental dialógico-crítica com comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: a solidariedade e os

enfrentamentos nas práticas sociais. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 111-131, 2017. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/6194>>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

STRECK, Danilo Romeu. Cinco razões para dialogar com Paulo Freire. São Paulo: **Revista e-curriculum**. v7, n3. 2011

TXICÃO, K.; LEÃO, M. F. A pesca coletiva com timbó praticada pelos Ikpeng: ensinamentos dessa relação respeitosa com a natureza. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 24, n. 1, p. 195-222, 2019.

Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8300>>. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Disponível em: <https://www.furg.br>. Acesso em 04 de outubro de 2021.

VASCONCELOS, Lorena Silva. **O meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito e dever fundamental na Constituição Federal do Brasil de 1988**. Revista jurídica da faculdade 7 de setembro, Fortaleza, v. IX, nº 1, p. 97 - 108, abril 2012.

VINUTO, J. A AMOSTRAGEM EM BOLA DE NEVE NA PESQUISA QUALITATIVA: UM DEBATE EM ABERTO. **Temáticas**: Campinas, 2014.

WALTER, T; ANELLO, L. F. S. A educação ambiental enquanto medida mitigadora e compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o licenciamento ambiental de petróleo e gás tendo a pesca artesanal como contexto. **Ambiente & Sociedade**, Rio Grande, v. 17, n. 1, p. 73-98, 2012. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/2657>>. Acesso em: 17 de setembro de 2021.

WALTER, T.; CALDASSO, L. P.; FISCHER, J.; ALMEIDA, I. F. Por uma racionalidade ambiental: reflexões acerca dos regramentos propostos para pesca da tainha no estuário da Lagoa dos Patos/RS. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 23, n. 1, p. 31-53, 2018. Disponível em:<<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/7415>>. Acesso em: 17 de setembro de 2021.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

APÊNDICES

Apêndice I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa tem o objetivo de abordar as **AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CONFLITOS PELO RECONHECIMENTO E DIREITO AO TERRITÓRIO TRADICIONAL DE PESCA PONTAL DA BARRA DE PELOTAS**, do curso de Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob a orientação do Professor Doutor Sérgio Botton Barcellos.

O objetivo do estudo é **COMPREENDER COMO OCORREM AS AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO TERRITÓRIO DE PESCA PONTAL DA BARRA DE PELOTAS, ATRAVÉS DOS (AS) MORADORES(AS), E TAMBÉM POR MEIO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS QUE ATUAM NESSE TERRITÓRIO**. A finalidade deste estudo é contribuir para que a comunidade do Pontal da Barra de Pelotas, enquanto comunidade tradicional que possui uma relação intensa e histórica com esse território, seja escutada sobre as formas de acesso e vida nessa localidade, bem como sobre a maneira que se relaciona com a natureza.

Solicitamos a sua colaboração para a realização de entrevistas e acompanhamento da comunidade por parte da pesquisadora Fabiane Fagundes da Fonseca, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos acadêmicos, e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. **CASO SEJA REALIZADA A PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS, SEU NOME SERÁ MANTIDO EM SIGILO ABSOLUTO E OS RESULTADOS SERÃO DIVULGADOS JUNTO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA NA COMUNIDADE**. Informamos que esta pesquisa também pretende entrevistar agentes públicos da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, assim como da Secretaria de Qualidade Ambiental de Pelotas – SQA de Pelotas - RS, uma vez que essas entidades têm desenvolvido trabalhos sobre o Pontal da Barra de Pelotas em temas que envolvem o objetivo dessa pesquisa.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da pesquisadora responsável

Considerando que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do

estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes desse estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que recebi uma via desse documento.

Pelotas, ____, de _____ de 2021

Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com a pesquisadora responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Fabiane Fagundes da Fonseca, telefone xxxxx ou escrever para o e-mail xxxxxxxx.

Apêndice II - Roteiro De Campo

USO, OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DA BARRA

- 1. Me falem um pouco sobre vocês, quem são, idade e de onde vocês vieram?**
- 2. Vocês já eram pescadores quando vieram para a Barra? Se sim, com quem aprenderam a pescar?**
- 3. Como vocês conheceram a Barra?**
 - quando e a partir de quem?
 - quais as comunidades de origem?
 - quais as relações de parentescos entre alguns moradores?
- 4. Quando passaram a morar aqui na Barra?**
 - Por que dessa escolha de se estabelecer fixamente no local?
- 5. Quem foram os primeiros moradores da Barra?**
 - quais os locais que foram ocupados primariamente? -> SE QUISEREM DESENHAR
 - qual o tipo de residências?
 - quem eram os integrantes familiares do início da comunidade?
 - de onde vieram e porquê vieram para a Barra e não outras comunidades?
- 6. Como era a Barra quando vocês chegaram aqui?**
 - Qual era realidade ambiental, o nível de urbanização – casas, trapiches, salgas, acesso terrestre e fluvial?
 - Como era o acesso direitos a luz, água, saneamento, alimentos, saúde, educação?
 - Quais as estratégias para viver na ausência ou dificuldade de acesso a esses direitos? luz a vela, lampião, gerador, chuveiro à gás comunitário, tomada comunitária a partir de luz solar, televisão a bateria, filhos que saem do território para estudar e retornam, acesso a alimentos, outras.
- 7. Como é viver na Barra atualmente?**
 - quais as motivações para residir no local?
 - quais as condições atuais de acesso a direitos (luz elétrica, água encanada, coleta de resíduos sólidos, transporte escolar municipal, estrada de acesso)?
 - Houve mudança nas casas mudanças nos perfis das casas ao longo do tempo?
 - Sente falta de algo em relação estrutura ou outro tema?
- 8. Como é a Barra ao longo das diferentes estações do ano?**
 - Quais atividades fazem nos períodos de pesca e de defeso?
 - quais os tipos de pescarias de cada período?
 - Como é o fluxo de pessoas aqui ao longo do ano (turismo e empresas compradoras de pescados)
 - Qual a influência dos ventos e chuvas sobre a maré e a estrada de acesso e casas? Como observam esse fenômeno de inundação e alagamento, como lidam com esses fenômenos?

9. O que a Barra significa para vocês?

LUTAS PARA ACESSAR E PERMANECER NA BARRA

1. Como ocorreu a instalação de água potável aqui na Barra?

- como era o acesso à água potável antes da instalação e os desafios para permanecer no local?
- quais as estratégias para beneficiamento dos pescados?
- como foi o processo de luta por esse direito?
- os caminhos trilhados, se houve relação com algum sujeito da política institucional?
- houve manifestações? Quem organizou?
- como ocorre a instalação propriamente dita?

2. Como ocorreu a instalação de energia elétrica aqui na Barra?

- mesmos temas da água.
- havia algum receio sobre a instalação da energia?
- Houve mudança na comunidade após essa instalação?

3. Como é o acesso ao transporte público aqui para a comunidade da Barra?

- quais as dificuldades de acesso ao transporte público?
- Há busca por transportes particulares?
- Quais as estratégias comunitárias de períodos em que poucos moradores tinham carro?
- Há uso de veículos alternativos, como charretes e bicicletas?
- Como foi a luta pelo acesso ao transporte escolar?

4. Como foi o estabelecimento do transporte escolar na Barra?

- como era antes da instalação desse transporte?
- quais as dificuldades encontradas e as estratégias para lidar com a falta desse recurso?
- quais foram as movimentações e articulações para a conquista desse direito?
- alguém tomou frente desta luta?

5. Como é a situação da estrada de acesso à Barra ao longo do ano?

- qual a relação da estrada com as inundações?
- quais as medidas tem sido feitas sobre isso?
- qual o problema e conflito relacionado a estrada?

6. Qual a visão de vocês sobre o Banhado?

- O que ele representa para você?
- Interfere na sua vida ou trabalho?

7. Qual a visão de vocês a reserva ambiental (RPPN) que fica no banhado?

- Quais os interesses da especulação imobiliária sobre ele?
- Têm conhecimento sobre a proposta de mudança de RPPN para REVIS?
- Participaram? Foram consultados?

8. Vocês conhecem a proposta de mudança da reserva de uso sustentável para proteção integral publicada em 2019? Se sim, o que acham dela?

9. Vocês acham que o direito de vocês viverem e permanecerem na Barra de Pelotas está garantido?

- sensação de medo constante de remoção
- melhorias das condições de vida alvenaria, pastelarias e etc

10. Já aconteceu remoção dos moradores(as) da Barra de Pelotas?

- períodos de remoções ou estímulos a saída das pessoas
- o processo de retorno

11. Como vocês acham que a comunidade da Barra é vista pelos governos de Pelotas?

SABERES E FAZERES DA VIDA PESQUEIRA NO PONTAL DA BARRA

1. Me contem um pouco sobre como é a rotina de vocês aqui na Barra?

- Atividades em relação aos pescados quando a outras atividades desenvolvidas dentro da comunidade.

2. Quais são as atividades que vocês realizam na pesca?

- quais as espécies-alvo?
- quais os petrechos utilizados? das embarcações? e dos períodos de pesca?

3. Com que etapa vocês trabalham nas pescarias?

- captura – patrão e proeiros – beneficiamento – descascadeira de camarão, fileteira de peixe, limpadeira de peixe, tiradeira de carne de siri – e comercialização – venda direta, venda intermediária, venda de outros produtos derivados dos pescados – rissoles, bolinhos de peixe, pasteis, etc.

4. De onde vêm os materiais das parelhas de vocês? De onde vêm os materiais que tu usa para trabalhar?

- onde é feita a construção e reparo das embarcações e redes?
- quem faz aqui na comunidade?
- de onde vem os materiais para beneficiamento (gelo, luvas etc)?

5. Como vocês decidem o dia de ir pescar?

O que interfere nas pescarias?

6. Como é a relação de vocês com a celebração de Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá aqui na Barra?

- 7. O que a pesca artesanal significa para vocês?**
 - por que tu és pescador(a) artesanal? Ou Por que tu trabalha com a pesca artesanal?
- 8. Quais os problemas atuais para a pesca artesanal aqui da Barra?**